

## Bizantinices, dizem eles

Uma imensa vontade de travar a choldra em que alguns querem mergulhar o respeito das leis e a saúde e dignidade da nossa democracia, dizemos nós.



■ Vítor Dias

Pág. 21

## O dia seguinte

Os acórdãos do Tribunal Constitucional, apesar de controversos, contêm muitas indicações sobre o processo de regionalização. O seu conteúdo tem sido desvirtuado pelo PSD e pelo PP.

■ João Amaral

Pág. 22

## Investimentos especulativos

O capitalismo anda a sofrer importantes derrotas diárias e o que se passou na Rússia durante os últimos 30 dias foi a mais espectacular das fugas jamais vistas nos círculos da economia e das finanças.

■ Manoel de Lencastre

Págs. 24 e 25

## INTERNACIONAL

### Europa contra o AMI

Organizações não-governamentais de diversos países promovem semana de luta contra o Acordo Multilateral de Investimentos.

Pág. 11

## ÚLTIMAS

PCP

*pelo trabalho com direitos*

**contra**

**o Pacote Laboral do governo PS.**



# Avante!

Orgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 24 de Setembro de 1998 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1295 • Director: José Casanova

## Reunião Nacional de Quadros do PCP Págs. 5 e 13 a 20

# REGIONALIZAÇÃO

## Uma grande reforma democrática

Discurso de Carlos Carvalhas, reportagem e intervenções centrais da Reunião Nacional de Quadros realizados no passado sábado em Lisboa.



## PCP apresenta projecto

# SEGURANÇA SOCIAL

## Justiça social é condição de desenvolvimento

Pág. 9

## Searas de vento



No âmbito do Portugal 2000, foi discutido o período pós-Expo'98

## RESUMO

16  
Quarta-feira

Em Ourique, os manifestantes da CAP decidem continuar na vila até à demissão do ministro da Agricultura, no dia em que o PCP considera «chocante» a violência das cargas policiais da véspera ■ Na Comissão Parlamentar de Acompanhamento da Expo, o ministro António Costa afirma que as auditorias não revelaram novas situações ilícitas na exposição ■ Em Espanha, a ETA anuncia uma trégua unilateral e ilimitada ■ A Amnistia Internacional acusa a missão da ONU que visitou recentemente a Argélia de branquear o regime no seu relatório sobre a situação no país ■ O Conselho de Segurança da ONU decide prolongar por mais um mês o mandato da sua missão de observação em Angola ■ Os mediadores do conflito da Guiné-Bissau chegam a um acordo «mínimo» para o fim do conflito.

17  
Quinta-feira

A Assembleia da República reconhece o mirandês como língua oficial de Portugal ■ No âmbito do Portugal 2000, é discutido o período pós-Expo'98 ■ O provedor de Justiça e o inspector-geral da Administração Interna anunciam a abertura de inquéritos às cargas policiais contra os agricultores da CAP ■ Dezanove pessoas são mortas no México por assassinos profissionais a soldo de traficantes de droga ■ O Parlamento albanês concorda em retirar a imunidade ao ex-presidente Sali Berisha, como foi pedido pelo Governo ■ Os valores das bolsas de todo o mundo baixam.

18  
Sexta-feira

Tem lugar a Reunião Geral de Quadros da Organização Regional do Porto do PCP, com a participação de Carlos Carvalhas ■ É anunciado que em Junho do próximo ano a gasolina super com chumbo deixará de ser comercializada ■ O Governo espanhol afirma que a polícia continuará a perseguir os militantes da ETA, apesar do cessar-fogo proclamado pela organização ■ Nos EUA, a Câmara dos Representantes decide que o vídeo do depoimento de Bill Clinton ao Grande Júri será divulgado segunda-feira ■ Na Cisjordânia, graves confrontos entre militares israelitas e jovens palestinos provocam mais de cem feridos civis.

19  
Sábado

Realiza-se a Reunião Nacional

de Quadros do PCP, em Lisboa ■ Inicia-se, em Sangalhos, a VI Conferência Europeia de Educação Ambiental ■ Em Espanha, a sede da Herri Batasuna da localidade de Getxo é incendiada por desconhecidos ■ Uma bomba no mercado de Tiaret, na Argélia, provoca 26 mortos ■ As Forças Armadas Angolanas anunciam ter recuperado duas localidades na província de Uíge aos militares da Unita.

20  
Domingo

Os resultados da primeira fase de acesso ao Ensino Superior público são anunciados, verificando-se que mais 16 mil estudantes não foram colocados ■ O Presidente da República inicia uma visita de vários dias à região do Alentejo ■ O Partido Social-Democrata vence as eleições legislativas na Suécia, enquanto os votos no Partido da Esquerda aumentam consideravelmente ■ O Irão aumenta o seu dispositivo militar junto à fronteira com o Afeganistão, onde se encontram já 270 mil homens.

21  
Segunda-feira

A CNA acusa os grandes proprietários, os banqueiros e as empresas agro-industriais de serem os principais favorecidos pela linha de desendividamento ■ Os afectos ao Sindicato Independente dos Médicos iniciam uma greve «self-service» ■ O depoimento de Bill Clinton ao Grande Júri sobre a sua relação com Monica Lewinsky é difundido em todo o mundo ■ Inicia-se, em Nova Iorque, a 53.ª Assembleia Geral da ONU.

22  
Terça-feira

Carlos Carvalhas visita a CCR de Évora ■ O Presidente da República, Jorge Sampaio, visita a Barragem do Alqueva ■ A imprensa noticia as conclusões de um relatório da Comissão Europeia em que acusa Portugal de esconder casos da BSE, em vez de erradicar a doença ■ Vítor Sá Machado é eleito presidente de administração da Fundação Calouste Gulbenkian, em substituição de António Ferrer Correia, no cargo desde 1993 ■ Os exércitos da África do Sul e do Botswana intervêm no Lesoto, numa ofensiva a que as populações resistem ■ O Parlamento espanhol rejeita por um voto a proposta socialista de liberalização do aborto ■ Tufão «Vicki» mata sete pessoas e fere cerca de uma centena em Honsu, Japão.

Q

uatro declarações de outros tantos governantes comentando os acontecimentos de Ourique exemplificam luminariamente o conceito de exercício de poder do actual executivo.

Ouçamo-los:

«Não negoço sob pressão» – proclamou António Guterres, acrescentando: «Os agricultores portugueses são centenas de milhares e eu só vi umas centenas em Ourique.»

Fazendo questão de sublinhar o seu «acordo com a actuação das forças policiais», António José Seguro declarou: «Não podemos dar o impossível e os agricultores, que legitimamente têm o direito de se manifestar, estão a pedir o impossível.»

Por seu lado, o ministro Gomes da Silva, comentando o facto de a carga da GNR ter desabado sobre agricultores que «iam para casa e não iam cortar a estrada», filosofou deste jeito: «Então deviam ter ido para casa mais cedo» (...) «A meia-noite é sempre uma hora complicada. É chamada a hora dos lobisomens.»

Finalmente, o ministro Jorge Coelho – em plena digestão do banquete que há-de ter sido, para ele, ordenar a carga policial – invadiu a Assembleia da República e, em histriónica postura, disparou o que lhe veio à cabeça, chantageou, e rematou com esta corajosa tirada: «Assumo aqui toda a responsabilidade do que foi feito. Tem de haver ordem!»

E

stamos, assim, perante uma situação em que figuras destacadas e responsáveis de um governo que se diz de «diálogo», que se diz de «esquerda», que chega até, por vezes, com um copo a mais de euforia, a auto-intitular-se «socialista»... justificam a repressão e a violência repetindo, mais palavra menos palavra, o que múltiplas vezes foi dito pelo anterior governo da direita assumida – o qual, por sua vez, repetia, mais palavra menos palavra, o discurso utilizado pelo governo do antigamente...

Durante os primeiros tempos de governação PS, houve quem garantisse ver e persistisse em assinalar «significativas diferenças» entre o governo de Guterres e o de Cavaco. Com o tempo – à medida que as «diferenças» em relação à política praticada deixaram de ser visíveis mesmo para os que, afanosamente, as procuravam de lupa em riste – a ênfase foi dada à «diferença nos métodos utilizados»... Agora, restam ao governo do engenheiro Guterres as «diferenças» detectadas pelos eternos ingénueos de profissão, pelos eternos democratas distraídos por conveniência.

O

governo do PS enviou para Ourique – onde poucas centenas de agricultores exerciam aquilo a que A. J. Seguro chamou «o legítimo direito de se manifestar» – cerca de meio milhão de elementos da GNR (dos quais, uns cem vestidos de negro e munidos de viseira e bastão...), helicópteros, carros blindados, cavalos, cães, agentes dos SIS. Para que nada faltasse, consta que havia, também, telefones sob escuta e que um deles seria o do próprio presidente da Câmara.

Tratou-se, de facto, de um invulgar aparato policial cujo objectivo era atemorizar os agricultores e silenciar os seus protestos e reivindicações. E quando alguém entendeu que a intimidação não intimidava que bastasse, surgiu a ordem da praxe – «Tem de haver ordem!», não é verdade? – à qual

se sucederam as violentas cargas policiais. Era meia-noite, «hora de lobisomens», ou seja, hora que sempre foi do agrado dos que ordenam a repressão.

Entretanto, o ministro da Agricultura, cego e surdo à realidade, iria à televisão monologar tanto quanto julgou ser suficiente para esconder a real situação da agricultura e dos agricultores portugueses. Pingindo desconhecer que o governo de que faz parte é co-responsável dessa dramática situação, decorrente de um processo de integração europeia no qual a preocupação maior dos governantes portugueses tem sido a de exibirem a sua condição de bons alunos, espezinhando e desprezando os interesses do povo e do País, vendendo em leilão pedaços da própria soberania nacional.

«P

edir o impossível» foi, assim, o pecado maior dos agricultores de Ourique e é, igualmente, pecado sem absolvição da enorme maioria de portugueses e portuguesas que trabalham e vivem do seu trabalho.

Aumentos de salários justos, emprego e segurança de emprego, respeito pelos direitos dos trabalhadores, pensões e reformas dignas para todos os pensionistas e reformados, o ensino e a saúde a que, pelo simples facto de existirmos,

temos direito: eis algumas das expressões concretas desse «pedir o impossível» que tanto incomoda e irrita o governo do engenheiro Guterres. Incómodo e irritação compreensíveis, lógicos, se se tiver em conta o objectivo primeiro (e quase único) deste governo. Na verdade, sendo «impossível» dar resposta aos anseios mais do que legítimos dos que trabalham nada é «impossível» no que toca à satisfação

plena dos mais do que ilegítimos interesses dos que exploram; antes pelo contrário: tudo é possível quando se trata de acatar e cumprir as imperativas exigências dos Belmiros, Champallimauds & Cia.

É claro que a «lógica» do Governo não resistirá à luta organizada das vítimas do «impossível» desde que estas saibam utilizar adequadamente a força de que dispõem. De facto, é na luta, na sua intensificação e expansão, que está o caminho para a conquista dos «impossíveis» decretados pela política de direita. Ou seja e, de certa maneira, como dizia o Che há quase quatro décadas: «Sejamos realistas: exijamos o impossível.»

H

á umas semanas, a propósito do conteúdo de classe antilaboral da política praticada pelo Governo, lembrámos aqui que quem semeia ventos com o afã com que o faz o engenheiro Guterres virá, mais cedo ou mais tarde, a colher as inevitáveis tempestades.

Observando as práticas e as falas diárias do elenco governamental – desde o Primeiro ao último ministro –, temos visto que semear ventos passou a ser a grande especialidade do Governo. O Governo vive de olhos e ouvidos fechados aos anseios e aos direitos da esmagadora maioria dos portugueses, às promessas de «diálogo» nunca cumpridas sucedem-se, cumpridas, as práticas arrogantes e repressivas. Por outro lado, ouvir os elogios dos chefes dos grandes grupos económicos e financeiros constitui o seu objectivo essencial, quase exclusivo. Assim sendo, é óbvio que as sementes de vento lançadas sobre as terras de Ourique se repetirão em todo o lado onde houver gente a bater-se pelos seus legítimos interesses e direitos. E as searas de vento crescerão. E, com elas, as tempestades.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Socio Pereira Gomes  
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex. 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,  
1150 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.  
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE'S  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,  
1150 Lisboa.  
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada 2.ª-feira  
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Capa Rota — Linhó — 2710 Sintra  
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia  
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1150 Lisboa  
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.ª A 1150 Lisboa  
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão  
Heska Portuguesa, SA  
Campo Raso  
2710 Sintra  
Depósito legal n.º 205/83

TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 30 600\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 21 850\$00	50 números: 23 000\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

## O pós-Expo

O debate sobre o Pós-EXPO'98 que se realizou na semana passada em Lisboa no âmbito do PORTUGAL 2000 constituiu, a todos os títulos, uma iniciativa particularmente interessante e oportuna. Recorde-se que foi a terceira vez, desde o momento em que foi anunciado que Lisboa iria acolher a última exposição mundial do século, que o PCP tomou a iniciativa de debater publicamente a EXPO e toda a vastíssima operação de requalificação urbana a que a sua realização está associada. E que apesar de não ter chegado (ainda) a hora dos balanços finais da Exposição e do prometido esclarecimento de irregularidades e de duvidosos actos de gestão, nem por isso escassearam motivações para um debate empenhado e, até, apaixonado.

Numa sociedade como a nossa, em que persistem desigualdades sociais muito profundas, é talvez inevitável que haja quem olhe para realizações como a EXPO pelo lado das diferenças que elas reproduzem, quer ao nível do acesso quer da própria fruição cultural que proporcionam. E que não tendam a observá-las pelo seu lado

positivo, como resultado excepcional do espírito de empreendimento, do trabalho e da criatividade humanas e como obra do conhecimento e do relacionamento pacífico entre os povos.

Ora, esta perspectiva positiva é exactamente a que sobressai na maneira como muitos portugueses assumiram a EXPO'98 e a sua temática dos Oceanos, transformando-a no mais importante evento nacional na viragem do século e do milénio em que nos encontramos.

É na verdade impressionante o facto de 5,5 milhões de portugueses - mais de metade da população do país - terem visitado a EXPO, segundo a contagem e a estimativa até ao encerramento dos seus organizadores. A que se soma o resultado de indicadores de opinião que testemunham um elevado grau de apreço pela iniciativa e pelas capacidades de realização e de organização que ela tornou patentes.

Praticamente chegados, agora, à hora do Pós-EXPO'98, é necessário compreender que os desafios não vão ser menores.

Desde logo porque o encerramento da

EXPO significa o desemprego para quase uma dezena de milhar de trabalhadores, na sua grande maioria jovens, e é urgente encontrar uma saída para a sua situação.

Depois, para que se cumpra o objectivo de criação de um verdadeiro pólo na Área Metropolitana de Lisboa e a população se aproprie efectivamente de uma extensa zona que antes se encontrava profundamente desqualificada, mas que agora corre o risco de se ver transformada numa "ilha" para residentes de 1.ª classe.

Neste debate promovido pelo PCP foi obviamente importante ouvir António Mega Ferreira defender a "apropriação do espaço pelas pessoas", sustentar a "manutenção de um altíssimo padrão de qualidade" e a sua "indução" no restante tecido urbano, e apresentar o "nivelamento por cima" como resultado "de uma visão de esquerda".

Na cidade, muitas outras lutas sociais e políticas continuam a ser indispensáveis. Mas a construção do futuro passa também, e de que maneira, por aqui.

■ Edgar Correia

## A hora dos disfarces

O tempo do aproximar de eleições opera milagres. É cíclicamente um tempo de transfigurações na prática política de alguns partidos.

É o tempo de recuperar para o discurso as promessas eleitorais, convenientemente arquivadas na gaveta do tempo, passado que foi o momento da colheita de votos.

É tempo de ouvir de novo PSD e PP proclamarem que chegou a hora do social. Chega a comover a súbita preocupação que se apoderou destes partidos.

O alinhamento da sua política com os interesses do grande capital, a intimidade de convivência com as principais confederações patronais, são mera coincidência. A promoção e defesa sistemática de benefício ao capital, um mero deslize. O que eles são mesmo é o que agora dizem ser: amigos dos reformados, dos pobres, de quem trabalha. E, com condescendência, até porque também dá votos, da classe média...

Pouco importa se ontem se opuseram a iniciativas para garantir o aumento de reformas, para baixar os impostos sobre os rendimentos de trabalho. O que lá vai, lá vai. Agora é que é.

No PS também já soou o relógio eleitoral. É tempo de ouvir Guterres proclamar que é chegado o momento de «relançar o projecto socialista, de relançar o discurso social».

Também no PS, o namoro de Bicesse com a nata do grande capital, o amor pela economia de casino, a devoção privatizadora, a rendição aos interesses do grande patronato em matéria de política laboral são episódios em fim de estação. A opção feita para dar continuidade e salvação à política de direita, os acordos de viabilização dos Orçamentos de Estado, ora com o PP ora com o PSD, para partilha do caminho das políticas neoliberais, os múltiplos negócios com a direita no processo de revisão constitucional, não contam. A partir de agora o que lá vem é que conta.

É o regresso em força da política-espectáculo. Sem regras, sem princípios, sem dignidade. Ofende a todos ler e ouvir, de um lado, PP e PSD dizerem chegada a hora do social para conquistar eleitorado e, do outro, o PS a considerar necessário relançar o discurso social para conservar esse mesmo eleitorado.

Fica a implícita confissão de que, para a política de direita e para quem a executa, o social não é uma preocupação política de promoção de justiça, de solidariedade, de atenuação de desigualdades, de defesa da dignidade e condição humana. Apenas um campo de disputa de votos, de captação de indecisos, de recolha de apoios para sustentar políticas que são na prática exactamente o oposto do que proclamaram.

■ Jorge Cordeiro

## CAMINHO da paz, caminho da guerra

O anúncio da ETA de uma trégua "total, indefinida e sem condições"... é um acontecimento de um enorme alcance político para o País Basco, para toda a Espanha e para a própria Europa. Sempre defendemos que existia uma questão nacional no País Basco. No fundo trata-se de um povo com um território, uma língua que luta por um Estado ou que se não sente totalmente integrado no Estado espanhol. Independentemente dos métodos de luta utilizados pela ETA que não apoiamos, o problema persistia porque tinha e tem raízes profundas no povo basco. A resposta dos governos do PSOE e do actual governo do PP, de base policial repressiva, mostrou que o problema existente não era passível de ser solucionado por aqueles métodos. Nem o carácter brutal e sórdido dos GAL, nem o fecho de jornais, nem a prisão de largas centenas de nacionalistas do Herry Batasuna e da ETA permitiram encontrar uma solução que ajudasse o povo do País Basco a sair do conflito e a estabilizar a vida política espanhola. Neste longo caminho que agora recebe um novo alento com a declaração unilateral da trégua por parte da ETA muitos escolhos e obstáculos se irão levantar. É, por isso, importante não haver qualquer tipo de exclusão de participantes nem de propostas com vista à solução do problema. Neste contexto, o quadro legalista do diálogo que parecem pretender o PSOE e o PP é limitado e dificulta o estabelecimento de um verdadeiro diálogo entre todas as forças interessadas. A reforma da Constituição deverá, pois, levar a um novo quadro legal que permita ao povo basco decidir livre e democraticamente o seu futuro.

A Esquerda Unida aposta neste caminho e o seu líder, Julio Anguita, defendeu no discurso da Festa do PCE para a Espanha um Estado Federal, Plurinacional, Democrático e Solidário onde naturalmente o povo basco possa decidir o seu futuro por via do exercício à autodeterminação.

A bola está agora do lado do governo. São necessárias medidas que abram o caminho da esperança para a solução do problema. É nesse sentido que a Esquerda Unida, como aliás outras forças nacionalistas e democráticas do País Basco, reclamam que as centenas de presos políticos bascos deixem de estar espalhados pela Espanha e sejam transferidos para o País Basco e que os presos que tenham cumprido três quartos das suas penas possam sair em liberdade. Seriam medidas de confiança no processo e que daria alento a um impulso à mobilização social e política para alcançar a paz no País Basco e em Espanha.

Em Angola a situação deteriora-se cada dia que passa. A questão central do problema angolano é como tratar com Jonas Savimbi, que não respeita resultados eleitorais, viola acordos assinados e só tem um objectivo: chegar ao poder a qualquer preço e por quaisquer meios. Que fazer com um homem que está disposto a tudo para prosseguir o seu objectivo? Pode a Unita estar no governo, no Parlamento, nos governos das províncias, nas embaixadas e possuir um exército, tomar militarmente vilas, cidades, e face às dificuldades sociais e económicas do país estar à espera para desencadear a rebelião militar e tomar o poder?

As respostas não são nada fáceis. E a situação em Angola é bem difícil sob todos os aspectos. Há, porém, algumas coisas que convém não confundir. A grande causa desta situação deriva em linha recta do facto de Jonas Savimbi e a Unita não aceitarem outras regras que não sejam as que os possam conduzir ao poder em Angola. De tal modo assim é que as deserções na Unita continuam a verificar-se, mas, como parece ser próprio do carácter de Savimbi, esses factos não o preocupam. Se a guerra for inevitável em Angola é porque o processo de paz apadrinhado pela ONU não deu a cobertura suficiente a quem o respeitou e foi brando para quem sempre o torpedeou.

■ Domingos Lopes



Foto: Jorge Caria



## Pós-Expo'98 Que actividades económicas?

A sala Eça do Hotel Plaza foi pequena para receber, na quinta-feira passada, as centenas de pessoas de vários quadrantes políticos que aí se deslocaram para participar no colóquio sobre o «Pós-Expo», que o PCP realizou no âmbito da iniciativa «Portugal 2000 – Debates para uma política de esquerda».

Octávio Teixeira, da Comissão Política do PCP, perante uma assembleia que, não cabendo na sala, se apinhava no espaço livre junto ao corredor, começou por lembrar que as intervenções iniciais e as opiniões expressas pelos convidados do PCP que constituíam a mesa eram da sua responsabilidade individual.

Na mesa, para além de Octávio Teixeira, encontravam-se Demétrio Alves, Presidente da Câmara de Loures, Vítor Costa, vereador do PCP na Câmara Municipal de Lisboa, o arquitecto Vassalo Rosa, responsável pelo planeamento da Expo, Arménio Carlos, sindicalista e coordenador da União dos Sindicatos de Lisboa, e António Mega Ferreira, presidente de administração da futura Parque Expo Serviços.

A iniciativa do PCP, a terceira que o Partido realiza sobre esta temática, visou analisar a componente mais importante da Expo'98, «que não se esgota» com a exposição internacional prestes a encerrar, ou seja, a requalificação, recuperação e renovação da área de três milhões de metros quadrados que abarca a zona oriental de Lisboa e Loures.

«Que parque urbano queremos ou vamos ter? Que actividades económicas se vão promover para a criação de emprego?» foram questões que Octávio Teixeira deixou no ar, para além da necessidade de se promover um período de transição, com um modelo claro de gestão, antes da transferência da Parque Expo para as autarquias.

Para Demétrio Alves, o primeiro orador, a questão vital é que a Expo só tem sentido se correlacionada com a recuperação da zona oriental do concelho de Lisboa e Loures.

Referiu as críticas que a legislação excepcional, criada a propósito do evento, mereceu ao PCP e que, visando embora eficácia e celeridade, veio a propiciar o descontentamento que está agora a emergir.

Há já dois anos que o PCP vem apresentando propostas, ideias, questões sobre como será adequada a legislação e estabelecida a normalidade, como deverá ser promovida a gestão urbana para que a fobia de equilibrar receitas e despesas não permita o avanço de um urbanismo «à medida da visão neoliberal», virado para «tapar buracos» orçamentais.

Por sua vez, o arquitecto Vassalo Rosa - que a seguir interveio -, discordou de algumas questões levantadas pelo Presidente da Câmara de Loures e justificou-o com os modelos de gestão estabelecidos e a adesão das Câmaras no sentido de se criar um verdadeiro pólo na Área Metropolitana de Lisboa que constituísse «um referencial.» Na sua intenção esteve também a reconversão ambiental do território marginal à cidade de Lisboa e Loures e a criação de um espaço humanizado, com ani-

mação, diversidade e densidade de uso.

Seguiu-se a intervenção de Vítor Costa para quem, «sob uma perspectiva macro-económica», será o turismo que, a prazo, irá cobrir com juros toda esta operação da Expo, alterando o perfil de

Lisboa, onde a oferta turística era pequena.

Por outro lado, a projecção internacional da capital e do País pela Expo permite auspiciar um número crescente de turistas que os novos equipamentos de repercussão nacional e internacional entretanto criados estão hoje em condições de acolher. O que é importante, na opinião de Vítor Costa, é tentar não ter *ressaca*. Para tanto, propõe o aumento dos produtos turísticos (de negócios ou de pequena estadia, por exemplo), a criação de uma metodologia que leve à candidatura de Lisboa a todos os eventos, a criação de um Festival de Verão, de forma a dar continuidade à Expo nas suas várias vertentes e trazer nesta época mais turistas a Lisboa.

Arménio Carlos, por seu turno, falou do empenhamento dos trabalhadores na construção e funcionamento da Expo e aproveitou para, em comparação, denunciar a atitude de alguns empresários que nem na própria Expo cumpriram a legislação laboral e a contratação colectiva.

Alertou para os cerca de nove mil trabalhadores que em 30 de Setembro ficam sem trabalho, aumentando em 10 por cento o número de desempregados no distrito de Lisboa. Um problema que «devia ter sido ponderado há muito tempo», já que atinge um número significativo de jovens, com habilitações e qualificação acima da média, que pela primeira vez entraram no mercado de trabalho, para os quais existe agora uma completa ausência de oferta.

António Mega Ferreira, o último orador, considerou que falar do pós-Expo é falar de cultura, de uma posição perante a vida e a sociedade, de uma visão política, de um projecto para a sociedade.

Considerar a amortização do passivo da Expo como uma prioridade será um erro «trágico», disse Mega Ferreira, seria «esquecer» a verdadeira missão da segunda fase da Expo'98: devolver integralmente aos habitantes de Lisboa uma zona profundamente degradada e degradante, que hoje é um projecto humanizado de «altíssima qualidade, um espaço urbano habitável e apropriável pelas pessoas.» Um «parque urbano vedado mas de acesso universal» que, a partir de 30 de Setembro, qualquer pessoa pode fruir.

As intervenções, ouvidas atentamente pela assistência, acabaram por se prolongar, de alguma forma prejudicando o debate que se seguiu. A «derapagem» da Expo, o futuro uso das infra-estruturas criadas, o perigo de construção de uma zona elitista, a questão do saneamento e drenagem das águas residuais, as obstruções visuais que a plataforma panorâmica vai criar entre a zona dos Olivais e o rio, a necessidade de projectar Portugal no estrangeiro foram, contudo, algumas interrogações e pontos de reflexão deixados pelos participantes.

## Quadros do Porto debatem perspectivas e tarefas

Centenas de militantes da Organização Regional do Porto participaram, na passada sexta-feira, numa reunião geral de quadros, realizada no Centro de Trabalho da Boavista.

A reunião, que teve como objectivo reflectir sobre as perspectivas e tarefas do ano político em curso, no quadro de uma intervenção mais forte do PCP, contou com a participação do Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

A batalha pelo SIM no Referendo sobre a Regionalização, o Pacote Laboral e o reforço do Partido como condição fundamental de avanço para uma

alternativa política foram o mote das intervenções, iniciadas pelo camarada Emídio Ribeiro, da Comissão Política, que acentuou ainda o significado do distrito do Porto ter uma forte massa operária e de trabalhadores. A realização da Cimeira Ibero-Americana no Porto, nos dias 17 e 18 de Outubro, foi, por sua vez, apresentada como uma oportunidade para uma grande manifestação de repúdio ao bloqueio norte-

-americano a Cuba e de solidariedade com o povo cubano.

Na intervenção final, o Secretário-geral do PCP clarificou alguns factos da actualidade política e da intervenção do Partido, designadamente sobre a luta dos agricultores. E, alertando para a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, particularmente dos jovens que vão, pela primeira vez, integrar o mercado de trabalho - concretizada nas alterações à legislação laboral -, lembrou que o facto de estas irem a discussão na Assembleia da República é já um reflexo da luta dos trabalhadores e do PCP.

Chamou a atenção para o próximo Orçamento - que ilustra a política de direita que está a ser seguida - e para as tentativas de o PS de, com eleições legislativas à vista, «relançar o seu discurso social», tentando escamotear a sua actuação neoliberal.

Numa rápida digressão pelo espectro económico e social do mundo, Carlos Carvalhas sublinhou, por fim, as inevitáveis injustiças sociais do capitalismo neoliberal e a insubstituível acção de forças como o PCP no combate a essa política.



A campanha pelo SIM no Referendo sobre a Regionalização foi um dos temas abordados pela reunião

## Vidigueira PCP defende medidas de apoio aos agricultores

A Comissão Concelhia da Vidigueira do PCP, recentemente reunida, analisou a maneira como está a decorrer a campanha dos adeptos do «não» no referendo à regionalização, concluindo que estes estão a «impingir propaganda de forma enganosa a pessoas sérias e humildes».

Quanto à projecção dada pela comunicação social às movimentações dos agricultores, a concelhia do PCP mostra-se solidária com os agricultores e rejeita o aparato policial para ali deslocado, «notoriamente desnecessário.» Entretanto, os comunistas da Vidigueira denunciam o aproveitamento político que a CAP está a fazer «à conta de dois anos consecutivos de graves dificuldades», considerando que não são apenas as oscilações climáticas que têm prejudicado a agricultura portuguesa, mas também

«o conjunto de nefastas políticas nacionais e comunitárias, pelas quais a CAP é co-responsável». Por seu lado, o PCP, através dos seus órgãos locais e centrais, vai continuar a defender todos os agricultores portugueses, nomeadamente através do seu Grupo Parlamentar, que apresentou já na Assembleia da República um projecto de resolução no sentido da tomada de medidas de emergência para apoiar os agricultores.

Por fim, a Concelhia do PCP debateu o aumento das pensões anunciado pelo Governo, considerando-o «manifestamente insatisfatório», uma vez que deixa de fora cerca de 300 mil dos de 2,2 milhões de reformados e pensionistas do regime geral e do regime não contributivo.

## PCP

## Setúbal PCP contra incineração na Sécil

Na passada sexta-feira, a Direcção da Organização Regional de Setúbal realizou uma conferência de imprensa para apresentar as conclusões resultantes da sua análise a alguns aspectos da situação política e social no distrito e à acção do PCP.

Jorge Pires, membro da Comissão Política, Valdemar Santos e Virgolino Rodrigo, da DORS, denunciaram a política antilaboral prosseguida pelo Governo PS durante o período de Verão, que afecta praticamente todos os sectores socioprofissionais, considerando, em relação ao aumento de pensões e outras medidas avulsas - positivas mas claramente insuficientes -, que elas «não escamoteiam nem desagravam uma política de fundo neoliberal, em nada diferente da do PSD».

O encerramento dos portões da SODIA, que deixa centenas de trabalhadores sem futuro profissional garantido; as indefinições governamentais a que os trabalhadores da Torralta, no Complexo de Tróia, ficam de novo sujeitos; a insistência chantagista da Administração da Agaerre junto dos trabalhadores para que rescindam «voluntariamente» os contratos de trabalho; a colocação abrupta dos trabalhadores da Setolial perante a venda e aluguer da fábrica, enquanto forças policiais ameaçam intervir face à ocupação que estes fizeram das instalações da empresa, são situações que evidenciam a face de uma política que «coloca o lucro e os desígnios financeiros à frente e antes das pessoas».

No plano da preservação do ambiente, os comunistas de Setúbal, acompanham o movimento de opinião pública «que se multiplica contra a hipótese da escolha da incineração ou co-incineração na Sécil, em plena Área Protegida do Parque Natural da Arrábida, e, conseqüentemente, contra a hipótese de uma estação de tratamento intermédia no Parque da Quimigal que lhe seria inerte».

A DORS discutiu a Jornada Nacional de Luta do PCP contra a política e a legislação antilaboral do Governo PS e a campanha a desenvolver pelos comunistas pelo «SIM às Regiões, Portugal fica a ganhar», defendendo a criação da Região Administrativa de Lisboa e da Península de Setúbal (na qual se deverão incluir os concelhos do Litoral Alentejano).

As «condições endógenas» do distrito de Setúbal, que a gestão CDU, ao longo de duas décadas, potenciou; as tradições e o património de luta e participação das suas populações e trabalhadores; a aproximação do cidadão às esferas de decisão que a Regionalização permite são, assim, dizem os comunistas, o garante de que nesta Região e na do Alentejo, «os concelhos do actual distrito darão um inestimável contributo para o desenvolvimento regional».

### CAMARADAS FALECIDOS

#### António Júlio Marques Azevedo

Faleceu na passada sexta-feira, com 73 anos, o camarada António Júlio Marques Azevedo. Militante do PCP muito estimado, pertencia à organização de Vila Nova de Gaia, Bairro do Cedro/Mafumede.

#### Fernando Tomás

Vítima de grave doença, faleceu, no passado dia 8, com 53 anos de idade, o camarada Joaquim Fernando Tomás Francisco, trabalhador da Centralcer. Membro do Partido desde 1974, era membro do organismo para o trabalho sindical da ORL. Era dirigente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Indústrias de Bebidas desde 1977, tendo ainda sido, durante treze anos, membro do Conselho Nacional da Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação Bebidas e Tabacos.

#### Maria Filomena Pereira

Faleceu recentemente, com 76 anos de idade, na freguesia do Lavradio, Barreiro, a camarada Maria Filomena Pereira. Militante do Partido muito assídua e de muita coragem. O seu funeral, realizado a 12 de Setembro, foi uma manifestação de grande pesar.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

## TRABALHADORES

## Grundig não reage a graves acusações Multinacional indiferença suscita maiores protestos

Os representantes dos trabalhadores do sector de hi-fi decidiram deslocar-se a Lisboa para denunciar a vigarice montada para liquidar quase 200 empregos em Braga.

Anteontem ainda não havia uma reacção da Grundig às graves acusações feitas no dia 18, em conferência de imprensa, pelas organizações representativas dos trabalhadores do complexo Grundig/Blaupunkt. Com documentos que apresentaram aos jornalistas - e que ontem iam entregar em mão no Ministério da Economia e na Assembleia da República - os dirigentes e delegados sindicais e membros da comissão de trabalhadores denunciaram a manobra que tem por objectivo despedir sem encargos mais de 180 funcionários da GIP, que se mantiveram na empresa depois de meio milhão de despedimentos em Maio de 1997.

Comentando para o «Avante!» a postura da Grundig, o porta-voz dos trabalhadores neste processo admitiu que, depois de declarar o propósito de acabar este ano com a produção de alta fidelidade áudio em Portugal, a multinacional projecte mesmo abandonar de vez o País e, daí, não se importar com as conse-

quências das ilegalidades que está a cometer. Ramos Lopes citou declarações de um representante da empresa que, face à intenção dos trabalhadores de recorrerem a tribunal para obrigarem a Grundig a assumir as suas responsabi-

dades como entidade patronal, reconheceu que até poderiam ganhar o processo; mas logo acrescentou que a multinacional só acataria uma eventual decisão judicial nesse sentido «em última instância», pelo que os trabalhadores teriam que suportar uma espera de 6 a 8 anos, até que as possibilidades de recurso esgotassem.

«É um argumento de viga-

ristas», comentou o representante do pessoal da Grundig, alertando para os custos que teria uma derrota da multinacional, ao fim de tanto tempo. O facto de um representante da Grundig admitir tal hipótese leva os representantes dos trabalhadores a pensar que a empresa «quer dar o salto e já não se importa com o que possa suceder daqui a oito anos».



Os trabalhadores da Grundig exigem que lhes seja garantido o emprego e o salário e que a empresa assuma todas as responsabilidades que lhe cabem como entidade patronal (foto de arquivo)

## O acordo com a OEM...

Na conferência de imprensa de sexta-feira, em que participaram Manuel Carvalho da Silva e outros dirigentes da CGTP, foi relatada a história de um acordo que, afinal, não está sequer concretizado em escritura.

Em Maio de 1997, a Grundig Indústria Portugal procede ao despedimento colectivo de 500 trabalhadores, alegando a necessidade de uma reestruturação na produção de áudio hi-fi.

Dois meses passados, já a Grundig fazia saber que «procurava uma solução» para os restantes trabalhadores, uma vez que a actividade deveria encerrar no final de 1998. A «solução» foi apresentada ainda antes das férias do ano passado: um acordo de «transmissão da actividade» para a norueguesa OEM, empresa a que ficaria vinculado o pessoal da Grundig e que desenvolveria novas actividades para manter os empregos do hi-fi.

Os trabalhadores e as suas organizações tiveram conhecimento da má reputação da OEM, que deixara um rasto de dívidas na sua passagem por Estarreja e Albergaria. A Grundig foi alertada, mas «apressou-se a abafar estas informações e a desdramatizar a situação, afirmando, por escrito, que este processo se integrava num projecto que já tinha obtido o apoio do Governo português»; escrevia ainda que o financiamento seria suportado por uma firma inglesa denominada AHS Investments, apresentada como uma empresa das mais conceituadas e melhor cotada em Londres e cuja solidez tinha sido comprovada junto dos bancos.

Em Dezembro, a Grundig anunciou que as negociações com a OEM estavam concluídas. O acordo envolvia a venda de três edifícios no complexo industrial de Braga, em finais de 2001, e a transmissão da actividade e dos trabalhadores desde 1 de Janeiro de 1998 - o que se verificou, sem rescisão dos contratos com a Grundig e sem a celebração de novos contratos com a OEM.

### ... e o estouro

Começou então a ruir o cenário construído pela Grundig. Relata o documento distribuído aos jornalistas que as «novas

actividades» eram adiadas de mês para mês, a administração tomava atitudes que iam sistematicamente destruindo o processo organizado de produção de áudio hi-fi, avolumavam-se as dívidas a fornecedores e os consequentes cortes de fornecimentos, com paragens de produção e atrasos no pagamento de salários.

Perante um ambiente de autêntico terrorismo psicológico, as ORTs procuraram obter informações mais claras sobre o envolvimento da Grundig com a OEM. E acabaram por ficar a saber que o falado projecto de instalação da OEM em Braga nunca fora apresentado às autoridades competentes, nem foram dadas quaisquer garantias de apoio pelo Governo. «O que existia, sim, era a obtenção, de forma irregular, de subsídios na ordem dos 155 mil contos, com um projecto da OEM instalado em Estarreja que nunca chegou a arrancar», verificaram os representantes dos trabalhadores.

Outros documentos vieram mostrar que a «conceituada» AHS Investments apenas movimentara 19 mil contos no ano fiscal de 1997, com um saldo negativo de 2 mil contos; mais, a firma e o seu administrador são alvo de uma ordem de arresto dos tribunais ingleses e têm os seus bens congelados, situação que é do conhecimento do procurador judicial da Grundig.

Mesmo a declarada «transmissão de actividade» da Grundig para a OEM não está celebrada em qualquer escritura pública.

Perante tais factos, os ORTs afirmam que «a Grundig pretende ludibriar os trabalhadores, forjando factos falsos, envolvendo e comprometendo o Governo português, para concretizar os seus objectivos, que são, em síntese, desonerar-se de todas as obrigações para com estes trabalhadores, nomeadamente o pagamento de salários e indemnizações por antiguidade, através de uma pretensa transmissão de actividade para uma empresa desconhecida, que assume aqui o papel de um subtil instrumento para despedir, ao serviço de quem lhe esteja disposto a pagar».

## TRABALHADORES

# CGTP comemora 28 anos dia 1 de Outubro

## Valorizar os trabalhadores é lema para 1999



### 18 de Janeiro no sábado

Na Marinha Grande vai ter lugar no próximo sábado uma reconstrução histórica da revolta operária de 18 de Janeiro de 1934. O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira está associado a esta iniciativa, realizada no quadro das comemorações dos 250 anos deste sector, e pretende que ela seja «uma homenagem a todos aqueles que participaram, há 64 anos, naquele acto corajoso, heróico e histórico contra a fascização dos sindicatos, a fome e a miséria», e também «uma homenagem à população da Marinha Grande e a todas as gerações de trabalhadores vidreiros que, até aos dias de hoje, condignamente têm sabido e continuam a saber defender os seus direitos através da luta».

A reconstrução, dirigida pelo encenador Norberto Barroca, desenvolver-se-á a partir das 21 horas, do Casal Galego para a Praça Stephens.

### Autoeuropa

Responder a problemas existentes na empresa foi o motivo por que o Sindicato dos Metalúrgicos do Sul convocou dois períodos de greve de duas horas dos trabalhadores da Autoeuropa, que assim puderam disfrutar das condições necessárias para se reunirem junto à portaria, na segunda-feira, e analisar o que fazer face à pretensão da administração de impor mais 16 horas de flexibilidade no horário de trabalho.

O descontentamento do pessoal da fábrica da Ford-Volkswagen em Palmela deve-se também, segundo o sindicato, à existência de várias situações em que não é aplicado o contrato colectivo de trabalho, nomeadamente no que toca a categorias profissionais, horários de trabalho e faltas.

### Incineração no Outão

Em caso algum seria admissível a concretização do projecto que aponta para a co-incineração de resíduos industriais perigosos na fábrica da Secil, no Outão, em pleno Parque Natural da Arrábida, junto da Reserva Natural do Estuário do Sado e da nova Reserva Marinha da Arrábida - defende a União dos Sindicatos de Setúbal. «Os interesses financeiros envolvidos, quer das cimenteiras quer do grupo Mello, estão a ser claramente condicionantes de todo o processo, prejudicando uma análise séria e ponderada de toda a problemática da política de gestão dos resíduos industriais», denuncia-se numa resolução aprovada dia 16 pela direcção da USS/CGTP.

A central considera que «o balanço da acção e intervenção dos trabalhadores e dos sindicatos, ao longo de 1998, é muito animador» e que «há motivos para sérias preocupações, mas há também boas razões para estarmos optimistas».

No manifesto da CGTP para este aniversário - disponível na Internet e que vai ser distribuído por todo o País - salienta-se que «houve mais participação, mais mobilização e mais luta dos trabalhadores», que «muitos milhares de jovens iniciaram-se nas lutas sindicais» e que «obtiveram-se mais resultados», o que é entendido como «bons sinais para o futuro, revelando que os sindicatos e a CGTP-IN continuam a ser fundamentais e que a iniciativa está no nosso campo».

A generalização legal da semana de 40 horas, o rompimento da concertação social como «uma espécie de clube

de compadres de cariz corporativo, onde imperavam os interesses dos patrões» e o recuo do Governo na sua intenção de querer legislar sobre matérias da competência da AR são apontados como resultados da acção sindical em 1998. A central sublinha que é necessário «continuar a combater estes projectos prejudiciais para quem trabalha e lutar, exigir a constituição duma comissão técnica para a sistematização da legislação laboral».

A Intersindical Nacional insiste em que as condições de vida e de trabalho «podem melhorar» é, afirmando este «objectivo realizável», avançou com o lema «Valorizar os

trabalhadores» para as comemorações do seu 28.º aniversário. O caminho para atingir aquele resultado, salienta-se no manifesto, é a luta dos trabalhadores por aumentos reais dos salários e pensões (com a subida do salário mínimo nacional para 62.500\$00, em 1 de Janeiro e actualizações das pensões mínimas), pela redução progressiva dos horários de trabalho até atingir um máximo semanal de 35 horas (o que exige o abandono dos projectos do Governo relativos ao conceito de retribuição e ao trabalho a tempo parcial), por emprego com direitos para todos, por uma reforma fiscal que despenalize os rendimentos do trabalho e combata a fraude e a evasão fiscal, pela derrota dos projectos legislativos relativos a múltiplas matérias de natureza laboral apresentados pelo Governo na

AR, por uma reforma da Segurança Social que garanta a solidez e o reforço do sistema público, e pela criação de regiões administrativas (o que passa por convencer os trabalhadores a votarem «sim» no referendo de 8 de Novembro).

Nesta altura, as estruturas sindicais aos vários níveis empenham-se em promover plenários de trabalhadores e reuniões sindicais, aproveitando o aniversário para dinamizar a actividade nas empresas, sectores e distritos. No centro do esclarecimento e da mobilização para a luta estão as graves alterações legislativas previstas no pacote laboral do Governo PS.

Este é o espírito da resolução aprovada no recente plenário de organizações representativas de trabalhadores do distrito de Lisboa, que decidiu comemorar o aniversário da

CGTP com uma iniciativa que terá lugar no dia 1, a partir das 14.30 horas, no Castelo de São Jorge.

No mesmo dia, a União dos Sindicatos de Aveiro promove, nas suas instalações, um debate sobre política fiscal e as propostas da CGTP. Nas comemorações do aniversário integrou-se também o plenário distrital do passado dia 16.

No plenário de Lisboa, dia 10, a USL/CGTP e a coordenadora das CTs do distrito (CIL) divulgaram um documento conjunto apelando ao voto «sim» nas duas perguntas do referendo. A União dos Sindicatos de Setúbal divulgou igualmente, na semana passada, um comunicado explicando os motivos por que os trabalhadores do distrito devem votar pela institucionalização das regiões administrativas segundo os mapas propostos.

## Hora da luta na Telecom

O plenário nacional marcado para hoje à tarde, no Porto, «será a primeira iniciativa de luta» em que os trabalhadores da Portugal Telecom são chamados a participar, devido ao comportamento da administração nas negociações da proposta reivindicativa apresentada pelos sindicatos.

O comunicado da Frente Comum - constituída por uma dúzia de sindicatos e federações de diferentes orientações - que anuncia o plenário sublinha que as formas de luta poderão desembocar numa greve de toda a PT «a muito curto prazo».

A conclusão de que chegou a hora da luta decorreu da análise sindical das reuniões realizadas com os representantes da administração da PT e das respostas escritas já dadas a matérias constantes da proposta sindical. Admitindo que a posição transmitida pelos Recursos Humanos da Telecom possa não ser do conhecimento do presidente, os sindicatos não têm qualquer dúvida de que, pelo conteúdo das respostas, a administração «não quer, não sabe e não é capaz de negociar».

Os sindicatos aceitaram constituir um grupo de trabalho para tratar das carreiras profissionais, mas a administração pretende que tal grupo só entre em funções a 4 de Dezembro, data em que, segundo a frente comum, as negociações já deviam estar concluídas.

Também não foram atendidas as reivindicações sindicais quanto à harmonização dos níveis salariais, pois a administração não aceita concluir o processo até final do próximo ano e pretende manter a discriminação salarial em várias categorias. O primeiro dia do ano 2000 ainda não é tomado pela administração da PT como meta para a concretização da harmonização da duração do período de trabalho semanal. Face a outras importantes matérias apontadas na proposta sindical, a resposta da PT é negativa.

Nos diferentes comportamentos do departamento de Recursos Humanos, do presidente do Conselho de Administração e do ministro João Cravinho, os sindicatos descortinam «contradição e mentira». Murteira Nabo afirmou que a satisfação das reivindicações não depende de questões de dinheiro, mas a recusa do DRH nas reuniões de 9 e 11 de Setembro foi fundamentada precisamente numa alegada falta de dinheiro. Por outro lado, numa reunião com representantes da administração e do pessoal, o ministro considerou importante definir datas para concluir a harmonização (e pôr fim às discrepâncias resultantes da fusão das empresas que deram origem à PT), apelou ao diálogo e disse confiar nesta via para concluir o processo negocial; mas «a empresa empurra os sindicatos para a luta», uma vez que «parece pretender impor somente as suas ideias, como fez com a aplicação unilateral da matéria salarial».

## Carvalhas recebeu nova direcção do SJ

Uma delegação da direcção do Sindicato dos Jornalistas, eleita a 30 de Junho, foi recebida segunda-feira pelo secretário-geral do PCP. O encontro teve por objectivo a apresentação de cumprimentos dos novos dirigentes do SJ, mas permitiu também troca de informação e de opiniões sobre o Estatuto do Jornalista (que é hoje votado, na generalidade, na AR) e o despedimento colectivo no grupo «Semanário».

O presidente do SJ, João Isidro, em declarações prestadas no final da reunião, sublinhou que «não estamos dispostos a deixar cair, de maneira nenhuma, um processo de luta contra um despedimento que, se se revelar exemplar, será muito grave, não só para o conjunto da comunicação social, como para todos os trabalhadores portugueses». O sindicato vai «dar a maior publicidade possível» ao abaixo-assinado que circulou nas redacções logo após o anúncio do despedimento e que foi considerado pelo presidente do SJ como «uma vitória da classe» e «o reatar da solidariedade entre os jornalistas depois do marasmo dos anos 80».

O Estatuto do Jornalista, particularmente no que refere aos direitos de autor, é encarado pelo SJ como «muito importante para a dignidade do exercício da profissão, numa altura em que a chamada globalização nos

retira um conjunto de direitos não apenas patrimoniais, mas também e sobretudo morais».

Carlos Carvalhas manifestou «toda a nossa abertura em relação ao Estatuto do Jornalista e à continuação do diálogo sobre alguns pormenores, de modo a que seja aprovada uma lei favorável à classe e, naturalmente, também à sociedade em geral». Em breves declarações, o dirigente comunista revelou ainda que foi transmitido aos dirigentes do SJ «o nosso apreço pela intervenção do sindicato em defesa da deontologia».

Além de Carlos Carvalhas e João Isidro, participaram na reunião Vítor Dias (da Comissão Política do PCP), António José Rodrigues (do Gabinete de Imprensa do Partido), Martins Morim (tesoureiro do SJ e jornalista de «A Bola»), Anabela Fino (vogal da direcção do SJ e chefe de Redacção adjunta do «Avante!»), Seras Pereira (do Gabinete Jurídico do SJ) e Henrique Botequilha (um dos despedidos do «Semanário»).



## Pessoal das autarquias leva carta à AR

Dirigentes do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa deslocaram-se na semana passada ao Palácio de São Bento, para distribuírem aos deputados uma carta denunciando a política do Governo relativamente ao pessoal das autarquias, nomeadamente quanto ao não cumprimento do

acordo de 1996 e à manutenção de baixos salários. Na carta é atacada com particular ênfase a diferença que separa o salário mínimo nacional e o índice 100, reafirmando o STAL e o STML a exigência de aumentos salariais de 6,5 por cento em 1999, com a garantia de um aumento mínimo de 5 contos para todos os trabalhadores.

# Segurança Social

## Justiça social é condição de desenvolvimento

A Segurança Social é, antes do mais, uma questão de justiça social

O Projecto de Lei de Bases da Segurança Social apresentado pelo PCP na Assembleia da República foi divulgado à imprensa, no passado dia 17, por Edgar Correia e Lino de Carvalho.

No documento distribuído na conferência de imprensa, e de par da apresentação dos pontos fundamentais do projecto comunista, merecem particular realce quer o carácter de direito fundamental que a segurança social assume quer a crítica às opções neoliberais do Governo.

«A segurança social constitui nas sociedades de hoje um direito fundamental e uma função social do Estado de primordial importância» — começa por sublinhar o documento do PCP, que lembra: «Em Portugal a segurança social só se desenvolveu como um direito, que se estende a quase toda a população, com o 25 de Abril. E os princípios e os objectivos fundamentais da Segurança Social foram consagrados na própria Constituição da República, no seu Artigo 63.º, onde se pode ler nomeadamente que todos têm direito à segurança social, que o sistema de segurança social protege os cidadãos na doença, velhice, invalidez, viuvez e orfandade, bem como no desemprego e em todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho e que incumbe ao Estado organizar, coordenar e subsidiar um sistema de Segurança Social unificado e descentralizado, com a participação das associações sindicais, de outras organizações representativas dos trabalhadores e de associações representativas e de demais beneficiários.»

Na comunicação à imprensa, refere-se a intensa campanha, desencadeada nos últimos anos, «com origem nos círculos do grande capital financeiro, com o objectivo de dar por adquirida a ideia de que o sistema público da segurança social se encontra em estado de falência ou então de que a sua falência será inevitável dentro de algum tempo, e de que para salvar um mínimo assistencial não resta outro caminho senão o de reduzir os direitos e de levar a cabo transformações de natureza privatizadora».

Uma visão catastrófica que o PCP não acompanha, demarcando-se dos interesses privatizadores que a têm promovido. Tal como não acompanha «os que, numa perspectiva mais gradualista, recorrem ao argumento da sustentabilidade financeira para avançar com uma injustificada privatização parcial do sistema».

### Três linhas fundamentais

O PCP defende que «os direitos sociais e as funções redistributivas associadas à segurança social desempenham um papel insubstituível no desenvolvimento. Isto significa que a concretização dos direitos sociais, que obviamente absorve recursos, é também geradora de con-

dições de progresso e tem provados efeitos positivos na actividade económica».

Assume assim «a justiça social como objectivo e, simultaneamente, como condição de desenvolvimento».

«A política de menos segurança social e às orientações neoliberais que invocam a insustentabilidade financeira do sistema público para justificar a privatização parcial dos seus segmentos mais rentáveis, contrapõe o PCP a necessidade e a possibilidade de **mais e melhor segurança social**, para que as pessoas não vivam desprotegidas no presente e abandonadas à insegurança e ao medo face ao futuro e para assegurar a sua integração social.»

Nesta perspectiva, o PCP defende «uma **reforma democrática da segurança social que defenda, reforce e aperfeiçoe o sistema público de segurança social**, baseado no princípio da solidariedade entre gerações, e garante de um direito social fundamental». E com esta perspectiva e objectivo sustenta a concretização de três linhas fundamentais.

A primeira, respeitante à garantia dos direitos adquiridos e em formação de todos e individualmente de cada um dos contribuintes/beneficiários do sistema público de segurança social, com o reforço da confiança e o impedimento da imposição de regimes mais desfavoráveis.

A segunda, relativa à criação de condições para a melhoria das prestações sociais e para proceder à elevação significativa e continuada dos seus valores, em especial das prestações que se encontram num nível mais degradado.

E a terceira, visando o reforço do financiamento do sistema público da segurança social, por forma a garantir no presente e para o futuro os compromissos assumidos e a permitir uma resposta mais eficaz aos riscos sociais.

### A questão de fundo

Na declaração à imprensa, chama-se a atenção para «a questão de fundo que incontestavelmente distingue e opõe o projecto aqui apresentado pelo PCP». E sublinha-se: «Na realidade quer a proposta do Governo relativa à Lei de Bases da Segurança Social quer a do PP, embora em termos e graus diversos, avançam no sentido da pri-

vatização parcial do sistema público de segurança social com vista à constituição de um sistema misto público - privado, cuja componente pública, na visão mais extremista e destrutiva do PP, não é difícil de prever que ficaria reduzida a curto prazo a um sistema de mínimos de carácter puramente assistencial.»

O PCP considera como aspectos particularmente chocantes, na proposta do Governo: «A opção clara pelo plafonamento (ou redução do sistema público) ao adiantar que “a lei pode prever... a aplicação de limites aos valores considerados como base de incidência contributiva”; a afirmação da “partilha contractualista das responsabilidades (com as formas privadas e sociais) nos diferentes patamares de protecção social”; e a afirmação de que os regimes complementares de natureza privada constituem um “instrumento significativo de protecção e solidariedade social” e de que “o seu desenvolvimento deve ser estimulado pelo Estado através de incentivos considerados adequados”.»

Em síntese: «plafonamento ou redução do sistema público, para alargar significativamente o espaço de mercado dos produtos financeiros privados; “incentivos adequados”, concessão de estímulos públicos, para empurrar os contribuintes/beneficiários, acima do tecto ou *plafond*, para os braços vorazes das seguradoras privadas e das sociedades gestoras de fundos de pensões».



O PCP sublinha em particular o facto de a «opção do Governo pelo plafonamento ou redução do sistema público de segurança social não ter sido sequer suportada pela Comissão do Livro Branco da Segurança Social quando concluiu que “o plafonamento das contribuições constituirá sobretudo uma medida curativa com resultados pouco visíveis no reequilíbrio financeiro do sistema, já que não só mantém a perspectiva de ruptura financeira do sistema, como poderão criar ainda **dificuldades financeiras adicionais** no médio prazo, apresentando, todavia, ganhos líquidos no longo prazo”, que são aliás de montante modesto».

O facto de uma “maioria” da Comissão do Livro Branco «ter

sido confrontada com a exigência de rigor e com a crítica pública das suas opções neoliberais, formuladas pela “minoría” qualificada e activa que emergiu no seio da Comissão, não tornou possível que as suas conclusões assumissem claramente a defesa do plafonamento ou a redução do sistema público», considera-se na declaração do PCP.

O que levanta uma outra questão: «Isso torna também legítima a pergunta que neste momento queremos dirigir ao Governo: que compromissos estabeleceu com o sector financeiro para continuar a insistir, na sua proposta de Lei de Bases, com a opção pelo plafonamento, depois do próprio Livro Branco da Segurança Social não ter sus-

tentado a clara vantagem dessa orientação e de ter mesmo enumerado algumas das suas inevitáveis desvantagens?».

Uma questão política fundamental que não pode ser minimizada. Como sublinha o documento apresentado à imprensa, «o debate e a decisão parlamentares irão certamente possibilitar a introdução de alterações e de aperfeiçoamentos, alguns certamente consensuais, em relação à actual Lei de Bases da Segurança Social. Mas não seria obviamente aceitável que a melhoria de aspectos de pormenor fosse feita à custa do desvio da atenção do País daquilo que de verdadeiramente estruturante e de fundamental vai estar aqui a ser decidido».

## A proposta do PCP

No projecto de Lei de Bases da Segurança Social, são de destacar os seguintes pontos:

**1.º ponto - A centragem da Lei de Bases no sistema público de segurança social**, em obediência ao comando constitucional referido que incumbe o Estado de o organizar, coordenar e subsidiar, isto sem prejuízo da sua abrangência das iniciativas particulares de fins análogos; e a **definição de um aperfeiçoado conjunto de princípios do sistema público de segurança social** consagrando a sua universalidade, unidade, igualdade, eficácia, conservação dos direitos adquiridos e em formação, descentralização, informação, garantia judiciária, solidariedade e participação.

**2.º ponto - A consagração de um denso conjunto de regimes de segurança social** - o regime geral dos trabalhadores por conta de outrem, o regime geral dos trabalhadores independentes, o regime de seguro social voluntário, o regime não contributivo e o regime complementar - que se concretizam em prestações garantidas como direitos; a **assunção de que o regime não contributivo visa assegurar direitos básicos de cidadania** e a clara definição das situações que ele abrange; o **desenvolvimento de um inovador regime complementar**, no seio do sistema público de segurança social, de subscrição voluntária e com prestações definidas; e a **clarificação de que a acção social constitui um direito básico de todos os cidadãos**, destinada prioritariamente a prevenir situações de carência, disfunção e marginalização social e a assegurar a integração comunitária.

**3.º ponto - O estabelecimento, como critério fundamental para a determinação dos montantes das prestações substitutivas dos rendimentos do trabalho**, o nível desses rendimentos e o período de contribuição; a **fixação de que os montantes das remunerações que servem de base de cálculo das pensões e de outras prestações devem ser actualizados anualmente**; o **alargamento da base contributiva do regime geral dos trabalhadores por conta de outrem**, de forma a acrescentar às contribuições mensais dos trabalhadores e das entidades empregadoras que incidem sobre as remunerações, **uma contribuição anual das entidades empregadoras cujo volume de negócios ultrapasse**

um valor a fixar por lei, calculada pela diferença de uma percentagem do seu valor acrescentado bruto (VAB) e do somatório das contribuições mensais já pagas sobre as remunerações; e também **alargamento dos meios financeiros da Segurança Social através do produto de uma taxa a incidir sobre as transacções financeiras realizada nas bolsas de valores**.

**4.º ponto - A necessidade do orçamento e da conta da segurança social autonomizarem as receitas de cada regime e explicitarem as despesas por prestações e eventualidades cobertas; a adequação das fontes de financiamento**, por forma a distinguir, em relação às várias prestações, o que deve ser financiado por contribuições e outras receitas próprias do sistema, e o que deve ser suportado por toda a sociedade e por isso financiado pelo Orçamento do Estado; e **no caso do estabelecimento de taxas contributivas inferiores à taxa social única, bem como de isenções ou reduções de outras contribuições ao sistema, a obrigação do Estado transferir anualmente para o orçamento da segurança social o montante global dos apoios que concedeu**.

**5.º ponto - A garantia do direito à informação**, nomeadamente através da obrigação da informação anual da situação contributiva e da totalidade da carreira contributiva dos contribuintes/beneficiários; e a **garantia de uma participação maioritária de representantes das organizações de contribuintes/beneficiários no Conselho Nacional da Segurança Social**.

**6.º ponto - A obrigação do Estado, no prazo de um ano, estabelecer um plano plurianual de amortização da sua dívida ao sistema público de segurança social; e o estabelecimento, também, do prazo de um ano para publicação do diploma que regule o processo de integração da protecção dos acidentes de trabalho na segurança social, sem prejuízo dos direitos adquiridos**.

**7.º ponto - E, por último, a fixação inovadora dos princípios de organização e funcionamento que devem ser respeitados nos esquemas de prestações complementares de natureza particular (a externalidade, a portabilidade de direitos, o controlo dos direitos e do património, e o direito à informação) e o papel de tutela do Estado em relação às instituições particulares».**

## Entre o diálogo e o protesto

A CNA mantém abertas a via do diálogo e a via do protesto. Esta a posição que a Confederação Nacional da Agricultura veio divulgar à imprensa, esta segunda-feira, reafirmando a necessidade de o governo e o ministro da Agricultura ouvirem as propostas equilibradas de solução que têm vindo a ser apresentadas.

A manter-se a situação actual – e porque os agricultores têm fortes motivos para protestar –, a CNA irá promover uma série de iniciativas de protesto descentralizadas e, em Outubro, os agricultores voltarão a sair à rua, em defesa da lavoura.

«Os prejuízos provocados pelas intempéries, que estão calculados em 100 milhões de contos, reclamam outros apoios. A linha de crédito bonificado até 40 milhões de contos, única medida até agora oficialmente anunciada, não serve para grande coisa», afirma a CNA, em nota de imprensa agora distribuída.

A Confederação denuncia que «conforme estão a ser concebidas estas linhas de crédito, acabam por ser a banca, os grandes proprietários e absentistas, as grandes

sociedades agrícolas anónimas, a agro-indústria, a meter ao bolso os dinheiros públicos destinados às bonificações, aos períodos de carência e aos prazos de amortizações».

Na prática, «a agricultura familiar e o próprio movimento cooperativo ou não têm acesso ou acabam por ir contrair novas dívidas neste sistema viciado».

O comunicado da CNA sublinha que «os Seguros Agrícolas e o SIPAC – Sistema Integrado de Protecção contra as Aleatoriedades Cli-

matéricas, sendo um (pequeno) avanço, estão longe de satisfazer».

Em conferência de imprensa realizada em Coimbra, Joaquim Casimiro, dirigente da CNA, divulgou o nome de alguns dos indivíduos e empresas (9,6 por cento dos contemplados, com dívidas acima dos 500 mil contos) que beneficiaram de 63 por cento do crédito de 132 milhões de contos atribuído ao abrigo da linha de desendividamento aprovada pelo governo.

Entre estes beneficiários da linha de crédito ao desendividamento contam-se, nomeadamente, a Sociedade Agrícola e Pecuária João Urbano, que teve acesso a dois milhões e 88 mil contos; a Finagra – propriedade da família Roquette, que comercializa o vinho *Esporão* – 903 mil; A Casa Agrícola Rosado Fernandes, com 62 mil contos; a Sociedade Agrícola D. Dinis e a Atlantic Company (Herdade da Comporta), ligadas aos grupos Mello e Espírito Santo, que

tiveram direito respectivamente a 85.700 e 186 mil contos. De referir também a Cooperativa de Desenvolvimento Agrícola, entretanto suspeita de fraudes ligadas aos cereais, levadas a tribunal, que apesar disso recebeu 119 mil contos.

Segundo dados divulgados pela CNA, 75 por cento dos contemplados pela linha de desendividamento, todos com dívidas inferiores a 20 mil contos, obtiveram apenas 20 por cento do crédito (26,7 milhões).

Nesta situação muito difícil, em que ressalta a profunda disparidade e injustiça na distribuição de créditos, a CNA mantém como reclamação a atribuição de indemnizações a fundo perdido para a agricultura familiar «embora com critérios de diferenciação entre quem fez e quem não fez seguros», de par das diferentes propostas que tem vindo a apresentar e a que Governo e Ministério da Agricultura «têm vindo a fazer *orelhas moucas*».

## Nove mil pela Regionalização – pelo Algarve

O Movimento «Sim à Regionalização, sim ao Algarve» apresentou o seu processo de legalização no passado dia 16. Foram mais de nove mil assinaturas a favor das Regiões Administrativas, em geral, e da Região Administrativa do Algarve, em especial, que a Comissão Executiva do movimento levou à CNE.

Confirmando a grande abrangência deste movimento de cidadãos o acto da apresentação do processo foi participado por

uma representativa delegação de elementos destacados em diversas áreas da vida do Algarve, nomeadamente, na política, na sindical, na empresarial.

Na área política estiveram presentes, na qualidade de dirigentes, mandatários ou convidados, por exemplo, os comunistas Carlos Luís Figueira, Carlos Brito e Carlos Leal, os socialistas Luís Filipe Madeira, Paulo Neves, Elizabete Azevedo e Martim Garcias, e da área do PSD, Cabrita Neto e Elidérico

Viegas, da área da UDP, Manuel Ruivo, a par de outros dirigentes do movimento como Manuel Ramires Fernandes, presidente da Comissão Executiva, e dos vogais Valter Contreiras e Eduardo Cruz.

Foi sublinhado na altura, por participantes no acto de legalização, que, ao contrário do que pretendem fazer crer alguns opositores à Regionalização, a presença de conhecidos elementos de diferentes partidos neste movimento de cidadãos não sig-

nifica qualquer manipulação partidária da faculdade criada pela lei do referendo. Significa, sem equívocos, uma forte afirmação da grande consensualidade de que a causa da regionalização desfruta entre as principais forças políticas algarvias, o que constitui, naturalmente, uma vantagem para o triunfo do SIM.

O movimento «Sim à Regionalização, sim ao Algarve» inaugura a sua sede, numa artéria central da cidade de Faro, no próximo dia 26.

## Um longo caminho a percorrer

«Apesar de se terem dado alguns passos positivos, fruto em grande parte do trabalho das comunidades escolares, existe ainda um longo caminho a percorrer para que o nosso país se aproxime dos restantes países desenvolvidos na área do ensino e da educação.» Esta a preocupação manifestada pela CGTP-IN, em nota de imprensa sobre o início de mais um ano lectivo.

A CGTP defende, em particular, que «a situação actual e futura dos jovens exige uma maior articulação entre o ensino e a formação e a garantia de um ano de formação qualificante a todos os jovens antes de entrarem na vida activa», considerando necessário assegurar «que os gastos em educação correspon-

dam, no mínimo, a 7% do PIB, para que o país não retroceda e consiga alguma recuperação face aos restantes países europeus».



## Para este governo não há próximo ano lembra Octávio Teixeira na AR

«Entrámos na rampa final do Governo constituído pelo Partido Socialista com base nos resultados eleitorais de 1995», lembrou Octávio Teixeira, na Declaração Política que assinala o início da última sessão legislativa da presente legislatura.

Uma recta final em que os deputados do PCP começaram já por intervir nas mais diversas áreas, da política externa, com João Amaral, à Lei Orgânica dos Tribunais, sobre que se pronunciou Odete Santos, passando questões ligadas aos trabalhadores-estudantes, apreciadas por Bernardino Soares. Temas e intervenções que, entre outras, o próximo *Avante!* irá abordar.

Reafirmando a posição do PCP, Octávio Teixeira sublinhou que os comunistas continuarão a assumir-se «como a oposição de esquerda, responsável e não conformista, ao Governo do PS e à sua política neoliberal. Como sucedeu ao longo de toda a legislatura, apoiaremos tudo o que for positivo para o País e os portugueses, ao mesmo tempo que criticaremos e combateremos, com a persistência e a dureza necessárias, as políticas e acções do Governo lesivas dos direitos e interesses dos trabalhadores, dos reformados ou dos jovens».

Simultaneamente «continuaremos a apresentar iniciativas legislativas e a batermo-nos no OE pela justiça social e pelos direitos essenciais das camadas laboriosas e mais desfavorecidas».

Octávio Teixeira sublinha, em particular, que os deputados comunistas estarão inequivocamente «ao lado dos trabalhadores portugueses para recusar que, no âmbito dos direitos laborais e pela mão do PS, Portugal se aproxime dos países do terceiro mundo».

Também em relação aos agricultores, gravemente afectados pelo mau ano climático, «o que se exige do governo é o assumir de medidas e acções que visem ajudar os agricultores a suportarem o decréscimo de rendimentos», como foi proposto pelo PCP em resolução já aprovada.

Em causa está, também, o combate político para que se concretize a reforma do sistema fiscal «visando o alargamento da base tributária, o fim dos privilégios à mesa do orçamento e a redução da pesada carga fiscal que sacrifica os rendimentos do trabalho».

«Se o senhor Primeiro-Ministro quer preservar em boa situação a carteira das famílias – comenta Octávio Pato – damos-lhe a solução sem esperar quaisquer contrapartidas: inverta as políticas do seu Governo que têm promovido o agravamento da distribuição do rendimento Nacional em prejuízo dos rendimentos do trabalho. Combata o trabalho precário e de sobreexploração. Promova o aumento efectivo e real dos rendimentos salariais. Desagrave o IRS. Concretize a proposta do PCP da baixa nominal das tarifas da electricidade e reduza o preço das comunicações telefónicas. Realize reformas no SNS para que os cidadãos paguem menos pelos medicamentos e o Estado poupe milhões de contos anualmente. E tenha em atenção os rendimentos, inconciliáveis com um nível de vida minimamente digno, dos cerca de 1 milhão e 400 mil reformados que não foram abrangidos pelos aumentos das pensões anunciados pelo Governo.»

Em referência ao referendo da regionalização, em que PS e PCP coincidem na defesa do SIM, Octávio Teixeira desafia o Grupo Parlamentar socialistas a juntar votos aos dos comunistas para que durante o período da campanha os trabalhos do Plenário da Assembleia da República sejam suspensos. E lembra que «a abstenção no referendo só serve interesses dos defensores do NÃO».

# Jornada de luta contra o AMI

Representantes dos 29 países que integram a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) reúnem-se nas próximas semanas, em Paris, para retomar o debate do projecto de Acordo Multilateral sobre o Investimento (AMI). Trata-se de um projecto que visa dar total liberdade de manobra às multinacionais e aos mercados financeiros, apagando por completo o papel dos Estados e, conseqüentemente, dos cidadãos. Um projecto que começa a ser contestado em todo o mundo.

O AMI, que alguém já classificou de «Drácula político», pois tal como a mítica figura «não pode viver à luz do dia», tem vindo a ser cozinhado na maior discrição, desde há cerca de três anos, pelos governos dos 29 países mais ricos do mundo, em que se incluem naturalmente os membros do poderoso G7. O objectivo das negociações, desenvolvidas no âmbito da OCDE, nunca foi dado a conhe-

cer à opinião pública dos países envolvidos, nem sequer às respectivas representações parlamentares. O motivo é simples: em causa está a preparação de um tratado que vai alterar as próprias bases das democracias burguesas tal como hoje as conhecemos, não para benefício dos povos mas para ainda mais benefício dos capitais. A pretexto do desenvolvimento económico e do emprego, os países da

OCDE preparam-se para, através do AMI, reconhecer todos os direitos aos investidores e impor todos os deveres aos Estados, cabendo aos trabalhadores sofrer as conseqüências das «adaptações necessárias» às exigências do capital internacional.

Em Fevereiro último, «Le Monde Diplomatique» divulgava na Internet um texto bem revelador da dimensão da ameaça representada pelo AMI: «É preciso remontar aos tratados coloniais mais leoninos para encontrar expostos com tanta arrogância dominadora como no AMI os direitos imprescritíveis do mais forte - aqui as sociedades transnacionais - e as obrigações draconianas impostas aos povos. A tal ponto que os negociadores guardaram segredo sobre um texto elaborado no seio da OCDE sobre um documento qualificado por Renato

Ruggiero, director-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), de *Constituição de uma economia mundial única*».

Os alertas dados por diversas organizações não governamentais têm vindo a criar uma dinâmica mundial de contestação ao AMI. Assim, em simultâneo com as negociações da OCDE em Paris, desenvolvem-se em várias capitais iniciativas de denúncia e protesto contra aquele projecto. Para além de uma semana de luta (de 21 a 28 de Setembro), estão previstas iniciativas na Bélgica (de 30 de Setembro a 4 de Outubro), nos Estados Unidos (de 3 a 7 de Outubro), na Suécia, na Grã-Bretanha, na Austrália, na Nova Zelândia, na Holanda, na Finlândia e na Alemanha (jornada de protesto contra o AMI em Dresden, de 25 a 27 de

Setembro). No Canadá, por seu turno, está a decorrer um inquérito nacional sobre os efeitos do AMI nas leis sociais e ambientais. Em França, ao longo de toda esta semana, a jornada contra o AMI mobiliza cerca de meia centena de associações e sindicatos, com iniciativas em todo o país. Ainda esta semana, teve lugar o lançamento público de um documento realizado pelo Observatório da Mundialização, intitulado «Luz sobre o AMI: o teste de Drácula». Para Genebra, finalmente, estava prevista para ontem uma grande manifestação em resposta ao apelo de organizações não-governamentais dos cinco continentes, coincidente com a conferência conjunta da ONU e da câmara do comércio internacional, cujo tema, curiosamente, é o «Diálogo sobre o comércio mundial»...

## Clima em debate

Em Novembro, terá lugar em Buenos Aires a IV Cimeira das Nações Unidas sobre o Clima, onde, além de discutir o estado do ambiente, os delegados da União Europeia e dos 22 países participantes adoptarão medidas concretas para a redução do aquecimento global. Trata-se de um plano de acção que porá em prática as conclusões do protocolo de Quioto.

## Regime de Suharto investigado

As fortunas pessoais de todos os ministros do regime ditatorial liderado por Elias Suharto serão investigadas, anunciou o ministro da Justiça indonésio na semana passada.

«A investigação a realizar não deve ser só sobre Suharto. Todos os ministros, incluindo Habibe, devem ser investigados. Habibe também terá de responder», afirmou o responsável, citado pela agência Lusa.

O presidente Jusuf Habibe substituiu Suharto em Maio, após violentas manifestações populares. O antigo presidente é agora acusado de ter obtido milhões de dólares em negócios de família, beneficiando de favores ilícitos durante os seus mandatos.

Entretanto, a imprensa indonésia adiantou o dia 26 de Maio como provável data para a realização das eleições legislativas. A nova legislação - onde serão regulamentadas as eleições, os partidos políticos e a composição dos novos órgãos legislativos - deverá ser apresentada dentro de pouco tempo no Parlamento. Inicialmente, o Governo previa que tal acontecesse antes de Agosto.

## Suécia

# Partido da Esquerda duplica votação

Os social-democratas voltaram a ganhar as eleições legislativas suecas, realizadas no domingo, mas o quadro político do país foi reformulado. O Partido da Esquerda duplicou a sua votação, passando de 6,2 (1994) para 12 por cento, enquanto todas as outras formações (à excepção do Partido Cristão Democrata) viram os seus votos diminuírem.

O Partido Social Democrata recebeu 36 por cento dos votos e ficou com 131 deputados (menos 30 do que em 1994), mas o actual primeiro-ministro, Goeran Persson, é peremptório: «Continuaremos a governar». «Vamos ter amplas conversações sem qualquer pressão de tempo», acrescentou.

O Partido de Esquerda é apontado como o mais provável apoiante do futuro Governo, mas a sua presidente, Gudrun



Gudrun Schyman, presidente do Partido da Esquerda

Schyman, já afirmou que não pretende fazer parte do novo executivo.

Para viabilizar a sua aprovação no Parlamento, os ex-comunistas apresentam como condições a redução do horário de trabalho semanal de 41 para

35 horas e a implantação de uma efectiva política social que inclua a criação de novos postos de trabalho. Trata-se, nas palavras de Gudrun Schyman, de uma «cooperação a longo prazo».

O Partido Moderado ficou com 22 por cento e 82 deputados (mais dois), o Partido da Esquerda com 12 por cento e 43 deputados (mais 11), o Partido Cristão Democrata com 11 por cento e 42 deputados (mais 27), o Partido Liberal com 4,7 por cento e 17 deputados (menos 3) e o Partido «Os Verdes» com 4,4 por cento e 16 deputados (menos dois).

## PCP envia felicitações

Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, enviou uma mensagem de felicitações a Gudrun Schyman pelos resultados eleitorais alcançados pelo

seu partido. «O fortalecimento do papel do Partido da Esquerda na vida e na luta das trabalhadoras e trabalhadores e do povo da Suécia constitui um precioso encorajamento para a luta que travamos no nosso próprio país», lê-se na mensagem.

Considerando que estes resultados nas legislativas são «uma contribuição positiva à acção que os nossos partidos desenvolvem», Carlos Carvalhas acrescenta que o escrutínio permitirá alcançar «uma viragem de democracia, de progresso social, de defesa e promoção do ambiente, de desarmamento e paz a nível europeu».

Também o Secretariado do Comité Central do PCP felicitou a Direcção do Partido da Esquerda. «Firme defensor dos interesses dos trabalhadores e do povo sueco, assim como da neutralidade e soberania da Suécia, o vosso partido confir-

ma-se como grande força de esquerda indispensável à construção de uma alternativa de progresso social», salienta o Secretariado, manifestando ainda o seu «empenho em desenvolver as relações de amizade e solidariedade» entre os dois partidos.

Gudrun Schyman esteve em Portugal em 1997 para participar no comício internacional de 24 de Maio que se realizou no Campo Pequeno, em Lisboa, um ano depois do secretário-geral do Partido da Esquerda ter visitado o nosso país.

No âmbito das relações entre os dois partidos - que integram o Grupo Confederal da Esquerda Unitária/Esquerda Verde Nórdica do Parlamento Europeu-, Carlos Carvalhas e Fernanda Mateus, membro da Comissão Política, estiveram na Suécia em Abril do ano passado.

## Espanha

# ETA anuncia cessar-fogo ilimitado

Na passada sexta-feira entrou em vigor o cessar-fogo da ETA, iniciativa aplaudida pela maioria dos bascos e bem recebida pelos partidos políticos.

Publicada em basco nos diários *Euskadi Información* e *Deia*, a declaração da ETA que anuncia a implantação de um cessar-fogo ilimitado refere que a organização espera que «a resposta que vamos receber seja da mesma magnitude da decisão adoptada» e acrescenta que «os acontecimentos futuros podem determinar o carácter definitivo desta suspensão».

Porquê o cessar-fogo agora? A ETA responde: «Graças ao trabalho realizado, hoje em dia vemos oportunidades únicas para que surjam novos acordos e pontos de união no caminho da independência do País Basco.»

Segundo uma sondagem realizada para o jornal *El País*, 73 por cento da população do País Basco sente-se esperançada com a trégua dos etarras, enquanto 19 por cento se mostra céptica.

Os bascos demonstram estar mais abertos à proposta da ETA

do que os restantes espanhóis. No País Basco, 59 por cento pensa que se trata de uma oferta sincera e só 19 por cento que se trata de um logro, enquanto que a nível nacional 25 por cento julgam que os etarras estão a agir honestamente e 57 por cento que se trata de um artificio.

Por outro lado, 50 por cento dos bascos considera que o estatuto de autonomia basco deveria ser alterado se com isso a ETA abandonasse definitivamente as armas.

«Que ninguém duvide que o

Governo contemplará uma oferta séria, se se confirmar uma consolidação da trégua», afirmou o ministro do Interior, Jaime Mayor Oreja, no domingo, dois dias depois de defender que o cessar-fogo consistia numa «manobra táctica» da ETA devido à pressão policial que tem sofrido.

Esta mudança de posição vai ao encontro das declarações dos outros partidos políticos, que viram com optimismo o cessar-fogo. A Esquerda Unida saudou com satisfação a iniciativa e sublinhou a necessidade de

todos os partidos democráticos se juntem e dêem os passos necessários para a consolidação do cessar-fogo.

O Herri Batasuna referiu que esta «boa notícia» não significa que tenha «chegado a paz ao País Basco», devido à existência de «600 presos dispersos pelos Estados espanhol e francês», da presença da polícia e da Guarda Civil «para manter a repressão» e porque a Espanha e a França «se negam a reconhecer» que o povo basco «tem direito a decidir livremente o seu futuro».

## Novos atentados na Argélia

Uma nova onda de violência voltou à Argélia na semana passada, dias depois do presidente Liamine Zéroual ter anunciado a realização de eleições presidenciais antecipadas.

No sábado, 22 pessoas morreram e 60 ficaram feridas na sequência da explosão de uma bomba artesanal no mercado de Tiarret, no ocidente do país. No fim-de-semana anterior, 37 pessoas foram massacradas na região de Ain Delfa e registaram-se quatro atentados à bomba em três localidades argelinas.

# Crise económica global

## Apagar o fogo com gasolina

A crise financeira que tem vindo a assolar os mercados mundiais foi um dos temas centrais da recente sessão plenária do Parlamento Europeu. Não só por se tratar de um tema de grande actualidade, mas porque serviu para elucidar sobre a incapacidade dos apologistas da lógica ultraliberal reinante em, por um lado, reconhecerem o falhanço das suas opções, e por outro em recusarem liminarmente qualquer alternativa ou paragem, nem que fosse só para pensar, dispostos a entrar numa lógica suicida.

Cega às evidências, esta linha dominante ignora igualmente as alternativas. Como afirmou Joaquim Miranda durante o debate parlamentar, o que se passa "é muito mais do que uma crise conjuntural, que tem alicerces profundos nas orientações ultraliberais dominantes à escala planetária e cujas consequências se fazem e farão sentir nas economias dos nossos países".

O deputado do PCP adiantou ainda que "a inversão da situação passa inevitavelmente por uma maior atenção aos problemas sociais e por um relançamento da procura interna, como exige, ainda, uma eficaz regulamentação dos movimentos de capitais, com a devida taxação, no âmbito de uma adequada cooperação financeira internacional".

Estes pontos de vista foram traduzidos numa proposta de resolução apresentada pelo Grupo da Esquerda Unitária Europeia, a que pertencem os deputados do PCP, na qual se afirmava que a actual crise financeira "traduz o fracasso das políticas ultraliberais aplicadas até agora" e se propunha a criação no seio da ONU de uma "instância multilateral com

a preocupação do PE pelo facto de os mercados financeiros "serem agora globais e não estarem sujeitos a uma efectiva regulação e supervisão internacional".

Após esta "descoberta", para a qual alguns não se têm cansado de alertar, à que se pensou que se pudesse seguir uma reflexão introspectiva, a receita surge numa lógica de "mais do

Mais do mesmo. Uma receita que começa a fazer escola, como o demonstrou o debate realizado no mesmo dia sobre a situação na Rússia.

### Situação russa sem solução à vista

A situação na Rússia e a possibilidade de contaminação e alastramento da situação ao resto da Europa sensibilizou igualmente os eurodeputados.

Na sua intervenção, Joaquim Miranda apontou o dedo à responsabilidade pessoal de Ieltsin numa crise "a um tempo política, económica, financeira e social", mas não separou a situação das pressões e imposições externas, "nomeadamente do FMI e da própria União Europeia, de que sistematicamente foram afastadas preocupações de índole social". O deputado do PCP alertou que se a UE quer desenvolver uma acção positiva, deve considerar a Rússia como um interlocutor privilegiado, orientar a sua acção no sentido da estabilidade do país e "abandonar pressões para a implementação de medidas económicas que se revelaram desadequadas".

Prevaleceu novamente uma lógica autista, com o presidente da Comissão Europeia, Jacques Santer, a dar o mote ao declarar que o problema na Rússia foi ter-se reformado "pouco e mal" e a resolução aprovada, igualmente com os votos contra do PCP, a utilizar cinco vezes a expressão "economia social de mercado", como um objectivo a atingir.

De forma despidorada, os amigos de ontem passaram a bodes expiatórios e os métodos outrora aplaudidos e louvados ficaram rotulados de desastrosos.

Assim, o texto final atribui a origem da crise à "persistente incapacidade das autoridades russas de realizarem reformas estruturais de fundo" e lamenta "o fracasso dos sucessivos governos russos no que diz respeito ao saneamento efectivo do caos social". Ao mesmo tempo, "descobriu-se" que o processo de privatizações teve um carácter "não transparente", o que levou à "concentração do capital económico numa oligarquia económica".

A solução, aconselha o PE, é um governo estável "cuja principal prioridade seja a resolução dos problemas estruturais da economia russa e a aplicação de necessário processo de reformas legais, institucionais e económicas no sentido de uma economia social de mercado". Do povo russo, à partida um dos principais interessados numa solução para a situação que se vive no seu país, pouco se fala. Mas pode-se ir prevendo que muito mal estará o povo russo se os conselhos emanados na semana passada de Estrasburgo tiverem eco na sua terra.



A luta contra a crise económica exige mudanças políticas

capacidade de regular os movimentos de capitais".

Face a um fenómeno cujas proporções têm vindo a aumentar, com o próprio Parlamento a reconhecer a transformação da crise financeira numa "crise económica mundial", acabou por ser aprovada uma resolução, com os votos contra dos deputados do PCP, que manifesta

mesmo", com o reconhecimento de que "a continuação da liberalização e dos investimentos transnacionais são o melhor meio de enfrentar a crise". Isto, a par de uma "reforma das instituições financeiras internacionais" (FMI, BRI, OMC), com o intuito de assegurar "que os mercados de capitais funcionem melhor".

## EUA

### Direitos dos emigrantes violados

A organização Human Rights Watch, num relatório publicado na semana passada, acusou o Departamento de Imigração dos Estados Unidos de violar as leis de asilo e as leis internacionais de direitos humanos.

Segundo o documento agora tornado público - fruto de uma investigação que durou um ano e meio - as autoridades norte-americanas prendem injustamente milhares de emigrantes e permitem que estes vivam em condições deploráveis e sofram maus tratos.

«Os emigrantes detidos enfraquecem durante anos em instituições criminais onde lhes é negado cuidados médicos, são maltratados fisicamente e insultados», lê-se no relatório.

Ao contrário da legislação aprovada pela ONU, segundo a qual os refugiados que pediram asilo não devem ser misturados com presos de delito comum, metade dos 16 mil imigrantes detidos nos EUA encontram-se nesta situação. Na sua maioria trata-se de pessoas sem documentos que pediram asilo.

Os maus tratos a que são sujeitos são enumerados pela Human Rights Watch: choques eléctricos, espancamentos, acorrentamento de pés, reclusão em calabouços por não perceber

inglês. De entre os exemplos apresentados pela organização destaca-se o caso de duas chinesas que foram isoladas durante vários meses, uma por não saber usar um afia-lápis e a outra por gastar demasiado papel higiénico.

Os reclusos são concentrados em cerca de mil prisões sob a responsabilidade dos municípios. Em troca deste «favor», o Departamento de Imigração paga anualmente 182 milhões de dólares ao sistema de prisões. Os governos municipais beneficiam com grandes quantias de dinheiro graças à custódia dos emigrantes, permitindo-lhes amortizar as suas dívidas e reduzir os impostos.

A lei de emigração de 1996 aumentou em 70 por cento a taxa de detenções, ao ampliar o conceito de «delitos que constituem motivo de deportação». Segundo a nova legislação, se um emigrante ilegal conduzir com excesso de álcool ou roubar roupa numa loja deve ser expatriado.

Só durante o mês de Agosto, no estado do Texas foram detidos mais de 500 emigrantes por conduzirem embriagados. De acordo com números divulgados pelas autoridades, no ano 2001 o número de detidos deverá rondar os 23 mil.

PARLAMENTO  
EUROPEU



## Em Plenário

**Mulheres e desemprego** - este relatório partiu do pressuposto de que o desemprego feminino é um fenómeno que se encontra gravemente subavaliado, pelo facto de a actual definição de desemprego excluir muitos grupos em que as mulheres predominam, além de que as mulheres têm mais probabilidades do que os homens de efectuarem um trabalho precário e atípico, sob a ameaça constante do desemprego. Perante isto, o documento aprovado apela para a necessidade de uma nova definição de desemprego, que reflecta com mais exactidão a variedade de características do exercício de uma actividade económica pelas mulheres. Na sua intervenção, Sérgio Ribeiro focou a questão do novo perfil do trabalho, chamando a atenção para a terciarização "que contribui para uma feminização do trabalho". Outro aspecto abordado pelo deputado do PCP foi a formação, alertando para o facto de as mulheres, "enquanto grupo social ainda refém de uma divisão social do trabalho sexista e discriminatória, estarem mais dependentes do indispensável esforço de formação".

**Famílias monoparentais** - face às alterações sofridas pela estrutura familiar tradicional ao longo dos últimos anos, e particularmente face ao aumento das famílias monoparentais (que têm à cabeça as chamadas "mães solteiras" e que constituem actualmente 40% da população do Norte da UE, tendência seguida pelo Sul), o PE aprovou uma resolução que chama a atenção para a necessidade de se promulgar legislação que reflecta esta realidade, abrangendo domínios tão diversos como a fiscalidade, a habitação, os seguros, os deveres e direitos matrimoniais e a segurança social, incluindo o direito à pensão.

**PME's e mercados de capitais** - este relatório trata do mercado de capitais para as PME na perspectiva do envolvimento das eventuais poupanças das PME "no livre jogo da especulação financeira e monetária manipulado pelas transnacionais", como o qualificou Sérgio Ribeiro. O deputado do PCP sublinhou que "os mercados de capitais, tal como funcionam, não servem as PME", sobretudo as pequenas e micro-empresas que representam cerca de 99% do tecido empresarial da UE e mais de 50% do emprego. Sérgio Ribeiro conclui que, perante estes dados, os mercados de capitais não servem para reforçar o tecido económico dos Estados-membros de que as PME's são a rede. Apesar de terem votado contra o relatório, os deputados do PCP conseguiram incluir no seu texto uma alínea sobre a necessidade de promoção do associativismo entre as PME, quer a nível nacional como europeu.

(Resumo da sessão de 14 a 19 de Setembro)

## Situação em Angola

Termina hoje em Bruxelas a reunião da Assembleia Paritária ACP/UE, que juntou desde o início da semana os representantes do PE e dos 71 países ACP em torno de uma ordem de trabalhos que discutiu um largo espectro de questões, desde o futuro das relações entre estes dois grupos de Estados até à situação actual de alguns países ACP.

No âmbito do debate sobre a situação concreta de alguns países, o deputado do PCP e vice-presidente da Assembleia, Joaquim Miranda, apresentou uma proposta de resolução sobre Angola que, face às "graves violações e sérios obstáculos que se levantam à implementação do acordo de Lusaca", apela aos Estados signatários do Acordo de Lomé e à comunidade internacional que apoiem o processo de paz em Angola e "condena firmemente a atitude Savimbi e da UNITA, responsabilizando-

-os pelos atrasos no cumprimento do Acordo de Lusaca".

O texto exorta ainda a que Savimbi e a UNITA cumpram com as suas obrigações e dêem provas de "uma real vontade de implementação do processo de paz, nomeadamente através da sua total e imediata desmilitarização, da desmobilização dos seus efectivos militares e da sua total cooperação com o Estado Angolano para o efectivo controlo por parte deste das zonas que ainda não estão sob sua administração".

A Assembleia Paritária ACP/UE é um organismo que reúne os representantes do Parlamento Europeu e dos parlamentos dos países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP), signatários do Acordo de Lomé. Esta reunião ficou marcada por ter contado, pela primeira vez, com a presença da África do Sul, como membro efectivo, e de Cuba, como observador.

PCP  
Reunião  
Nacional  
de Quadros



# Regionalização Preparar a Campanha do Referendo

As intervenções centrais do Encontro de Quadros realizado em 19 de Setembro, no anfiteatro da Faculdade de Ciências de Lisboa

PCP  
Reunião  
Nacional  
de Quadros



# Uma porta para o desenvolvimento

Intervenção de Agostinho Lopes

Quando o jornal *Público* titula um artigo «O mapa que aumenta a pobreza», a que acrescenta como subtítulo «assimetrias regionais agravam-se com o projecto de regionalização» (assim como quem diz: esta terra só agora existe porque só agora está no mapa), temos pela frente uma exemplar amostra do terrorismo jornalístico! Mas não só. Ilustra também a importância da questão do desenvolvimento nesta batalha da regionalização!

Outros exemplos se poderiam enunciar: a regionalização vai significar a perda da solidariedade nacional entre regiões; com o mapa aprovado as regiões não têm massa crítica e as assimetrias vão crescer; etc.

Tudo junto evidencia a necessidade de abordarmos este binómio regionalização/desenvolvimento de uma forma correcta, clara e impressiva! Sendo uma questão-chave na campanha do referendo, precisa de uma argumentação forte, mas simples.

Para bem combater os adversários da regionalização. Para não nos enganarmos a nós próprios... resumiria assim:

**No actual quadro económico, social e político, a Regionalização é uma condição necessária mas não suficiente de desenvolvimento.**

**Abre potencialidades e possibilidades de desenvolvimento**, mas necessita que outros factores e condições se verifiquem, cumulativamente, conjuntamente, para que o desenvolvimento aconteça. **É uma porta que se abre (mas não chega)**. Exige que outras coisas aconteçam, atravessem a porta aberta).

**Mas hoje, nos tempos que correm, também não há, não haverá, desenvolvimento sem que essa porta esteja aberta!** É uma condição necessária.

Vejamos com mais pormenor.

A regionalização, se não tem «tudo» a ver com os problemas dos portugueses, tem muito a ver com muitos dos seus problemas. Tem a ver com a concepção de Estado, de democracia, de desenvolvimento. Tem a ver com a importância de uma correspondência, uma adequação, uma articulação, entre o «espaço dos problemas» e o «nível e espaço do poder», capaz de permitir responder aos problemas das populações com eficiência, com equilíbrio e com participação democrática. O sucesso do Poder Local é uma afirmada e exemplar demonstração disso.

Uma resposta com eficiência, porque uma abordagem e um nível de decisão dos processos económicos, sociais, administrativos, culturais, adequada a um dado espaço.

Espaços face aos quais há hoje muitas vezes um vazio ou ambiguidade ao nível do poder de decisão. Lembremo-nos de todas aquelas coisas que tocam mais de um concelho, ou superam o âmbito de um município isolado, e que pela sua ainda reduzida dimensão permanecem suficientemente distantes da Administração Central. Os exemplos não faltam: a rede viária regional, os transportes aéreos e ferroviários da região, actividades de dimensão vincadamente regional, como a agricultura, problemas como o património cultural, etc.

E os contra-exemplos também. É uma evidência a incapacidade de Associações de Municípios assumirem uma intervenção plurimunicipal/regional, por dificuldades do poder municipal em ultrapassar a estrita lógica concelhia! E a soma de poderes municipais não dá poder regional, como querem alguns...

É o Prof. Simões Lopes que afirma «quer no que respeita aos recursos humanos, quer no que toca aos recursos naturais, a regionalização como processo de organização espacial da sociedade, garante de forma incontroversa uma maior eficiência na sua utiliza-

ção». Aí está o Poder Local a demonstrá-lo: com uma menor participação nas receitas do Estado realiza uma maior percentagem do investimento público. (7% das receitas do Estado realizam 25% do investimento público e 18% do emprego público!)

## Resposta democrática às desigualdades

Quem vai responder às desigualdades intra-regionais, dentro das regiões que crescem a olhos vistos, pela crescente polarização da vida social de alguns poucos centros urbanos, e a também crescente desertificação do mundo rural? É uma interrogação a que cada município de *per si* não poderá responder, até porque terá dificuldades em «ver» essas desigualdades. É uma interrogação a que o Poder Central dará resposta insuficiente ou nula. Mas é uma interrogação que regiões (como Trás-os-Montes e Alto Douro, Beira Interior, Alentejo), que não aceitam as diferenças de desenvolvimento face às outras regiões do País, não poderão deixar de obrigatoriamente responder. As desigualdades entre as diversas sub-regiões e espaços da região imporão intervenções e medidas diferenciadas que só a nível regional poderão ocorrer de forma adequada.

Só a regionalização, com a criação da autarquia região administrativa, dotada de órgãos próprios e politicamente responsáveis perante os eleitores da respectiva área geográfica, dinamizará a participação democrática dos cidadãos e populações. Só assim se estabelecerá uma gestão da coisa pública regional pelos que estão próximos e são directamente interessados, baseada na concorrência das forças partidárias, aferida regularmente por eleições, e na intervenção das organizações socioeconómicas, sindicais, culturais e outras. Consolidado o Poder Local municipal e de freguesia, só um poder diferente, autónomo face aos concelhos (o que não significa antagónico ou conflituante) estará em condições de potenciar um novo dinamismo dos municípios e a realização das sinergias que a sua integração e unidade numa região administrativa possibilitará.

As Comissões de Coordenação Regional exemplificam (como contra-exemplos) que não basta existir uma «instituição» empenhada no desenvolvimento para que o desenvolvimento se faça. A sua natureza de estrutura desconcentrada e dependente da Administração Central, a desresponsabilização política e a dis-

tância face a algumas regiões, negaram objectivamente as suas capacidades como ferramenta de desenvolvimento.

Estas potencialidades de um efectivo e bem concretizado projecto de regionalização são envolvidas no actual quadro económico, social e político por condicionantes externas e internas que fazem da regionalização uma condição necessária de desenvolvimento.

A complexidade das tarefas da Administração Central no contexto da integração comunitária e dos fenómenos de mundialização que atravessam a sociedade portuguesa, e a não menor complexidade das dinâmicas socioeconómicas em curso, o seu aceleramento, a necessidade de compatibilizar vectores contraditórios para um desenvolvimento polifacetado, integral e democrático, dão à Região Administrativa não só um papel de acrescida importância no desenvolvimento do espaço territorial respectivo como fazem dela uma necessidade.

Também o nível extremamente baixo do potencial próprio para o arranque e auto-sustentabilidade de um processo de desenvolvimento a que desceram algumas regiões no País, tendo mesmo alguns dos seus concelhos descido provavelmente abaixo de um limiar crítico, torna imperativa a necessidade da regionalização.

## Condição necessária mas não suficiente

Sempre afirmámos que a regionalização não é uma condição suficiente para o desen-

volvimento regional. Mas também sempre afirmamos que a regionalização poderia ter um importante papel na superação das assimetrias regionais, desde que se verificassem cumulativamente outras certas condições.

E a primeira diz respeito ao conteúdo da própria regionalização. Isto é, das atribuições e competências descentralizadas do poder central para as regiões. Do seu acompanhamento pelos correspondentes meios financeiros, acrescentados das verbas necessárias para compensar as desigualdades do desenvolvimento, penhor da necessária solidariedade nacional. A manutenção (ou não) da solidariedade nacional exigirá uma boa Lei das Finanças Regionais.

Em segundo lugar, a exigência de que as forças políticas e os autarcas regionais elei-

tos optem por políticas conforme os interesses do desenvolvimento regional, e incentivem as populações a assumirem elas próprias o protagonismo político no desenhar e concretizar das estratégias de desenvolvimento. Dinamizem e promovam a participação democrática dos cidadãos na vida da região, o empenhamento do poder local (municípios e freguesias), dos agentes económicos, sociais e culturais.

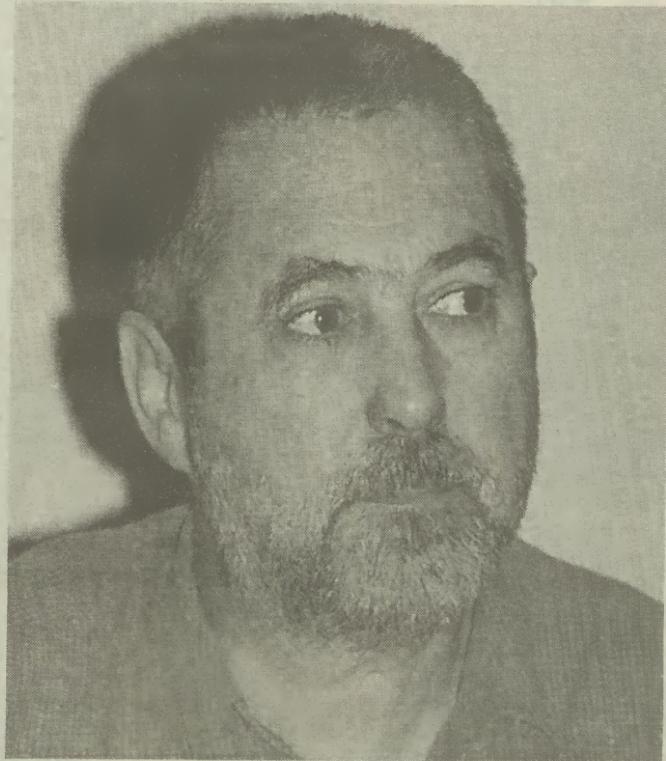
Em terceiro lugar, a consciência de que os principais estrangulamentos e círculos viciosos do desenvolvimento regional decorrem das políticas de direita que há vinte anos determinam o rumo das políticas económicas e sociais no País. Políticas que liquidaram em grande parte as potencialidades, medidas e instrumentos criados pela Revolução de Abril. Políticas que somaram problemas e estrangulamentos ao património de subdesenvolvimento acumulado pelo fascismo. Sempre alertamos para a terrível ilusão de que a «descentralização administrativa» e a «regionalização» fossem as palavras mágicas capazes de solucionar os problemas de décadas de abandono, de exploração, de subdesenvolvimento regional. Não foi o PCP que, ao longo destes anos após Abril, transformou o Terreiro do Paço no bode expiatório de todos os problemas de tantas regiões portuguesas, desculpando e eludindo as responsabilidades políticas dos governos do PS, PSD e CDS.

A continuação de políticas guiadas pelo fundamentalismo neoliberal, bem estribadas pelas orientações comunitárias (Maastricht, liberalização, desregulamentação, privatizações, PAC, moeda única, etc.), sem dúvida nenhuma, aprofundarão ainda mais os problemas de todas as regiões e as desigualdades entre elas, num quadro do agravamento geral da situação socioeconómica do País. Não há regionalização que responda às consequências dessas políticas. Das políticas de direita do Governo PS do Eng. António Guterres.

Mas as regiões podem ser um importante espaço para o combate político e social (e não para a «guerra fratricida», a «guerrilha burocrática», o «afrontamento regional») pela participação democrática das populações, pelo desenvolvimento, pelas necessárias políticas regionais.

## O argumento da massa crítica

Na abordagem das relações regionalização/desenvolvimento, aparece com muita



# Regionalização



# Democratizar descentralizar desconcentrar

## Intervenção de João Amaral

força a ideia (lançada por quem está contra a regionalização, mas não só) de que a regionalização só será igual a desenvolvimento com outro mapa das regiões! Surgem mesmo os que afirmam que com oito regiões aprovadas, e que vão ser referendadas, as desigualdades entre regiões serão agravadas.

São os defensores do mapa das 5 regiões correspondentes à CCR! O seu argumento mais conhecido é o da «massa crítica». Segundo esses, com oito regiões, algumas destas terão uma dimensão insuficiente, sem meios humanos, técnicos e financeiros para um desenvolvimento sustentável, ficarão separadas zonas desenvolvidas e zonas subdesenvolvidas, e estas não poderão contar com o apoio daquelas!

Três experiências conhecidas deitam por base aquela tese:

**1.ª experiência – a das próprias CCR, e em particular a do Norte, Centro e Lisboa e Vale do Tejo.** Apesar de possuírem a tal «massa crítica», apesar de juntarem litoral e interior, o resultado está à vista... E o problema não resultou só do que atrás referimos. É o que muito logicamente acabam por ter as suas atenções polarizadas pelos centros urbanos mais populosos, mais desenvolvidos e mais exigentes!

**2.ª experiência – ainda a do Poder Local.** A rica experiência das autarquias municipais pós-25 de Abril, precisamente em concelhos sem «massa crítica» no interior transmontano, beirão ou alentejano – mostrou as potencialidades da «autarquia» a quem foram dadas condições económicas e políticas para criar «massa crítica», inclusive deslocando-a de onde, aparentemente, a haveria em excesso.

**3.ª experiência – que é uma interrogação/provocação!** Possui a Madeira, possuem os Açores «massa crítica» para serem regiões autónomas? Parece evidente que sim!

Com a natureza constitucionalmente prevista para a **Região Administrativa** – natureza de **Autarquia Local**, a dimensão prevista de cada região parece adequada e justificada (até pela relativa homogeneidade de cada uma)! Para lá de uma razão maior: a vontade das populações.

Para lá da abordagem genérica e global desta problemática, a batalha pela regionalização vai exigir uma resposta concreta, objectiva e adequada ao nível de cada região.

Em cada região temos de demonstrar que a sua criação pode, e sublinho o pode, significar **mais desenvolvimento, mais e melhores condições de vida para as populações, mais democracia** com uma participação mais directa, mais próxima das pessoas naquilo que regionalmente lhes diz respeito.

Temos de transformar as linhas gerais que enunciamos em respostas simples e claras, em exemplos concretos e objectivos das vantagens da regionalização.

Ou seja, há que **elaborar/sintetizar um argumentário** em cada região.

**Usar com força e em permanência o exemplo das autarquias locais.**

Mostrar o que se poderia ter evitado ou o que se poderia ter conseguido se as regiões já estivessem instituídas há muito tempo. No fundo, explicitar «os custos da não regionalização».

Em Trás-os-Montes tenho usado os seguintes exemplos (alguns são também válidos para outras regiões):

- A liquidação das vias férreas
- Uma distribuição mais ajustada do PIDDAC/Orçamento do Estado
- Uma aplicação mais adequada dos fundos comunitários
- Os fundos disponíveis do Banco Mundial que não foram aplicados, etc.

Mas este é um **exercício** a fazer em cada futura região.

Recordo ainda, para a elaboração desse argumentário, que a grande maioria das DOR tem realizado, aquando das respectivas assembleias, balanços e programas para os problemas regionais. São, em geral, um bom ponto de partida.

Quando se aborda uma qualquer reforma que toque a estrutura do Estado, é do mais elementar bom senso e é também uma exigência e um dever que nós, comunistas, devemos assumir perante o nosso povo, o de verificar com todo o cuidado, com toda a atenção, se essa reforma tem um conteúdo democrático, se corresponde a um aperfeiçoamento da democracia e se responde aos interesses do País.

Ao longo destes 22 anos, desde a entrada em vigor da Constituição, defrontámo-nos muitas vezes com reformas do Estado, relativas às suas estruturas, aos seus órgãos ou à administração pública. Apoiámos e incentivámos várias dessas reformas, por mero exemplo, o reforço da autonomia e dos poderes das autarquias locais, a garantia da autonomia do Ministério Público, o reforço dos poderes reservados da Assembleia da República, ou a crescente intervenção do Tribunal de Contas. Mas, combatemos outras, como as sucessivas tentativas de subverter o princípio da proporcionalidade na eleição dos Deputados, ou o reforço dos mecanismos de ingerência técnica e financeira nos Municípios.

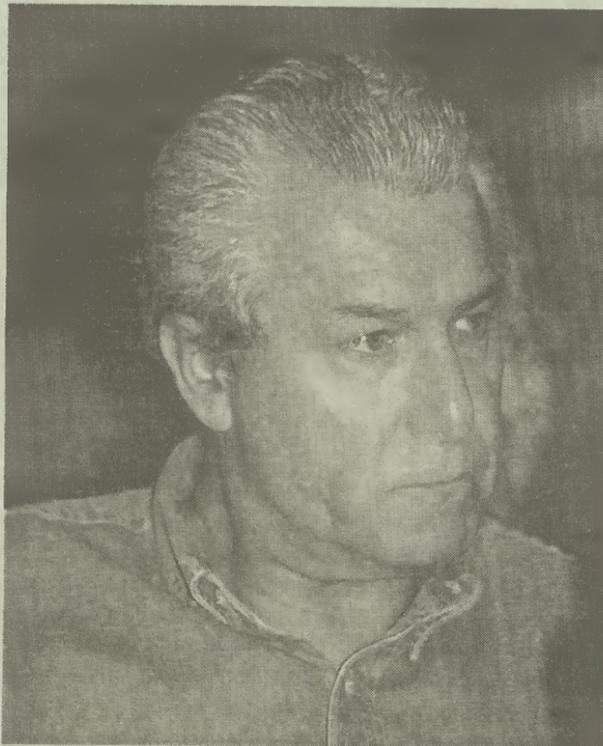
Quanto à Regionalização, ninguém certamente duvida entre nós que a posição de apoio que temos desde a entrada em vigor da Constituição, significa que a consideramos uma reforma democrática, necessária e justa.

É sempre útil recordar que foi logo em Junho de 1977 que o PCP apresentou o seu primeiro projecto de lei sobre a criação das regiões. Fomos o primeiro partido a fazê-lo, e não foi um acto isolado. Apresentámos o Projecto de Lei na sequência de uma reunião do Comité Central, realizada em 3 e 4 de Abril, desse ano, à qual o camarada Carlos Costa apresentou um relatório, onde se reclamava a abertura imediata de um debate sobre a Regionalização e a fixação de um calendário para a realização de eleições para as Assembleias Regionais. Isto há vinte e um anos!

Mas, se nós não duvidamos, sabemos que outros duvidam. Há os que o fazem de pura má-fé, não é desses que falo. Refiro-me a gente séria que tem sido tocada pelas trombetas da calúnia e confusão que o PSD e o PP e alguns comentaristas têm procurado lançar.

Quando procuramos saber se uma certa reforma do Estado é democrática, nós, no PCP, temos no nosso Programa os elementos que consideramos essenciais para que isso suceda.

Para nós, um Estado democrático pressupõe, entre outras exigências, a eleição dos órgãos do Estado do topo à base, uma administração pública descentralizada e a participação popular no



exercício do poder. Sucede assim com as regiões?

### Uma reforma democrática

No nosso Programa, a criação das regiões administrativas é um dos sete traços essenciais da organização do poder político na democracia avançada, tal como o PCP a propõe.

E quando lemos, nesses sete traços, o ponto relativo à regionalização, constatamos que a primeira característica que lhe apontamos é a de ser «factor da reforma democrática e descentralização e desconcentração da Administração Pública».

Na realidade, o que é que se passa hoje com as actividades que no futuro as regiões vão exercer? Diga-se entretanto, em parêntesis, que essas actividades não são políticas. Não se trata de fazer leis, nem definir a política económica, nem muito menos de áreas como a justiça, a segurança pública ou a política externa. As actividades que as regiões vão exercer são administrativas, em áreas como o ordenamento, o desenvolvimento, infra-estruturas, áreas sociais e culturais. Ora, essas actividades são hoje exercidas por uma rede de serviços que existe já e está espalhada pelo País. Essa rede vive numa cadeia que vai passando pelo distrito pelos agrupamentos de distritos, pelas CCR's, pelas Direcções Gerais. Na base dessa rede, está o Poder Local. Qual é a questão? É que a parte da actividade administrativa do Estado que é exercida pelo Poder Local, essa obedece àquelas características, de legitimação pelo voto dos responsáveis, de descentralização, de proximidade das populações. Mas, isso já não sucede com aquelas actividades que se distribuem pelo território nacional e que são exercidas pela referida rede de servi-

ços, que se situa entre o Poder Local e os órgãos centrais do Estado. Há uma rede administrativa que precisa de ganhar o que hoje não tem: responsáveis eleitos, aplicação do princípio da descentralização, proximidade da população. São precisamente estas exigências profundamente democráticas que as regiões preenchem, e esta é uma das razões para nós, comunistas, estarmos pela sua criação.

Como podíamos opor-nos à existência desta estrutura do Estado, quando ela concretiza os princípios democráticos de organização do Estado pelos quais nos batemos? Se corresponde à descentralização de determinadas atribuições e competênci-

as de nível administrativo, tal como sucede nos Municípios? Como podíamos opor-nos se assim o exercício dessas atribuições se realiza a um nível mais próximo das populações, possibilitando uma maior participação popular? Como podíamos opor-nos, quando com as regiões a responsabilidade das decisões passa para órgãos eleitos, que têm de submeter regularmente a sufrágio as suas opções de gestão? Quando a actividade executiva, a da Junta, passa a ser submetida à apreciação de um órgão representativo, pluripartidário, com membros eleitos directamente e outros representantes das Assembleias Municipais?

Quando vemos democratas, gente séria, a pôr dúvidas, temos de concluir que lhes falta informação. Então, será que preferem um Estado centralizado, com decisões centralizadas, tomadas longe da população, por responsáveis que funcionam virados para agradar ao centro político e não às populações? Em nome de quê é que prefeririam isso?

Num País que tem centenas de Municípios e milhares de freguesias, não invoquem, por favor, a fragmentação do poder, ainda por cima quando o nosso objectivo, como PCP, é o reforço



significativo das atribuições, competências e meios financeiros dos Municípios, isto é, mais poder ao «fragmentado» poder local.

Diz-se, mais ou menos às claras, que as regiões podem levar à emergência de caciques regionais. Não sei que conclusão tiram os que dizem isso do facto de as eleições nacionais terem levado a Governos como o da AD em 1979, o do Cavaco, ou o actual Governo com a sua política de direita. Nem sei que conclusão tiram do facto de as eleições locais nos terem dado prendas como Abecasis e muitos outros que me abstenho de nomear.

Claro que o combate político torna-se mais complexo. Além do terreno dos órgãos de soberania e do Poder Local, ele passa a ser travado a um outro nível, o nível regional. Mas, isso é sempre positivo para as populações, seja qual for a composição política da Junta Regional e a cor e o feitio do seu Presidente. Dizer o contrário era como ter dito na altura que era melhor não haver Município de Lisboa por o Abecasis ser o seu presidente.

A existência das regiões é positiva para a acção democrática porque abre um largo campo de luta democrática, em defesa dos interesses do nosso povo. Por vezes, em condições difíceis, como será em regiões onde hoje temos baixa expressão eleitoral. Mas aí saberemos lutar, organizarmo-nos, reclamar com as populações, apresentar propostas. Com um poder mais próximo, há muitas e melhores oportunidades para um combate em defesa das populações. A existência de regiões facilita e impulsiona a organização democrática, porque lhe dá novos campos de actuação e uma maior justificação e legitimidade para a acção.

O papel dos democratas não é ter medo das regiões por poderem aparecer alguns líderes regionais com características populistas ou tendências autoritaristas. O nosso papel é combater essas figuras se elas aparecerem, como as combatemos no Poder Local e no poder nacional.

Mas, é bom sublinhar o seguinte, que é fundamental: mesmo naquelas circunstâncias de existência de um líder populista, de direita, as regiões continuarão a cumprir o seu papel de poder mais próximo. Se esse líder não existisse e a região não existisse, nem a população via a sua situação melhorada, nem a vida seria mais democrática nessa zona, nem as possibilidades de intervenção democrática em favor das populações seriam melhores. Pelo contrário, seria pior ainda. Os que falam em mini-Terreiros do Paço esquecem proposadamente que o poder quanto mais próximo, mais vulnerável é à crítica e à intervenção popular e esquecem que essa vulnerabilidade é positiva, e é a essência da vida democrática.

As regiões vão impor racionalidade à máquina do Estado, que passa a ter de se reportar às oito regiões para definir o âmbito dos serviços desconcentrados. Vão dar uma resposta mais próxima e mais controlável às questões do seu nível de competência. Vão ser um factor para, na sua área de competência, se encontrarem soluções mais justas para as populações, contribuindo para a melhoria da sua situação. Contêm, assim, os pressupostos de uma verdadeira reforma democrática da Administração.

Quando ao resto, para discutir as opções de gestão para defender a vida democrática, para mobilizar as populações e a opinião pública, lá estaremos, nós, PCP, com o empenho e a generosidade das nossas organizações e militantes, como sempre, em todas as frentes, pelo Povo Português e por Portugal.

PCP  
Reunião  
Nacional  
de Quadros



# Regionalização

# Uma grande reforma democrática

Extractos da intervenção de Carlos Carvalhas

Creio que se pode concluir que saímos deste Encontro, mais preparados e empenhados para travar a batalha da Regionalização. O nosso combate pelo «Sim às Regiões» e a nossa intervenção activa para a vitória do «Sim» nas duas perguntas do referendo no próximo dia 8 de Novembro decorre dos nossos compromissos programáticos, da análise da realidade nacional, da ponderação dos diversos factores de exigência democrática que intervêm no processo da regionalização, e na convicção de que a criação das regiões administrativas é um importante contributo para que haja mais democracia, mais descentralização, mais transparência e mais desenvolvimento em Portugal.

Sabemos que a regionalização não é a varinha de condão para resolver a questão do desenvolvimento regional ou a panaceia para resolver todos os problemas do País.

Mas também sabemos que a regionalização, tal como a encaramos, é um factor de desenvolvimento e um importante factor de concretização de direitos das populações.

Batemo-nos, pois, pela regionalização porque pensamos que o País precisa de mais democracia e de menos centralismo; de mais participação dos cidadãos e de menos dirigismo; de mais transparência e de menos opacidade na utilização dos dinheiros públicos.

Batemo-nos pela regionalização porque ela é também um espaço e um instrumento para a conquista de novos poderes para os cidadãos e para as populações, instrumento que reforça a sua intervenção e o seu peso nas escolhas que condicionam o seu futuro.

Como se afirmou neste Encontro, **batemo-nos pela regionalização porque queremos nas regiões órgãos eleitos, com rosto e responsáveis perante os cidadãos que os elegu, condição essencial para uma verdadeira reforma democrática da Administração Pública.**

E batemo-nos por esta regionalização porque pensamos que mais vale uma regionalização mesmo imperfeita (e será sempre) do que não haver regionalização nenhuma.

E batemo-nos com a mesma coerência com que nos batemos pelo reforço do Poder Local, ou por mais direitos para os trabalhadores, ou por mais justiça social.

O que queremos é que as populações tenham voz e possam expressar lá onde se decide, as suas justas aspirações de progresso e desenvolvimento.

Não é o aprofundamento da democracia, do controlo democrático, nem a descentralização ou a transparência que dividem o País.

Portugal há muito que está dividido em freguesias, concelhos, distritos e estas divisões não puseram em causa a coesão e a unidade nacionais.

O que divide o País são as gritantes assimetrias de desenvolvimento regional, as gritantes desigualdades sociais, a política centralista e neoliberal aos serviços dos grandes senhores do dinheiro.

O que o País precisa é de um desenvolvimento harmonioso que dê respostas à desertificação e envelhecimento do interior e que contribua para travar a excessiva corrente migratória para as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e para o Litoral, com a agudização de todos os problemas sociais e urbanísticos.

O que o País precisa é da resposta concreta aos anseios e justas aspirações das populações, fartos de promessas e de política politiquera dos que hoje dizem sim para logo dizerem não no dia seguinte, dos que hoje dizem não à regionalização quando



ontem acenavam com tal proposta nos programas de governo e se declaravam fervorosos defensores desta importante reforma. (...)

## O que faz correr o PSD e o PP

As regiões não têm poder legislativo, não podem criar impostos. Quem afirme o contrário está a ser desonesto politicamente e a procurar atingir os seus fins através da mentira e da confusão.

A argumentação do PSD e do PP e os seus cartazes de propaganda são um exemplo claro de como estes partidos entendem a intervenção política e dão uma boa imagem do que são no plano ético e democrático.

Nós compreendemos e respeitamos aqueles que têm dúvidas e até preocupações, mas não podemos é ter compreensão ou respeitar aqueles que conhecendo qual o conteúdo e a extensão desta regionalização procuram mistificar e enganar a opinião política.

Ouvindo dirigentes do PSD e do PP chega-se de facto à conclusão que tudo lhes serve, que não olham a meios nem a falsidades para evitar uma derrota que muito provavelmente liquidaria qualquer perspectiva de AD e agudizaria todas as contradições no interior das suas componentes.

E esta é a questão que explica também o desespero, o empenho desastinado e o recurso a qualquer argumento por parte das actuais direcções do PSD e do PP.

É que para eles o que está em causa não é haver ou não regionalização, mas sim, haver ou não "AD" e quiçá mesmo a manutenção das actuais lideranças das respectivas componentes. Por isso mesmo ainda há dois dias um matutino titulava que Marcelo Rebelo de Sousa está a dar o "tudo por tudo" neste referendo. É que ele sabe que no caso de derrota no referendo "Cristo não descerá de novo à Terra nos tempos mais próximos". Para os líderes do PSD e do PP o que está em causa não é a bondade ou a maldade da regionalização, mas a sobrevivência de um projecto e os resultados das eleições europeias e legislativas.

Mas, nem a sobrevivência de um projecto nem a eventual continuação de lideranças podem justificar a utilização da mentira e de argumentos primários e caceteiros.

Pela nossa parte vamos procurar fazer uma campanha serena, didáctica, privilegiando a informação e o debate, sem deixar de aqui e ali responder e desmontar a argumentação caceteira do PSD e do PP.

## Uma luta mais vasta

O nosso combate pela regionalização e pela vitória do Sim no referendo do dia 8 de Novembro insere-se no quadro de uma intervenção mais vasta de luta pelo desenvolvimento e pela redução das diferenças regionais; no quadro da nossa empenhada intervenção em defesa da produção nacional e do relançamento da actividade produtiva e do emprego com direitos; no quadro da nossa luta pela melhoria da distribuição do Rendimento Nacional.

Estas questões não são para nós inseparáveis.

É por isso lamentável que o PS, ao mesmo tempo que se declara empenhado na vitória do Sim no referendo que negociou com o PSD, prossiga com a política neoliberal que continuará a acentuar as desigualdades espaciais e sociais e a fomentar a conflitualidade.

Lamentável que queira avançar com legislação do trabalho gravosa para os trabalhadores.

Lamentável que queira aumentar o tempo de duração dos contratos a prazo, contratos que como se sabe foram também introduzidos por outro governo do PS.

Lamentável ainda que não queira tirar ensinamentos da actual "crise financeira capi-



talista" e que apenas se fique pela retórica da denúncia dos malefícios desta globalização depois de ter estado de acordo com a Organização Mundial do Comércio, depois de ter silenciado o Acordo Multilateral de Investimentos, depois de ter promovido o Pacto de Estabilidade, depois de ter promovido as actividades financeiras e especulativas. Não basta reclamar agora a baixa da taxa de juros. É necessário também, taxar os movimentos de capitais especulativos, relançar o investimento e a actividade produtiva e o consumo e defender e valorizar a produção nacional. É necessário no mínimo abrandar as políticas financeiras e orçamentais restritivas. A concentração da riqueza e o empobrecimento relativo das massas, a promoção das activida-

des especulativas e a penalização das actividades produtivas, a financeirização das economias aí está, a mostrar as suas consequências com todo o cortejo de sofrimentos para os povos.

A crise é grave e como é natural, não se fica apenas no domínio financeiro. Mas à sombra da crise começam já a aparecer os propagandistas do grande capital a tentar criar um clima de resignação, e a defender mais moderação salarial, mais flexibilidade, mais cortes orçamentais para que aqueles que tudo produzem apertem ainda mais o cinto e paguem os custos da irracionalidade e dos processos de acumulação de meia dúzia. São os mesmos que até há pouco tempo aponta-

vam os países asiáticos como excelentes modelos a seguir.

Agora andam todos a procurar apanhar o comboio em andamento. São, aliás, cada vez mais, mesmo entre os teólogos do neoliberalismo, os que procuram sacudir a água do capote.

É retórica e mais retórica para encobrirem a quem tem servido o conteúdo real das suas políticas. Para encobrirem as fortunas feitas por aqueles que enriquecem a dormir tirando proveito do divórcio entre a produção, entre a economia real e a loucura especulativa dos mercados financeiros.

Reparem, também, que na recente intervenção que o Primeiro-Ministro fez ao grupo parlamentar do PS este não disse que ia inflectir a sua política. Disse sim, que era necessário relançar o "discurso social". O discurso, a palavrinha, a retórica, o blá blá e não as medidas concretas...

Mas de palavras está o nosso país cheio. O nosso país e o mundo.

Há muito que analistas de diferentes quadrantes chamavam a atenção para a irracionalidade e para a centralização e a concentração sem precedentes que estavam a conduzir as políticas neoliberais, com a febre das privatizações de tudo o que é rentável, com a divinização do mercado, com o primado das actividades financeiras e especulativas e a absolutização da inflação e dos instrumentos monetaristas, com a livre circulação de capitais e a intensificação da exploração dos trabalhadores, numa efectiva globalização da pobreza, do desemprego e da precarização numa autêntica economia global de casino. Já em 1990 a CNUCED lançava um claro grito de alarme dizendo: «a preponderância da actividade financeira sobre a actividade económica e a mundialização do sector financeiro são as fontes fundamentais da instabilidade e da imprevisibilidade da economia mundial (...)». Hoje os sinais da vulnerabilidade de todos os países à crise financeira são bem maiores... Como afirmou recentemente um membro da CNUCED, a crise é sistémica, 80% das transa-



ções financeiras não estão ligadas nem ao investimento nem ao comércio, mas às actividades especulativas.

A situação hoje é de facto mais grave. E as virtudes do capitalismo aí estão expostas com todo o seu esplendor neste dobrar de século...

Camaradas,

Vamos empenhar esforços para, com verdade, chegar ao maior número de portugueses e de portuguesas de uma forma pedagógica, didáctica e mobilizadora para que vença o «Sim» à regionalização que é o mesmo que dizer para que vença Portugal!

Este Partido que luta por esta importante reforma é o mesmo que luta por melhores salários e pensões, por melhores condições de vida, pelo reforço da economia e da coesão nacional, pela transformação social, tendo por horizonte o socialismo.

Este Partido que luta pela regionalização é o mesmo que luta pelo aprofundamento da democracia em todas as suas componentes, que luta pela coesão nacional, que luta intransigentemente pela defesa da soberania e da independência de Portugal.

(...)

PCP  
Reunião  
Nacional  
de Quadros



# A descentralização financeira

Intervenção de Carlos Pinto Sá

A tarefa fundamental que hoje se nos coloca nesta área de intervenção política é a luta pelo cumprimento dos imperativos constitucionais: **garantir a institucionalização das regiões administrativas conquistando os portugueses para votar SIM no próximo referendo.** Esta nossa posição está devidamente fundamentada pelo que evito repeti-la e remeto-vos para a vasta documentação já disponível.

Contudo, há que clarificar que seja qual for o resultado do referendo, a implementação de uma verdadeira regionalização que sirva as populações e a democracia está apenas a iniciar-se. De facto, se o resultado for negativo o processo atrasar-se-á anos mas haverá que continuar a luta até porque iremos continuar a defrontar o actual poder regional nomeado e submetido ao Poder Central. Se o SIM vencer, como esperamos, a regionalização terá que se afirmar no normativo legal concreto e, sobretudo, pela acção prática dos órgãos eleitos tendo, aliás, presente a experiência do actual Poder Local.

Entretanto, a questão do financiamento regional surge na luta política conjuntural como uma arma de arremesso das forças da direita contra a regionalização, usando, na generalidade dos casos, uma argumentação fundada propositadamente em falsos pressupostos, distorcida, demagógica e populista. Se, por um lado, temos que rebater afirmações como *o aumento do despesismo, o aumento dos impostos, o lançamento de novos impostos, a afectação negativa dos orçamentos dos municípios e freguesias, etc.*, não devemos, por outro lado, deixar-nos arrastar para centrar a discussão do financiamento neste terreno escolhido pela direita. Qual será, então, para nós, o cerne do debate sobre o financiamento regional?

Tentarei, de seguida, responder àquela pergunta e, a partir daí, registar mais algumas considerações que julgo pertinentes.

A Assembleia Constituinte consagrou, consensualmente, a regionalização ao aprovar a Constituição da República em 1976. Com assinalável perspicácia, o conceito constitucional de regionalização integra dois níveis de implementação que se distinguem no essencial pelo **grau de autonomia face ao Poder Central: a autonomia insular nos arquipélagos dos Açores e da Madeira, e as regiões administrativas no continente.**

A **autonomia insular** avançou - nomeadamente através da criação das **Regiões Autónomas** dos Açores e da Madeira - e está hoje consolidada com êxito notório (não obstante alguns problemas mais resultantes de práticas enviesadas de funcionamento que da estrutura política do Estado) sem que se conheça contestação significativa.

As **regiões administrativas** constituem hoje o único nível da estrutura do Estado democrático que aguarda implementação. E, contudo, ao contrário do que se poderia pensar, esta regionalização não sofreu desde 1976 oposição visível. De facto, as revisões constitucionais entretanto verificadas, apesar da polémica que geraram, não só não colocaram em causa a regionalização (embora as alterações introduzidas na última revisão claramente consubstanciem obstáculos à sua concretização) como a mantiveram em sede constitucional. Por essa razão, o referendo desnecessário e imposto por PSD e PS não se destina, formalmente, a apurar *se se quer ou não a regionalização* (constitucionalmente terá que haver regionalização!) - embora seja essa a pergunta que a direita quer fazer crer que está em jogo - *mas se se aceita um certo modelo espacial de regionalização.*

Por que continua, então, a regionalização do continente por fazer?

Óbvio: falta a vontade política aos sucessivos poderes centrais! Mas porquê?

O texto constitucional (ver Título VIII) identifica as **regiões administrativas como autarquias locais** (ver n.º 1, Art.º 236.º). Integrando o

**Poder Local** democrático, os objectivos a atingir com a criação das regiões administrativas serão os mesmos:

- A **democratização do Estado**, claramente plasmada no Art.º 235.º;
- A **descentralização administrativa**, fixada no Art.º 237.º

Ora, enquanto a criação das Regiões Autónomas obrigava o Poder Central a uma real descentralização de atribuições, competências e meios, a não criação das Regiões Administrativas permitia a continuação do centralismo herdado e aliás claramente apetecido pelos sucessivos poderes centrais. Esta apetência do Poder Central pelo centralismo político está patente na dificuldade que o Poder Local, entretanto instituído (freguesias e municípios), tem tido em conquistar e manter a sua autonomia própria. Recorde-se, a título de exemplo, o continuado não cumprimento integral pelos governos da Lei das Finanças Locais (Lei n.º 1/87, de 6 de Janeiro)<sup>1</sup> que foi aprovada com significativa unanimidade na Assembleia da República.

Entretanto, a realidade impunha-se mostrando a indispensabilidade de um nível intermédio de estrutura estatal. Em consequência, e beneficiando da inexistência das Regiões Administrativas, os Governos criaram e desenvolveram as Comissões de Coordenação Regional (CCRs) com órgãos nomeados e detendo atribuições, competências e meios limitados e **apenas administrativamente desconcentrados.**

As CCRs têm vindo paulatinamente a exercer cada vez mais atribuições e competências e detendo meios mais significativos. Avulta, neste âmbito, o papel desempenhado na gestão de fundos comunitários (400 milhões de contos) destinados ao território que abrangem bem como a crescente intervenção no financiamento municipal contratualizado com o Governo. O OE destina-lhes mais de 60 milhões de contos e gerem, por outros programas, mais de 75 milhões de contos.

Esta opção do poder político central acentou-se com o último Governo do PSD que iniciou uma **regionalização informal sem regiões**, centralizando serviços desconcentrados do Estado nas cidades-sede das CCRs.

Desta forma, os Governos descobriram as vantagens que podem tirar de uma **regionalização por desconcentração de serviços e atribuições** em oposição ao imperativo constitucional de uma real **regionalização democratizante por descentralização.** Mantendo, claro, o **centralismo político!**

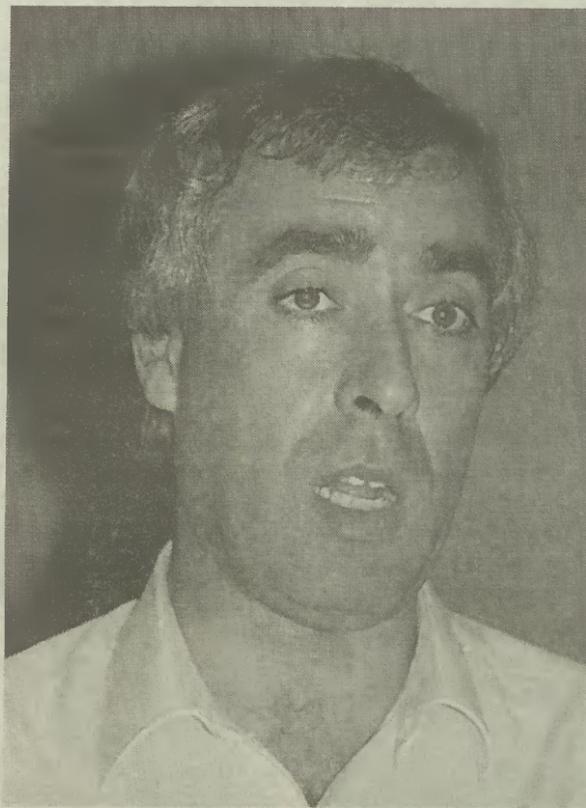
O cerne da questão regional é, pois, se se concretizará ou não o **aprofundamento da democratização do Estado contendo uma significativa descentralização administrativa.**

É, portanto, imperioso completar a estrutura democrática do Estado, nomeadamente substituindo órgãos nomeados, sem controlo popular, que só respondem a quem os nomeia por órgãos representativos, eleitos pelo voto popular e prestando conta às populações que os elegem.

Mas a regionalização exige que se vá mais longe, que se cumpra o normativo constitucional realizando uma verdadeira descentralização administrativa. As Regiões Administrativas deverão ser dotadas de atribuições, competências e meios descentralizados do Poder Central tal como estabelece o Art.º 257.º da Constituição.

E aqui encaixa a **questão determinante do financiamento: não poderá concretizar-se a descentralização administrativa se não integrar uma adequada descentralização financeira!**

Pelo que vimos afirmando, fica claro que consideramos compatível a institucionalização das Regiões Administrativas com os seus pode-



nantemente regional». O que parecendo o mesmo do que acima foi descrito como «subsidiariedade» não é atendendo ao «predominantemente regional».

Em suma, uma descentralização financeira que garanta a autonomia financeira e a descentralização administrativa, terá que ser feita à custa de verbas geridas actualmente pelo Poder Central. Mais importante ainda é que este facto significa **sempre uma maior descentralização** já que os municípios e freguesias - que ainda têm grande capacidade para aceitarem uma maior descentralização no âmbito local - não poderão responder eficazmente a um conjunto de questões de âmbito marcadamente regional que tenderiam a manter-se centralizadas ou desconcentradas no actual poder regional nomeado.

## Dois projectos do PCP

Na Lei-Quadro das Regiões Administrativas, que temos vindo a referir, podemos encontrar as «atribuições das regiões» (Título III) e as «finanças regionais» (Título V), obviamente indissociáveis. Estamos perante vastas áreas de intervenção das futuras Regiões que claramente configuram - se o normativo concreto, a aprovar, o confirmar na prática - um processo de descentralização administrativa e financeira.

Entretanto, serão as leis ordinárias que ou concretizarão tais propósitos na senda clara do legislador constituinte ou, pelo contrário, limitarão - podendo até no extremo desvirtuar - tão importante reforma democrática da estrutura estatal.

Daí que, avisadamente, o Partido tenha avançado com dois esclarecedores Projectos de Lei sobre as Atribuições das Regiões Administrativas (n.º 49/VII); e sobre as Finanças das Regiões Administrativas (n.º 50/VII).

O primeiro aprofunda a descentralização administrativa plasmada na Lei-Quadro, nomeadamente clarificando e alargando as atribuições e competências a transferir (caso da Protecção Civil).

O segundo visa preservar as orientações constitucionais e da Lei-Quadro bem como garantir uma verdadeira autonomia financeira, nomeadamente:

- Avançando com uma proposta de transferência de verbas a partir de uma percentagem (12,5%) do valor do IRS e IRC cobrado anualmente (Art.º 5.º) e ainda do chamado IVA turístico (Art.º 8.º);

- Propondo uma fórmula de cálculo baseada em critérios de distribuição (Art.º 6.º) com evidentes preocupações de fomento do equilíbrio entre Regiões;

- Prevendo a possibilidade de diversas fontes de financiamento regional semelhante ao que já se verifica positivamente nos municípios (Art.º 4.º).

Há que destacar ainda alguns pontos que desmentem algumas das atoardas lançadas pela direita.

Primeiro, as Regiões Administrativas terão que respeitar a autonomia municipal (Art.º 3.º, Proj. de Lei n.º 49/VII) não podendo, no exercício das suas competências, limitar as atribuições e poderes próprios dos municípios.

Segundo, as Regiões Administrativas estarão impedidas de lançar impostos, taxas, derramas ou mais-valias não previstas na lei, sendo nulas quaisquer deliberações nesse sentido e responsabilizando-se mesmo os membros dos órgãos que tenham votado favoravelmente essas deliberações (Art.º 3.º, Proj. de Lei n.º 50/VII).

res e meios (cumprindo as intenções constitucionais) e o reforço do municipalismo. Completar-se-á deste modo o edifício do Poder Local democrático.

## Princípios do financiamento

Em primeiro lugar, como decorre do que vem sendo exposto e ainda dos imperativos constitucionais (Art.º 238.º), o **financiamento regional deverá visar «a justa repartição dos recursos públicos pelo Estado e pelas autarquias» pelo que terá que resultar da transferência de verbas do Poder Central** a acompanhar de forma adequada a necessária transferência de competências.

Naturalmente que o âmbito e conteúdo das atribuições e competências a transferir do Poder Central para as futuras Regiões Administrativas é factor indissociável e enquadrante da discussão sobre o modelo de transferência de verbas.

Portugal tem o mais centralista Poder Central da Europa. É sabido que o Poder Local recebe pouco mais de 7% do Orçamento de Estado quando a média da União Europeia é sensivelmente o dobro.

Em segundo lugar, e ainda tendo em conta o Art.º 238.º da C.R.P., o **«regime das finanças locais» deverá proceder à «necessária correcção de desigualdades entre autarquias do mesmo grau».** Este princípio aponta claramente para uma repartição dos recursos que trave o crescente aumento das desigualdades regionais e fomenta o desenvolvimento regional mais equilibrado.

Em terceiro lugar e olhando agora a Lei-Quadro das Regiões Administrativas (Lei n.º 56/91, de 13 de Agosto), a **autonomia financeira das Regiões deverá respeitar o princípio da subsidiariedade.** Este princípio tanto se aplica ao Poder Central como ao Poder Local já instituído. Quanto ao Poder Central, tal significa que as Regiões ao assumirem atribuições e competências que poderão exercer com mais eficácia que o Poder Central terão, também, que receber os meios financeiros adequados à sua consecução. Quanto ao Poder Local, tal significa que as Regiões não lhes poderão usurpar atribuições, competências e/ou meios financeiros.

Em quarto lugar, e na sequência do anterior princípio, o **financiamento regional terá que assegurar o princípio da descentralização administrativa**, isto é, as Regiões Administrativas deverão poder intervir na «realização de interesses públicos que revistam natureza predomi-

# Regionalização e autonomia municipal

## Intervenção de João Saraiva

Cabe-me trazer aqui umas notas breves sobre o problema da autonomia municipal face à criação das regiões administrativas, que espero possam, por qualquer forma, contribuir para o debate que aqui realizamos.

Desde logo, importa tentar clarificar o conceito de autonomia.

Autonomia que exprime capacidade de regulamentação de interesses próprios; autonomia que estabelece a possibilidade de estabelecer normas próprias; autonomia que, em suma, julgo poder ser sintetizada como enquadramento do exercício do poder.

Daí, tratar-se de um conceito que poderá ser focalizado, para uns, no sentido do exercício do poder pelo poder, e para outros, como nós, do exercício do poder com o objectivo de contribuir quotidianamente para uma sociedade melhor e mais justas.

É nesta óptica que encaramos o exercício do poder regional.

Um poder que deve ser formado à custa de uma transferência de poderes equilibrada, evitando os excessos que não garantam a necessidade daquele equilíbrio e a progressividade do ritmo das transferências.

Evitando, também, por outro lado, limitações que tendam a restringir as regiões a um papel de eventuais comissões técnicas, embora eleitas.

E, quanto a isto, devemos estar bem alerta para posicionamentos implícitos, recentemente expressos por eminentes regionalistas, provavelmente defensores de regiões que disso apenas têm o nome.

Neste sentido, importa aqui lembrar a Constituição da República e a Carta Europeia de Autonomia Local, à qual Portugal se encontra vinculado: o exercício de responsabilidades públicas deve caber de preferência às autoridades que se encontram mais próximas dos cidadãos, tendo em conta critérios de eficácia e de economia de escala.

Isto é, não só se torna necessário puxar a decisão para junto da população interessada, como, paralelamente, ter em conta a amplitude da "tarefa" e a capacidade de resolvê-la na base dos referidos critérios de eficácia e de economia de escala.

Não existe, actualmente, uma definição clara das atribuições e das competências das regiões. A Lei-Quadro apenas enumera um vago elenco de domínios para as atribuições regionais.

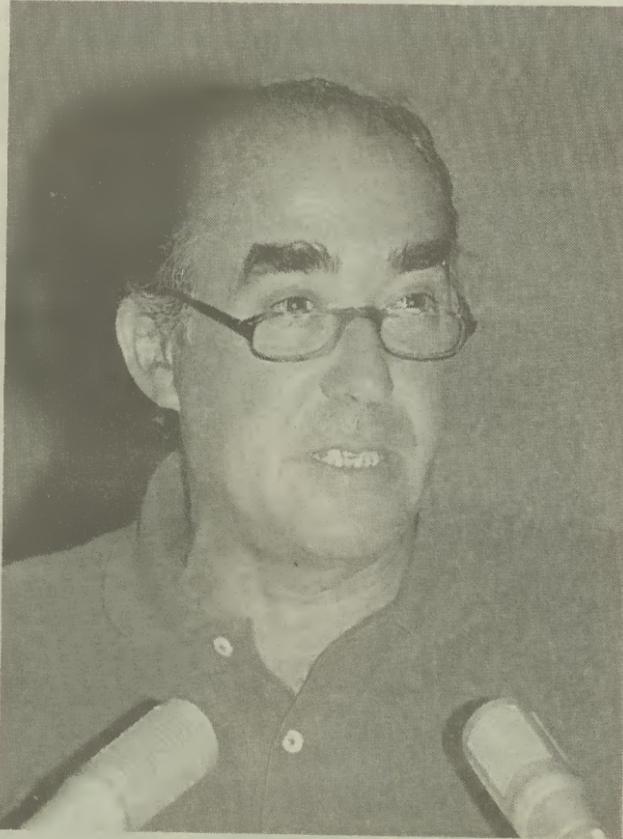
E esta parece constituir uma importante limitação ao nível da formação da vontade dos eleitores.

Muitos são aqueles que, no desconhecimento objectivo das futuras atribuições e

competências das regiões, afirmam não ir votar.

Acontece que foram entregues na Assembleia da República, recentemente, projectos de lei do PCP, do PS e do PEV sobre esta matéria.

Parece, assim, essencial que, em tempo útil, as forças favoráveis ao sim, maioritárias na Assembleia da República, aprovelem e divulguem os quadros de atribuições e também de finanças relativos às futuras regiões.



E é bom ter em conta, desde já, que se tal vier a não acontecer não será, seguramente, por culpa do PCP.

Veremos se o proclamado empenhamento do PS no "Sim" será suficiente para que este Partido não venha obstar à concretização urgente desta importante medida.

Mas qualquer que venha a ser o quadro integrador dos âmbitos de atribuições e competências das futuras regiões, a Constituição é bem clara ao referir que esse quadro terá de ser exercido sem qualquer limitação das atribuições e dos poderes próprios dos municípios.

E esta creio ser uma das questões de base para a abordagem no debate da campanha com vista ao referendo.

## A verdade tem de ser dita

É preciso esclarecer e fazer passar a ideia que, ao contrário do que se tem afirmado, a regionalização tem como objectivo o reforço da autonomia municipal, sendo uma das suas principais atribuições apoiar os municípios sem restrições à sua própria autonomia.

O facto da inclusão nas assembleias

regionais de representantes dos municípios, consolida essa garantia.

Não é previsível a defesa da sobreposição da actividade regional à municipal, mas, ao contrário, a sensibilidade que aqueles eleitos transmitirão ao órgão regional, redundará certamente num reforço da articulação entre os dois níveis de poder, ao invés do que tem vindo a acontecer até agora.

Também, ninguém, seriamente, poderá contestar, que do apoio aos municípios que por atribuição própria irá caber às regiões, resultará, certamente, uma maior e mais efectiva descentralização para os municípios.

Apoio, de âmbito alargado, no plano técnico e da formação, que as regiões poderão vir a prestar, e que poderá constituir eficaz suporte para o necessário enfrentamento desta questão ao nível municipal.

O processo da regionalização que defendemos e que tem cobertura na legislação pertinente, cumpre a norma democrática, inserida na Constituição, de que tudo se deverá processar sem quaisquer limitações dos poderes municipais.

Entre esta regionalização e o municipalismo não existe qualquer colisão.

Ao contrário, a primeira deverá constituir sempre instrumento de reforço do segundo.

A verdade é que a apologia do municipalismo, aliás como a de outras vertentes, serve indiscutivelmente os interesses dos defensores de um centralismo de topo que pretende continuar a confrontar-se apenas com a fraqueza de uma pressão dispersa por 306 municípios.

A verdade é que aqueles que hoje se assumem como intrépidos defensores do municipalismo, leia-se PSD e PP, apregoando os enormes custos e numerosíssimos novos cargos políticos que a regionalização acarretaria, são os mesmos que propõem a criação de várias novas áreas metropolitanas e que pretendem mais e mais atribuições para os municípios, sem qualquer acréscimo de meios financeiros para as suportar.

Como referi, a autonomia dos municípios é uma questão que importa esteja bem presente no debate que vamos encetar. Até porque não sendo desmistificada, poderá calar fundo, de forma negativa, na vontade do eleitorado.

E aqui, julgo que caberá um importante papel à intervenção dos nossos eleitos autárquicos, que com a sua experiência e a sua estreita ligação às populações, poderão, melhor do que ninguém, dizer a verdade que tem de ser dita sobre a regionalização.

Aliás, a matéria de impostos é da exclusiva competência da Assembleia da República.

A questão merece, aliás, alguma reflexão adicional. Portugal tem um dos mais injustos sistemas fiscais da União Europeia baseado essencialmente na tributação indirecta que penaliza os rendimentos fixos e mais baixos, em particular, os rendimentos do trabalho. Impõe-se uma reforma fiscal que implemente um sistema progressivo assente na tributação directa socialmente mais justa. Naturalmente, é a direita, infelizmente acompanhada pelo PS, que se tem desinteressado ou oposto a uma reforma fiscal com tais características.

Terceiro, salvaguarda-se a autonomia financeira futura impondo que a transferência de novas atribuições e competências terá que ser acompanhada dos adequados meios financeiros (Art.º 7.º, Proj. de Lei n.º 50/VII). Aliás, neste caso deveríamos ir mesmo mais longe impedindo a transferência unilateral de novas atribuições e competências e prevendo um processo contratualizado com as Regiões Administrativas.

Concluindo, uma verdadeira descentralização e autonomia financeira das futuras Regiões implicará uma forte transferência de recursos financeiros hoje geridos pelo Poder Central para as Regiões quebrando significativamente o forte centralismo hoje dominante.

## Os fundos da União Europeia

Os fundos oriundos da União Europeia constituem hoje importantes recursos que podem desempenhar um papel determinante no desenvolvimento regional. Convém assim relembrar que actualmente:

a) Todas as verbas transferidas pela União Europeia para Portugal nos 2 Quadros Comunitários de Apoio foram/são geridas e controladas directamente pelo Poder Central;

b) Mesmo os fundos europeus destinados aos chamados "programas operacionais regionais" têm uma gestão governamentalizada cabendo ao Poder Local uma reduzida intervenção e sem capacidade vinculativa.

Ora mesmo admitindo uma redução significativa naqueles fundos em resultado quer da penalizante Agenda 2000 quer da prematura adesão à moeda única (já se fala que um país que integre de imediato o Euro não necessitaria de fundos estruturais!), será de esperar que Portugal continue a receber importantes verbas comunitárias até 2006.

A existência de um poder regional eleito não só constituirá um factor positivo nas negociações com Bruxelas como retirará justificação a uma gestão centralista e governamentalizada dos fundos europeus destinados ao desenvolvimento das Regiões.

O Poder Local democrático instituído com a Revolução de Abril mostrou enorme capacidade para resolver problemas endémicos das populações e recuperar anos de atraso. Afirmou-se e aprofundou-se pela prática.

Por isso, a eficácia do Poder Local nomeadamente no que diz respeito aos meios financeiros postos à sua disposição, é hoje reconhecidamente superior ao Poder Central.

O Poder Local já instituído (municípios e freguesias) pode fazer ainda mais e melhor se houver coragem para reforçar a descentralização como há muito se reivindica.

Ao completar a estrutura democrática do Estado prevista constitucionalmente instituindo as autarquias locais em falta - as Regiões Administrativas - e dotando-as das competências e recursos adequados, é de esperar que se reforce a eficácia e racionalidade da gestão dos meios financeiros públicos descentralizados.

De qualquer forma, será ainda pela prática e experiência adquirida que as Regiões Administrativas se irão afirmando. Fica, portanto, claro que tudo o que foi referido deve ser considerado tão-só como ponto de partida para a institucionalização e progressivo funcionamento de Regiões Administrativas que sirvam as populações.



(1) Esta é a 3.ª Lei de Finanças Locais. As anteriores foram a Lei n.º 1/79, de 2 de Janeiro e o D.L. n.º 98/84, de 29 de Março. Entretanto, alguns outros diplomas tem alterado esta Lei como a Lei n.º 2/92, de 9 de Março (OE/92, Art.º 12.º e 13.º) e o D.L. n.º 37/93, de 13 de Fevereiro sobre a derrama.

PCP  
Reunião  
Nacional  
de Quadros



# O regime do referendo e a fiscalização eleitoral

Intervenção de Ana Serrano

Sem a preocupação de fazer História sobre a nossa opinião de sempre pela Regionalização, o lugar que esta ocupa na Constituição e as sucessivas condicionantes a que foi sujeita ao longo das diversas revisões constitucionais, importa começar por dizer que o PCP votou, na última revisão constitucional, contra a sujeição ao referendo que agora se avizinha e absteve-se, antes do envio para o Presidente da República, quanto às perguntas que agora vão ser referendadas.

Na verdade, a revisão constitucional de 1997 manteve a Regionalização como constitucionalmente obrigatória, mas faz depender a sua instituição em concreto de um referendo nacional e de um referendo regional.

A solução adoptada não é de fácil resolução, uma vez que apenas se está a referendar a instituição em concreto, que a não se realizar manter-se-á o que até hoje existe desde 1976, uma inconstitucionalidade por omissão.

As respostas contraditórias às duas perguntas podem resultar nas mais variadas interpretações.

Pode verificar-se um Não esmagador a nível nacional e um voto favorável em várias regiões. Pode verificar-se um Sim esmagador a nível nacional, e um Não significativo em algumas regiões ou relativamente a cada uma das regiões. Podem ainda verificar-se elevadíssimos níveis de abstenção em algumas regiões, compensados por elevadíssimos níveis de adesão noutras que por essa via determinem, de alguma forma, o resultado final.

Importa aqui lembrar que o referendo só tem carácter vinculativo se pelo menos 50% + 1 dos eleitores actualmente inscritos no recenseamento participarem.

Chamamos por isso também a atenção que os novos recenseados em Maio de 98 já votam, assim como todos aqueles que recenseados provisoriamente por terem 17 anos, completem os 18 anos até ao dia do referendo, inclusive.

A resposta às duas perguntas auto-condiciona-se -- se não houver uma resposta favorável à pergunta de âmbito nacional, as respostas sobre cada região não produzirão efeito. Pelo que o Sim à primeira pergunta dito por mais de 50% dos eleitores a nível nacional é que fará tornar úteis as respostas dadas por maioria à segunda.

Questão nem sempre lembrada, ou pelo menos não fazendo parte das principais prioridades, é a da **fiscalização** em todo o processo com vista ao referendo e no dia do acto referendário.

Denotaram-se nos últimos actos eleitorais e no referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, uma crescente dificuldade de acompanhamento do processo de uma forma geral, de nomeação dos delegados

e membros de mesas de assembleias e secções de voto.

Por todo o País constataram-se dificuldades na constituição das mesas, muitas delas a funcionarem em situação de ilegalidade por terem menos de 3 membros, encerrando à hora do almoço, ou alterando o local previamente estabelecido.

As actas das mesas relativas ao referendo são enviadas para o Tribunal Constitucional, mas as de todos os outros actos eleitorais são enviadas para a Comissão Nacional de Eleições.

E a realidade é que, por exemplo nas últimas eleições autárquicas, chegaram actas assinadas pelos membros das mesas e pelos delegados estando por preencher os resultados tendo por isso sido devolvidas para o seu preenchimento e outras com os resultados mas assinadas apenas por uma pessoa.

Não existem condições, nem provas, para poder afirmar que a falta de fiscali-

zadamente controlar a legalidade do decurso do acto de votação.

Os membros das mesas são fundamentais para garantir a legalidade de todos os actos, a regularidade do funcionamento da própria mesa e influírem nas decisões soberanas das mesas no dia da votação.

Não somos utópicos a ponto de pensar que tudo isto é de fácil resolução e que de um momento para o outro vamos encontrar muita gente disponível para abdicar de um dia do seu fim-de-semana em nome de um dever cívico.

Mas, também não temos dúvidas que, devido às dificuldades reais, a preparação, sensibilização e procura têm de começar muito antes do habitual.

Este referendo não é fácil. Os seus resultados não são fáceis de contabilizar em cada mesa, porque pela primeira vez estamos confrontados com um boletim de voto que tem duas perguntas e portanto duas respostas possíveis.

É preciso explicar como se contabiliza a abstenção, os votos em branco, os votos nulos, os votos validamente expressos, as maiorias, etc.

Talvez não seja preciso explicar as consequências de votos Sim ou Não às duas perguntas, ou Sim a uma e Não a outra, mas pode não ser fácil o confronto com um voto Sim ou Não a uma das perguntas e uma resposta em branco a outra.

E talvez seja necessário explicar que um boletim de voto com uma resposta Sim ou Não a uma pergunta mas com uma resposta que torne nula a outra pergunta, torna nulo todo o boletim de voto, não existindo por isso nenhuma resposta validamente expressa.

Talvez seja bom ensaiar mecanismos de contagem de votos que não podem passar apenas pelo loteamento habitual, mas sim pela divisão

entre nulidade do boletim de voto, da contagem de votos em branco às duas e por duas contagens em separado para cada uma das perguntas.

Supomos que possivelmente este será o último acto de votação em que os membros de mesa não serão de alguma forma compensados financeiramente, estamos obviamente disponíveis para encarar alternativas que não prejudiquem os cidadãos de fazer parte das mesas, mas que naturalmente também não retirem o carácter cívico desta função.

Mas a realidade neste momento é só uma: o referendo realiza-se no dia 8 de Novembro.

Os membros de mesa têm de ser designados no dia **21 de Outubro**.

Os Partidos e os Grupos de Cidadãos Eleitores indicam por escrito ao Presidente da Câmara os seus delegados e suplentes até ao dia **3 de Novembro**.

O exercício dos direitos e deveres de ambos é essencial ao apuramento do

resultado final. As reclamações e recursos passíveis de serem feitos permitem apurar nos tribunais se houve ou não fraudes eleitorais.

Nesse sentido foi já distribuído o calendário relativo ao próximo referendo que indica todos os prazos que devem ser tidos em conta; estará muito proximamente em condições de ser distribuído o Guia para Delegados e Membros das Mesas de Voto que dará as indicações consideradas fundamentais para um bom desempenho das funções; será distribuído em número reduzido um pequeno dossier com formulários de reclamações possíveis, que só é em número reduzido porque em termos institucionais será distribuído pela CNE em número suficiente por todas as mesas de voto.

Está prestes a sair um livro "Regiões Administrativas. Democracia e Desenvolvimento" que procura esclarecer e intervir no campo político nesta matéria.

Temos, todos, de fazer sem dúvida um enorme esforço de fiscalização e procurar envolver nesta batalha todos os que conosco partilham desta convicção de que instituição das regiões administrativas significa de facto e sem demagogia mais democracia e mais desenvolvimento.

Uma nota final relativamente ao processo que se iniciou no dia 1 de Setembro, data em que foi publicado o Decreto que marca a data do referendo, de apresentação da declaração de intenção de participação na campanha do referendo por parte dos partidos políticos e grupos de cidadãos eleitores.

Quanto aos 14 partidos políticos, e apesar de alguns ressurgirem das cinzas apenas em campanhas eleitorais, a Lei é a que existe e portanto ou estão inscritos no Tribunal Constitucional ou não estão. Podendo nós, apesar disso, encarar uma alteração à lei dos partidos políticos que obriga à prova da actividade política constante.

Mas, quanto aos Grupos de Cidadãos Eleitores, encontra-se a CNE em fase de apreciação de cada um dos 25 Grupos entregues. O Comunicado divulgado no dia 18 pelo PCP, e assumido antes e não depois das decisões finais da CNE, destinou-se a contribuir responsabilmente para acautelar a isenção e a vinculação a estritos critérios de legalidade por parte da Comissão Nacional de Eleições, de forma a impedir a abertura de graves precedentes na interpretação da letra e do espírito da lei.

Mas aquilo a que estamos desde já a assistir, por parte de algumas pessoas ou grupos, é a uma postura da política do vale tudo, dos que se sentem acima da lei e das instituições, tentando por todos os meios instrumentalizar opinião pública, instituições, membros de partidos políticos e membros da CNE.

Adivinha-se por isso a necessidade do reforço da fiscalização.



# Regionalização

PCP  
Reunião  
Nacional  
de Quadros



# Bizantínicos, dizem eles

■ VÍTOR DIAS

Membro da Comissão Política

**QUANDO estas linhas chegarem aos leitores, o mais provável é que a Comissão Nacional de Eleições, concretizando uma orientação que segundo a imprensa foi genericamente definida na semana passada, tenha decidido aceitar a legalização de um conjunto de «grupos de cidadãos eleitores» intervenientes no referendo de 8 de Novembro - uns pelo «não» e outros pelo «sim», sublinhe-se - que manifestamente não respeitaram na elaboração dos respectivos processos exigências fundamentais impostas pela lei.**

Basicamente, a questão é a seguinte: a lei orgânica do referendo impõe como elementos nucleares para a apreciação da legalidade da constituição dos «grupos de cidadãos eleitores» que as cinco mil assinaturas (nome, assinatura e n.º do Bilhete de Identidade) estejam, de forma materialmente visível e atestada, vinculadas ao objectivo pretendido e à identificação de pelo menos 25 mandatários.

É fácil de compreender que se trata de exigências elementares para conferir ao processo de constituição legal de «grupos de cidadãos» um mínimo de seriedade, de responsabilidade e de transparência sem o qual se abriria caminho a uma pura fantochada recheada de tráficos e utilizações abusivas de assinaturas e sem o qual sobretudo passaria a haver mandatários que interviriam na campanha em nome dos cinco mil subscritores mas sem fazerem a prova de que estavam legitimados perante eles e deles tinham obtido uma inequívoca aceitação.

Ora acontece que a maioria dos membros da CNE terá decidido isentar vários «grupos de cidadãos» desta exigência fundamental, considerando dispensável a já referida vinculação das assinaturas à identificação dos mandatários.

Pode haver muita gente que não perceba a gravidade desta decisão e sobretudo a gravidade do seu significado e pode haver quem, considerando que mais ou menos quatro ou cinco grupos tanto faz, não perceba a importância desta questão.

A gravidade desta decisão e do seu significado está desde logo em que dificilmente a maioria dos membros da CNE se furtará à suspeita de que a sua decisão nada tem a ver com o direito e terá sido influenciada pela circunstância de, entre os grupos em causa, estar um - o «Portugal Único» - que tem entre os seus mandatários personalidades como os drs. Proença de Carvalho, Ernâni Lopes e Miguel Sousa Tavares. De facto, vai sempre sobrar a suspeita de que outro e mais rigoroso teria sido o critério da CNE se apenas estivesse em perigo de não legalização um único grupo que tivesse como mandatários os Srs. Anastácio da Silva, Joaquim Fernandes e Francisco Alves.

Considerando, além do mais, que este não é o primeiro referendo e que no referendo sobre a despenalização do aborto os «grupos de cidadãos» se constituíram em termos correctos, a verdade é que a CNE nunca mais terá qualquer autoridade moral para impor ou exigir a qualquer «grupo de cidadãos» aquilo que a lei efectivamente exige mas de que a CNE agora resolveu abdicar.

O absurdo desta orientação e decisão é tanto mais visível quanto mais se atentar que a CNE, não querendo certamente ser acusada de estar a «legalizar» um sistema em que folhas soltas de assinaturas recolhidas para qualquer outro efeito poderiam ser livre e incontroladamente incorporadas em processos de constituição de grupos para os referendos, terá estabelecido que, em substituição da expressa vinculação das assinaturas aos mandatários, será bastante que cada folha de assinaturas seja encimada por um referência à denominação do grupo e à sua posição no referendo.

Extraordinária, luminosa e magnífica orientação! Com efeito, com ela a maioria da CNE dispensa os grupos de uma incontornável exigência fundamental que está na lei e substitui-a por uma outra exigência que não tem nenhuma cobertura legal pois os «grupos de cidadãos» não são obrigados nem a adoptar nenhuma denominação nem a declarar em que sentido pretendem intervir no referendo.

Ficando previamente claro que a posição atempadamente assumida pelo PCP contra a estranhíssima «flexibilidade» adoptada pela CNE só tem que ver com critérios de legalidade e decência, não visa nenhum grupo em particular e antes atinge objectivamente vários - incluindo alguns pelo «sim» -, não é entretanto possível ignorar o triste significado que se desprende dos argumentos com que Miguel Sousa Tavares pretendeu («Público» de 18/9) fugir às consequências da clamorosa incompetência que os promotores do «Portugal Único» revelaram na organi-

zação do seu processo, que se diz ser constituído essencialmente por milhares de cupões publicados na imprensa e depois preenchidos individualmente sem qualquer referência aos mandatários.

Com efeito, aquele porta-vos do «Portugal Único» logo classificou a exigência da vinculação dos subscritores aos mandatários como uma «bizantine» e logo explicou aos ignorantes ou pacóvios que somos todos nós que tal exigência não era aplicável ao seu grupo porque ele já tinha antes celebrado a sua escritura pública, e não seria «um simples movimento que se constituiu para esta campanha, mas uma associação que tem à volta de 70 membros nos corpos gerentes».

Estes argumentos, ainda por cima vindos de um licenciado em Direito, são de bradar aos céus sobretudo pelo que exprimem quanto a uma arrogante pretensão de estar acima da lei e de pretender privilégios e tratamentos de excepção.

Na verdade, dê MST as piruetas argumentativas que quiser, a verdade é que a lei só estabelece três entidades participantes nos referendos: os par-

tidos, as coligações de partidos e os grupos de cidadãos que, para o efeito, se constituam.

Do ponto de vista da lei, e também assim deveria ser para a sua aplicação pela CNE, é absolutamente irrelevante que um «grupo de cidadãos eleitores» tenha ou não tratado anteriormente da sua formalização jurídica no âmbito do direito de associação. Isto quer dizer que, quer se trate de um «grupo de cidadãos» que até tenha porventura emergido do seio de uma qualquer instituição centenária ou de um «grupo» efectivamente formado só para intervir no referendo, para a lei são todos iguais e são todos novíssimos, precisamente porque a sua existência jurídica, para este efeito do referendo, só começa quando obtém a legalização perante a CNE.

Em rigor, não é de estranhar este espírito marcadamente elitista dos argumentos de Miguel Sousa Tavares. Já no dia anterior, em comentário no «Público», qual prima-dona a quem uma multidão de figurantes mal vestidos e a cheirar mal da boca veio obscurecer o protagonismo, MST classificava de «fraude» e «batota» (reparem os leitores como há palavras que logo no dia seguinte já podem queimar os seus autores) o aparecimento de vinte e tal «grupos de cidadãos» e esmerava-se

a enxovalhar praticamente todos os grupos, excepto naturalmente o seu.

Como se alguém tivesse culpa que MST tenha absorvido o empolamento desproporcionado dos «grupos de cidadãos», tenha acreditado que eles eram só para «independentes» e, reversamente, resista tão dogmaticamente a perceber que, na ordem jurídica portuguesa, os cidadãos que têm filiação partidária, só por o serem, não podem ter nem mais nem menos direitos que os cida-

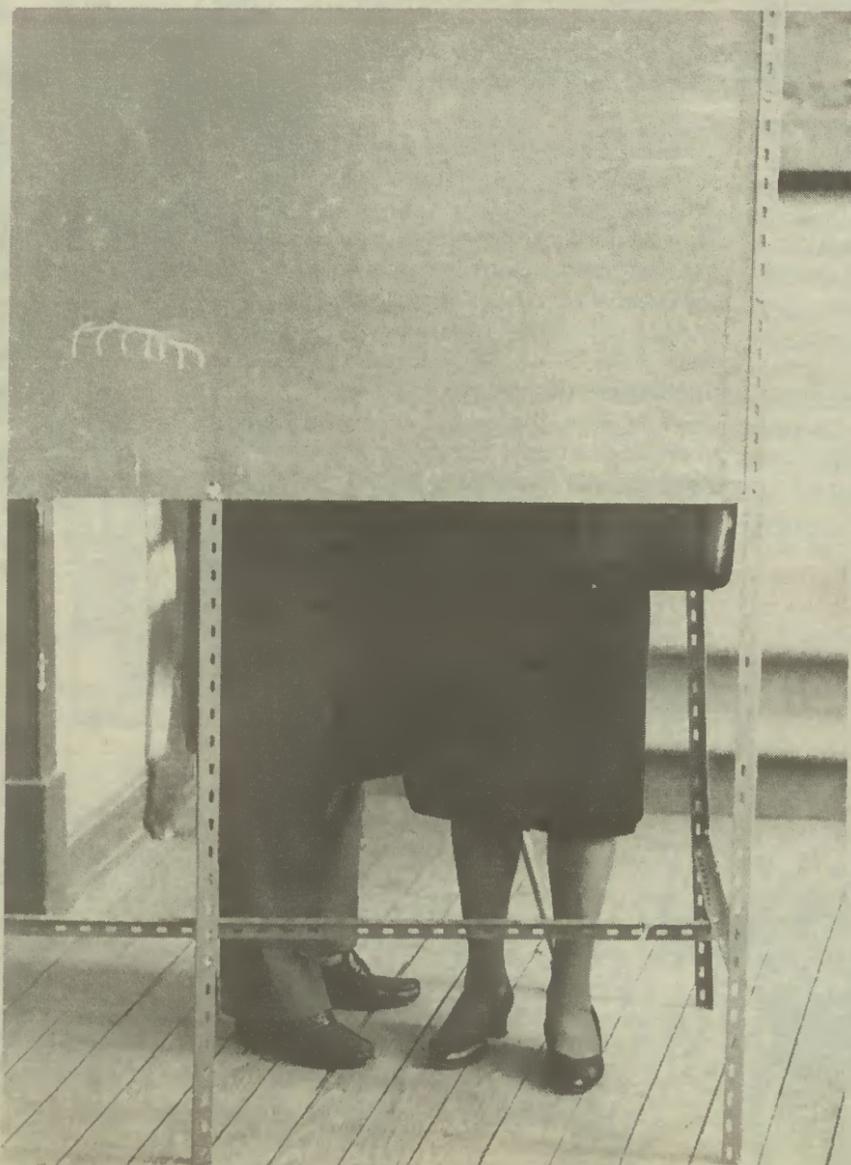
dados que não têm tal filiação. E que, como acontece a carra-das de outros comentadores e jornalistas, MST também não perceba que os partidos, em vez de serem uma repartição do Estado ou um segmento das instituições democráticas, são precisamente grupos de cidadãos só que estavelmente organizados em torno de um projecto político.

Mas, voltando ao caso em apreço, o mais grave é que, preocupadamente, vemos o súbito laxismo e os critérios de conveniência que a maioria dos membros da CNE acaba de subcrever como fazendo parte de um processo mais geral de degradação do funcionamento do Estado de direito que tem tido clamorosas expressões na própria feitura das leis.

A este respeito, não esqueçamos que temos hoje uma Constituição onde não faltam soluções esdrúxulas, ridículas ou trapalhonas filhas dos arranjos politiquieiros entre PS, PSD e PP, como bem se sabe a respeito do próprio referendo da regionalização. Não esqueçamos que temos hoje uma Constituição onde, com uma argúcia, profundidade e utilidade digna dos discursos do Conselheiro Acácio, se determina que «o órgão executivo colegial» da autarquia «é constituído por um número adequado de membros» (?!). Não esqueçamos que temos hoje uma lei orgânica do referendo (que o Presidente da República não quis sujeitar a fiscalização preventiva de constitucionalidade) que impõe ao PCP e ao PEV a absurda violência de, nos referendos e até naqueles em que eventualmente tenham posições distintas, serem obrigados a figurar no sorteio de tempos de antena (e partilhá-los entre si) como um único titular, só por força do facto passado de terem concorrido coligados às últimas legislativas!

Mais «bizantínicos», dirão do alto das suas cátedras os Miguéis Sousa Tavares do nosso país.

Uma imensa vontade de travar e ficar de fora da choldra em que alguns querem mergulhar o respeito das leis e a saúde e dignidade da nossa democracia, dizemos nós.



# O dia seguinte

**O**s acórdãos do Tribunal Constitucional, apesar de controversos, contêm muitas indicações sobre o processo de regionalização. O seu conteúdo tem sido desvirtuado pelo PSD e pelo PP, para ser usado como forma de criar mais dificuldades à instituição das regiões, ou, simplesmente, para obscurecer o sentido do referendo.

Exemplo disso é a afirmação reiterada pelos dirigentes do PSD e do PP de que, dando o referendo resultado positivo, o modelo de regionalização constante da lei quadro das regiões e da lei de criação das oito regiões passaria a ser absolutamente imutável e intocável, a menos que se repetisse todo o processo. Isto é, qualquer mexida, uma mudança de um concelho de uma região para outra, ou a modificação do número de membros da Junta Regional tal como resulta do artigo 26.º de lei-quadro, teria sempre de ser integrada num processo referendário nos mesmos termos em que hoje está a ser feito, com carácter nacional.

O objectivo que PSD e PP pretendem é o de criar a imagem de que o que consta dessas leis não pode ser sujeito a ajustamentos e correcções. Assim sendo, nenhum eleitor podia decidir-se a votar favoravelmente com a ideia de que mais tarde, após o referendo, esses ajustamentos poderiam ser feitos com alguma facilidade. Logo, esse eleitor é assim chamado, com esta argumentação do PSD e do PP, a votar contra.

Este exemplo mostra como é útil esclarecer algumas questões do pós-referendo já neste momento, antes da votação do próximo dia 8 de Novembro. Há, pelo menos, quatro questões relevantes: afinal, qual é o conteúdo do referendo? Como é que se pode mexer no mapa após o referendo? Que acontece quanto à definição dos órgãos, atribuições e finanças das regiões? E, finalmente, são precisos mais de 50% dos eleitores para poder prosseguir o processo, com as leis da instituição de cada região?

A contribuição que aqui se dá para a resposta a estas questões resulta também da análise dos Acórdãos do Tribunal Constitucional: o primeiro, o Acórdão n.º 709/97 (publicado no *Diário da República* de 20 de Janeiro de 1998), que considerou inconstitucionais duas normas da primeira versão do Decreto da Assembleia da República sobre o mapa das regiões; o segundo, o Acórdão n.º 532/98 (publicado no *Diário da República* de 30 de Julho de 1998), que apreciou a constitucionalidade das perguntas do referendo.

A primeira questão é definir o que se referenda a 8 de Novembro. É pacífico que não está a referendo a questão de haver ou não regiões. A sua existência está prevista na Constituição, e esta não permite referendos sobre normas constitucionais. É pacífico também que não é a lei de criação das regiões, ela mesmo, que está a ser referendada. O que está a ser referendado é o "modelo, incluindo o mapa e o essencial do regime que nessa lei é estatuído, e que tem, depois, de reflectir-se na concreta instituição das regiões" (cfr. Acórdão n.º 532, ponto 3.1).

A lei da criação das oito regiões (Lei n.º 19/98) incorpora no seu artigo 1.º, n.º 2 a Lei-Quadro (Lei n.º 56/91), ao dizer que "os poderes, a composição e a competência das regiões administrativas, bem como o funcionamento dos seus órgãos, são os constantes da Lei n.º 56/91, de 13 de Agosto".

É portanto este modelo o que resulta dos traços essenciais das Leis n.ºs 56/91 e 19/98 que está a referendo.

A conclusão que Marcelo Rebelo de Sousa quis tirar dos Acórdãos, de que o referendo visava somente o mapa, não é verdadeira. A primeira pergunta do referendo ("Concorda com a instituição em concreto das regiões administrativas?") envolve o modelo na sua globalidade (o essencial do regime e o conjunto do mapa). A segunda pergunta refere-se à aplicação do modelo na região dos eleitores, perguntando-se-lhes se concordam ou não com a instituição em concreto dessa sua região. É esta segunda pergunta que tem o mapa mais especificamente em vista.

A segunda questão, a de saber se depois do referendo são possíveis ou não acertos, é uma questão de grande importância. Como já se viu, eleitores com discordâncias pontuais no mapa poderiam ser levados a votar "não" se a conclusão fosse que nunca essas discordâncias poderiam ser na prática viabilizadas, dadas as enormes dificuldades e custos de qualquer alteração, por mais pequena que fosse.

Esta questão dividiu quase ao meio os juizes do Tribunal Constitucional, no Acórdão n.º 709/97. Um grupo de 5 juizes considerou que as alterações do mapa que não tivessem o conteúdo de alteração essencial não careciam de qualquer processo referendário. Na realidade, o artigo 256.º n.º 1 da Constituição obriga à realização do referendo para a "instituição em concreto das regiões". Ora, na altura de fazer estas alterações, as regiões já estão instituídas, pelo que a modificação das regiões não deverá apli-

car-se aquela exigência de referendo, mas tão-só a exigência do artigo 164.º, alínea n) da Constituição, que reserva à Assembleia da República a competência para proceder a essas modificações.

Os 5 juizes vencidos criticam violentamente a solução aprovada pela maioria de 7 juizes, que entendem ser sempre necessário recurso a um referendo. Mas, o que é de assinalar e sublinhar é que também estes 7 juizes são obrigados a reconhecer que há uma profunda diferença entre alterações essenciais (por exemplo, passar de oito para cinco regiões) ou outras alterações que não atingem o essencial do mapa (por exemplo, passar dois ou três concelhos de uma região para outra). É por isso que admitem expressamente que a consulta referendária possa ter um "âmbito territorial" restrito, isto é, um referendo que envolva só os que são tocados directamente pela questão (cfr. n.º 4 do Acórdão n.º 709/97), o que inculca desde logo a admissibilidade de o referendo se restringir aos concelhos que em concreto, passam de uma região para outra. É uma solução tortuosa, a que estes juizes foram obrigados, porque a alternativa - sempre referendo nacional - era manifestamente disparatada!

A conclusão é que é de facto possível mexer no mapa, para acertos, sem dificuldades muito grandes. Nada impede que o TC reveja a sua posição, dando vencimento ao que foi posição minoritária (hoje, com a nova eleição dos juizes, a relação de votos é de 5 pela maioria e 4 pela minoria, faltando conhecer o voto de 4 juizes novos). Mas, mesmo se isso suceder, a solução pode passar por um referendo "localizado", como se deduz do Acórdão n.º 709/97.

## Definições

Quanto à terceira questão, a do regime das regiões, importa ressaltar que o Acórdão n.º 532/98 considera que o conteúdo da Lei de Criação e da Lei-Quadro são suficientes para a definição do modelo a ser submetido a referendo. Isto é, considera suficientes as definições de regime que essas leis fazem das atribuições, regime financeiro, e funcionamento dos órgãos das regiões.

Ao contrário do que diz, por exemplo, Paulo Portas, não está assim tudo por definir. Estão definidos o tipo de competências, o modelo de financiamento (incluindo a aplicação de um princípio de solidariedade), a composição dos órgãos e a forma de funcionamento, os princípios gerais (forma de tutela administrativa, poder regulamentar, proibição de criação de impostos, princípio da subsidiariedade, intervenção nos planos de desenvolvimento regional, transferência de serviços, representante do Governo, etc., etc.).

A quarta questão, a de saber se são precisos mais de 50% de votantes para instituir as regiões, não é discutida pelo Tribunal Constitucional. Evidentemente, agora os esforços devem ser dirigidos para apelar ao voto, para o "sim" e para uma participação de mais de 50%.

Mas, ainda assim, vale a pena fazer duas observações. A primeira, a de que não há na Constituição ou na lei nada que obrigue a uma participação de mais de 50% dos eleitores para que as regiões passem ser instituídas. O que diz a lei do referendo (e não a Constituição!) é que a resposta afirmativa só tem efeito vinculativo se houver mais de 50% de votantes. Se tiver menos votantes, a resposta não tem efeito vinculativo (a nossa

posição, PCP, é de que mesmo neste caso deveria ter efeito vinculativo, vista a obrigação constitucional de fazer as regiões). Mas isso não significa que a instituição das regiões não possa ser feita. Ficará então ao critério da Assembleia considerar ou não relevante o resultado. Desde que a resposta seja "sim", as regiões podem e devem ser instituídas, bastando que os partidos que as apoiam votem as leis de instituição.

Aliás, não sendo assim, isso significaria contar as abstenções como votos contra, seguindo-se assim o exemplo histórico do referendo organizado pelo Salazar

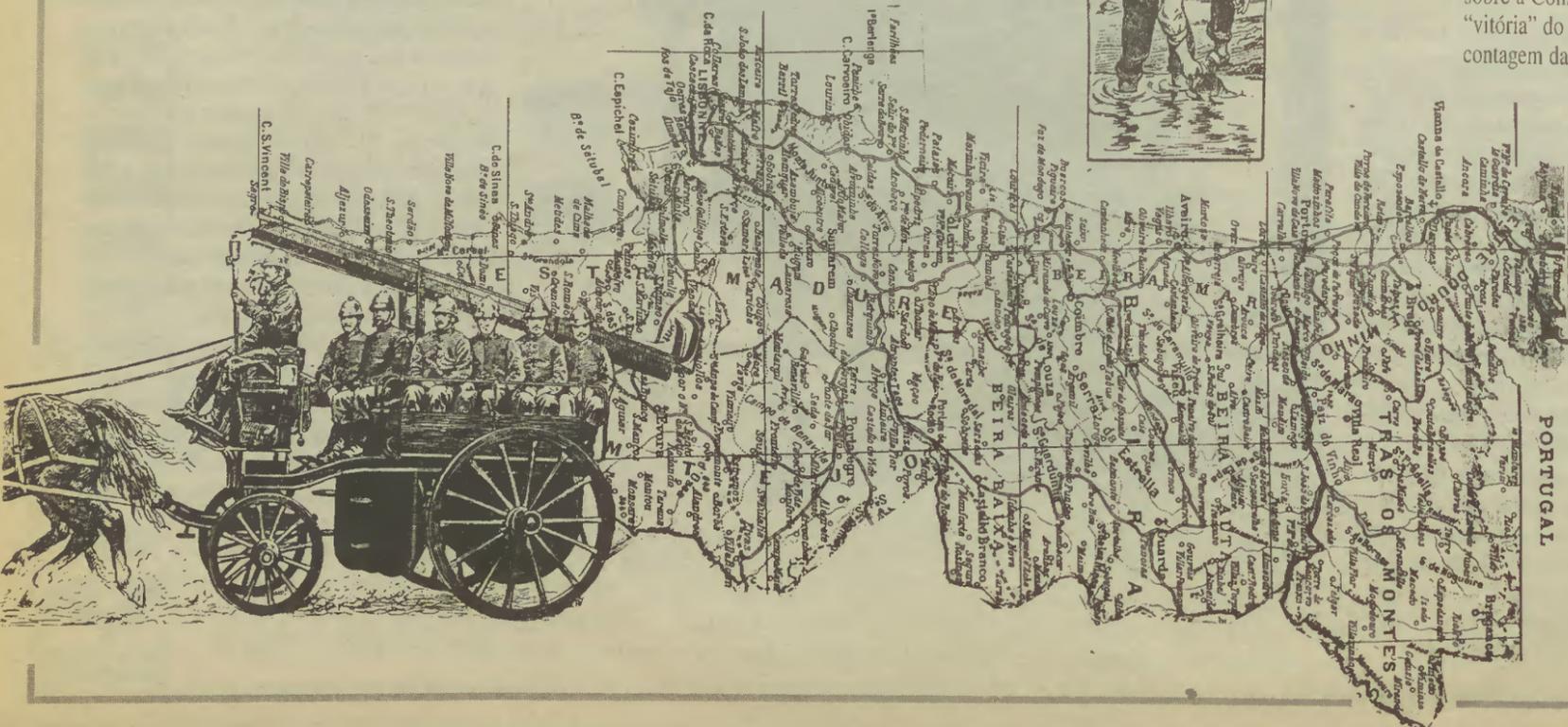
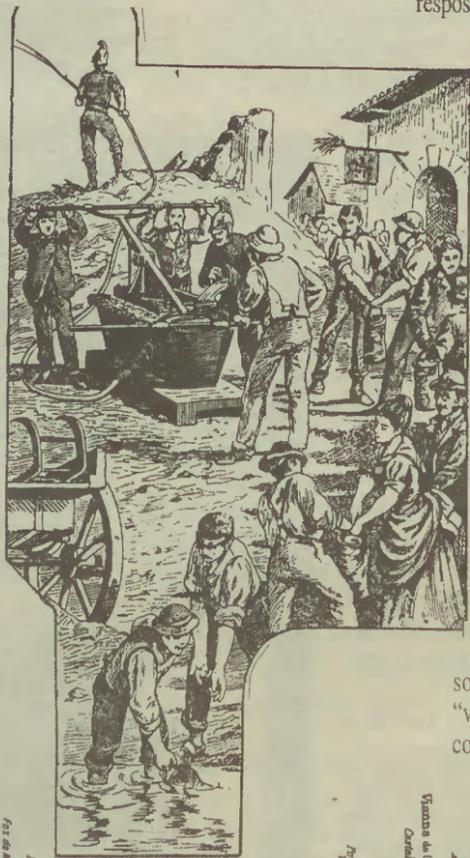
sobre a Constituição de 33, e onde a "vitória" do ditador foi obtida com a contagem das abstenções a seu favor.

Parece que há partidários do não que querem seguir este exemplo!

Uma última observação: todas estas dificuldades, imprecisões e dúvidas vêm da introdução deste referendo no processo de regionalização. Quando o votaram, PSD e PP queriam uma embulhada. E o PS, estava distraído quando votou? Não parece crível!



João Amaral



# Depoimentos na Festa

## Colômbia

### «Com os pés na terra e o coração no infinito»

«O Partido Comunista da Colômbia, que vai estar reunido em Congresso no próximo dia 17 de Outubro, encontra-se actualmente numa fase de reconstrução, após ter sido praticamente destruído pela «guerra suja» de que foi alvo por parte dos sectores mais reaccionários das Forças Armadas ao serviço da oligarquia colombiana. O reforço nacional do PCC é fundamental para o processo de paz na Colômbia, que conhece com o Governo do Presidente Andrés Pastrana uma nova possibilidade.» Esta a opinião de Luis Alberto Matta, representante do PCC em Espanha, que em declarações ao nosso jornal sublinhou que o caminho para a paz na Colômbia continua a ser muito difícil, mas que poderá avançar nalguns aspectos se se confirmarem as intenções do novo Governo.

Na Colômbia, diz Alberto Matta, a paz passa necessariamente por uma «profunda e ampla reforma agrária», e pelo reconhecimento a nível de Estado de que foi cometido um verdadeiro «genocídio» contra o Partido Comunista e o povo colombiano. Isso não vai ser fácil, reconhece, tal como não é fácil a situação que se vive no país: mais de um milhão de pessoas foram obrigadas a fugir dos campos; 25 milhões de pessoas (num total de 35 milhões de habitantes) vivem na pobreza; nos últimos 30 anos a população foi espoliada de 45 milhões de hectares de terra que hoje se encontram nas mãos de grupos mafiosos, oficiais do exército reformados e caciques políticos; a violência urbana tem um saldo brutal de 25 a 30 mil mortos por ano. É a partir da constatação desta realidade que os comunistas colombianos defendem que «a paz só pode ser conseguida com base na reconstrução do país», o que exige a reorganização do movimento operário e do movimento camponês, bem como a criação de um amplo movimento cívico devidamente organizado.

O próximo Congresso do PCC, diz Alberto Matta, vai debater estas questões «com os pés na terra e o coração no infinito», apostado em travar a batalha pela paz não apenas através da luta armada - apesar de considerar que as Forças Arma-

das Revolucionárias da Colômbia são «um paradigma em toda a América Latina» -, mas também pela intervenção de «um amplo movimento de esquerda», da criação de uma «Frente Patriótica» capaz de fomentar a unidade das diferentes forças políticas.

As dificuldades do processo de paz não são escamoteadas. Na Colômbia, todos estão conscientes de que o exército não está com o Governo mas sim com a oligarquia, pelo que as propostas do Presidente Pastrana de iniciar o processo de paz com a desmobilização e reinserção social dos guerrilheiros suscitam sérios receios de que isso seja aproveitado pelas forças reaccionárias para os assassinar. Por isso os comunistas colombianos continuam a defender que não é possível alterar a situação social, económica e política no país sem uma profunda alteração do sistema vigente, que terá necessariamente de passar pela resolução do problema da posse e uso da terra, pela resolução do problema do desemprego e da pobreza, pela defesa dos interesses nacionais. Ora o que sucede é que a política de privatizações que está a ser seguida pelo Governo provoca cada vez mais o desemprego em massa, pelo que os problemas não param de se agravar e, com eles, o descontentamento popular.

O PCC denuncia, neste contexto, a possibilidade de se estar à beira de uma intervenção directa dos Estados Unidos na Colômbia. Segundo Alberto Matta, altas figuras da administração norte-americana têm-se deslocado ao longo deste ano à Colômbia a pretexto do combate à droga, desdobrando-se em contactos cada vez mais suspeitos sobre os verdadeiros objectivos da Casa Branca.

Apelando à solidariedade internacional com os comunistas e o povo colombiano, Alberto Matta manifesta-se apesar de tudo confiante no futuro. O novo milénio, diz, será de luta. E o PCC continuará a estar na vanguarda da luta pela paz na Colômbia.



## Japão

### Comunistas reforçam posição

O Partido Comunista do Japão (PCJ) é hoje a terceira força eleitoral do país, o que abre novas perspectivas de intervenção aos comunistas japoneses, como disse ao «Avante!» Hiraku Sugawara, correspondente do órgão central do PCJ, «Akahata», para a América Latina.

«Nas eleições para a Câmara Alta realizadas em Julho último, o Partido Comunista do Japão (PCJ) alcançou um resultado histórico, com 8 200 000 votos, correspondente a 14,6 por cento do total dos votos, e elegeu 15 novos senadores. Dispostos agora de 23 senadores, incluindo 8 que não foram sujeitos este ano a renovação, num total de 252 lugares da Câmara. O nosso partido é presentemente a terceira força a nível nacional. Com este resultado, o PCJ conquistou pela primeira vez o direito de propor um projecto de lei para o orçamento. Por outro lado, o partido do governo, ou seja, o Partido Liberal Democrata, diminuiu muito a sua força.

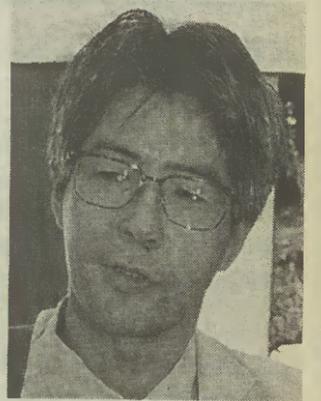
«O resultado das eleições foi um claro aviso popular ao governo e ao partido do governo, que não deram nenhuma atenção à difícil situação social nem propuseram nenhuma medida efectiva para

ultrapassar a crise económica. Desde há quase quatro décadas que o nosso partido mantém como orientação política que a nossa tarefa prioritária para renovar a sociedade japonesa não é a transformação socialista, mas sim a transformação democrática no âmbito do capitalismo, tendo como reivindicações principais corrigir o sistema que deu prioridade às grandes empresas, e pôr termo à aliança militar com os Estados Unidos. Pen-

samos que esta orientação política é agora mais atractiva do que nunca para o povo japonês.

«Na campanha eleitoral, o PCJ lutou pela redução da taxa do imposto de consumo de 5 para 3 por cento como a primeira medida efectiva para fazer face à grave recessão. O povo continua a exigir persistentemente a redução da taxa deste imposto, bem como novas eleições para a Câmara Baixa. No entanto, o novo executivo rejeita estas exigências. Por isso, o PCJ faz tudo o que está ao seu alcance para desenvolver acções conjuntas dos partidos da oposição para a concretização destas exigências prioritárias.

«No que respeita à crise financeira que se vive na Ásia, e que afectou muito a economia mundial, consideramos que a sua principal causa reside nas actividades do capital financeiro internacional. As suas especulações impõem-se a nível mundial. Nos mercados de câmbio mundiais fazem-se transacções da ordem dos 1,300 mil milhões de dólares diários, o que pode atingir o valor das exportações a nível mundial em apenas dois dias. No caso dos países asiáticos em desenvolvimento, os governos promoveram a «desregularização» em toda a área económica, o que foi feito por exigência do FMI e permitiu ao capital financeiro especular no mercado financeiro. O PCJ, que propôs uma política de regulamentação ou de controlo democrático sobre as actividades das empresas transnacionais, considera que é necessário e urgente o estabelecimento de regras razoáveis para a especulação financeira internacional, o que instituições como o FMI nunca poderiam propor.»



## China

### Desenvolvimento a bom ritmo

A pedido do «Avante!», Du Qinglin, secretário provincial do PC da China e presidente da Assembleia Popular de Hainan, prestou um depoimento, de que hoje publicamos os extractos mais relevantes, sobre as incidências da crise económica asiática na economia chinesa, os efeitos das recentes cheias nas condições de vida da população, bem como sobre as medidas para combater o desemprego.

«A crise monetária da Ásia e a recente grande desvalorização do iene japonês causaram várias pressões e sérias influências desfavoráveis para a economia chinesa. Perante esta situação, o partido e o governo da China tomaram uma série de medidas para fazer face ao problema, designadamente desenvolvendo esforços para tentar aumentar a procura interna, reforçando a construção de infra-estruturas, a fim de promover o crescimento económico. A reforma monetária foi aplicada a todos os níveis, prevenindo e evitando o risco de crise monetária. Embora a crise asiática tivesse trazido à China numerosas dificuldades, o esforço conjunto de toda a nação, sob a liderança do partido e do governo, permite que se mantenham as boas tendências de desenvolvimento. Durante a primeira metade deste ano, o crescimento do PIB do nosso país atingiu os 7 por cento, as exportações ascenderam aos 6,9

por cento, e a taxa de câmbio do yuan manteve-se estável. A decisão altamente responsável de não desvalorizar o yuan, adoptada pela China nesta crise, mereceu o elogio da comunidade internacional.»

#### Retorno à normalidade

«Ao longo deste Verão sucederam-se as megacheias em várias regiões do nosso país. Segundo as estatísticas preliminares, 29 províncias e municípios foram vítimas das cheias com diferentes níveis de gravidade. As áreas afectadas são de 21 milhões e 200 mil hectares; as superfícies onde há grandes perdas e danos são de 13 milhões e 67 mil hectares; a população afectada é de 223 milhões. Morreram 3004 pessoas, 4 milhões e 230 mil casas foram destruídas, e o prejuízo económico directo é sensivelmente de 160 mil milhões de yuan. (...) Neste momento já obtivemos uma vitória global no combate às cheias. A vida

básica do povo das áreas afectadas é amplamente garantida graças à liderança firme e aos arranjos escrupulosos dos comités do partido e governos de todos os níveis, e às assistências e ajudas provenientes do Estado e da sociedade. A população tem roupas para vestir, comida para se alimentar, casas para se alojar, locais para ser assistida. As escolas de todos os níveis de ensino, na zona afectada, abriram as suas portas dentro dos prazos normais.

«Actualmente, a população das áreas afectadas está empenhada no recomeço das actividades de produção e reconstrução das habitações. Apesar dos prejuízos tremendos causados pelas cheias, consideramos que com os esforços de todo o povo continua a ser possível atingir o objectivo de crescimento de 8 por cento da economia nacional. (...) Nos combates contras as cheias e calamidades naturais, num espírito de patriotismo, colectivismo e socialismo que são sempre estimulados pelo partido tem sido posto em plena acção, a coesão da nação chinesa tem sido consideravelmente reforçada.»

#### A questão do desemprego

«A actual taxa de desemprego da China é de 3,1 por cento da popula-

ção activa. Os desempregados são principalmente os que foram dispensados na reestruturação de empresas estatais, o que atingiu cerca de dez milhões de trabalhadores. As direcções do Partido Comunista da China e os governos a todos os níveis do país prestam grande atenção às condições de vida dos trabalhadores de desempregados, cujas necessidades básicas de sobrevivência são efectivamente asseguradas. Ao mesmo tempo, esforçamo-nos para desenvolver projectos de re-emprego. Em Junho do ano passado, começámos a pôr em prática o regime de garantia mínima de vida em benefício dos desempregados, segundo o qual é proibido que os dois membros de um casal fiquem desempregados ao mesmo tempo; isto significa que, pelo menos, um deles tem o seu emprego garantido. Em Junho do ano corrente, o Comité Central do PCC e o Conselho de Estado definiram as grandes linhas de orientação sobre a garantia mínima de vida dos desempregados e sobre o re-emprego. Acreditamos que o problema do desemprego na China será convenientemente resolvido, graças aos esforços conjuntos das direcções partidárias, governos e sectores sociais, e com o aperfeiçoamento do regime da segurança social no nosso país.»

Trinta dias que aterrorizaram o mundo e derrotaram o sagrado império dos...

# Investimentos especulativos globais

**N**ão tenhamos receio de chamar as coisas pelo seu nome verdadeiro. Não nos refugiemos em sábias e excessivas cautelas. Proclamemos aquilo que está bem à vista: o capitalismo anda a sofrer importantes derrotas diárias e o que se passou na Rússia durante os últimos 30 dias foi a mais espectacular das fugas jamais vistas nos círculos da economia e das finanças.

O grande capital financeiro invadira a antiga URSS para vingar-se, para destruir a alma do povo russo e pôr fim, uma vez por todas, aos vestígios da maior experiência de sentido socialista que a História regista. Nesse percurso, estabeleceria no país de Lénine o império do capitalismo por mil anos.

## O fantasma do medo

Porém, como a natureza voraz e assassina do sistema só produz ruínas e só incendeia e devora o coração dos homens, ele próprio acabou por tombar no mais inesperado cataclismo quando esperava brilhar para todo o sempre. E teve de fugir, profundamente ferido, para as suas longínquas cidadelas. É aí, nessas cidadelas, que rompem, agora, as primeiras notas da mais estranha das sinfonias, aquela que os violões deste Outono tumultuosos nos anuncia.

A grande crise que se desenha em todo o mundo deixou de ser apenas financeira, como se pretendia. Atinge a economia de todos os países. Grandes negócios, combinados entre os impérios, cancelam-se. Em todos os cantos do mundo, a produção declina e pára. Fecham fábricas. Operários, trabalhadores de múltiplos sectores, vão para o meio da rua. Os grandes serviços admitem ter de encerrar. As vendas dos mais gigantescos grupos comerciais conhecem a estagnação. Avisam os accionistas de que os lucros diminuirão. Os casinos que dão pelo nome de Bolsas de Valores mergulham na bancarrota e no delírio. Milhões de falências. Países, nações, povos inteiros espreitam a pobreza e a miséria. E os políticos que têm vivido à sombra do grande capitalismo moderno travam conhecimento, já, com o fantasma do medo.

Ainda há dias, os operários da fábrica de tanques de guerra da "Vickers", em Leeds, tendo recebido notas de despedimento devido ao encerramento da famosa unidade industrial, perguntaram ao primeiro-ministro, Blair: "Mr. Prime Minister, o que vai fazer o governo britânico?" Ele encolheu-se e respondeu, mansamente, profundamente humilhado: "Não sei..." Depois, fugiu.

Nesta negra conjuntura, a situação nos Estados Unidos leva-nos a concluir que os americanos cairão vítimas do terrível debate que os assalta e dívida. O seu país acha-se à beira de entrar num ciclo de conflitos desconhecidos que assombrarão o mundo. O procurador Kenneth Starr, pelo que vemos, gostaria de ficar na História como emulo do marquês de Sade. Porém, dado que o homem põe e Deus dispõe, entrará, sim, no espaço reservado aos mais famosos do século vinte, sendo aquele que arruinou o sistema judicial e todo o conjunto constitucional americano provocando ansiedade, revolta, desunião, hostilidade, conflito e muitas coisas mais na sociedade americana. Kenneth Starr amava a legalidade, vendia a Bíblia e defendia as indústrias de distribuição de bananas e de fabrico de cigarros. Por tanto amar, candidamente, esses interesses, vai destruir aquilo que jamais considerara poder estar em jogo — a estabilidade da primeira potência mundial do momento.

## A "terceira invasão" da Rússia falhou

O terror da morte assaltou os especuladores dos investimentos globais

18.08.1998 — A Rússia entrou em falência. O Estado não tem receitas para garantir o seu próprio funcionamento. A desvalorização do rublo, negado por Ieltsin e Kirienko, acabou por tornar-se real. Aprofunda-se a crise em toda a Ásia. Certos economistas chineses não escondem que a situação geral terá efeitos psicológicos consideráveis no seu país. Os bancos alemães perfilam-se para perder 80 000 milhões de dólares, aliás, garantidos pelo Bundesbank (pelo povo germânico). A Ucrânia, a Bielorrússia, a Roménia tomam, também, no charco da desvalorização.

21.08.1998 — Os bancos russos deixam de pagar aos seus depositantes. Já tinham suspenso pagamentos ao estrangeiro. O mesmo acontece com a Tesouraria do próprio Estado. Banqueiros, em Moscovo, tomam medidas desesperadas e procuram persuadir Ieltsin a conseguir mais empréstimos para que o dinheiro passe para o seu circuito. O Russia Kredit, o Alfabank, o Vnecheconbank, o Anexim, o Renaissance, o SBC Agro, o Menatep, o Monesbank, o Incombank estão à beira da falência. O povo procura, desesperadamente, trocar rublos por dólares. Os armazéns de produtos alimentares, depois de uma intensa corrida aos mais essenciais, ficam vazios. Funcionários bancários e de múltiplas empresas internacionais estão, febrilmente, a fazer as malas. A grande fuga de Moscovo — a terceira depois da "Grande Armée" napoleónica e da "Wehrmacht" hitleriana — já está em curso...

O Crédit Suisse First Boston recusa-se a revelar o montante das suas perdas. Fala-se em centenas de milhões de libras. Mas deve ser muito mais...

24.08.1998 — Ieltsin demite o governo. Chama, novamente, Chernomirdin, um lobo dos mais velhos, que esqueceu quem dele fizera alguma coisa. As dívidas estrangulam toda a Rússia. O caos, a confusão, o medo do imprevisível reinam.

25.08.1998 — Na Alemanha, o terror das perdas financeiras faz ressuscitar a sombra do Exército Vermelho. Será que entrarão em Berlim, uma vez mais? Na Austrália, o dólar cai para níveis sem precedentes. Ieltsin, entretanto, diz que tudo se deve às condições herdadas da URSS. Um banqueiro do Barclays diz: "O meu trabalho consiste em trazer investimentos para a Rússia. Mas a minha consciência diz 'faz as malas e regressa à tua terra'. Nada em Moscovo é o que parecia ser..." Boris Nemtsov, um tecnocrata de estilo, diz: "Não desejo fazer parte do novo governo de Chernomirdin." E o secretário-geral do P.C., Genadi Ziuganov, afirma: "Enquanto Ieltsin estiver no poder, quaisquer mudanças de pessoal no Kremlin terão significado reduzido." Outros, gritam: "A culpa é do F.M.I. que nos emprestou dinheiro em demasia." O Estado russo, o Estado capitalista de Ieltsin está falido.

26.08.1998 — Muitos dos 1500 bancos que operam em toda a Rússia começam a fechar. Para garantia dos depósitos do povo, será necessário que o Estado empreste. Mas o Estado está em ruínas. O chefe executivo do Uneximbank, Mikhail Prokhorov, anuncia que o seu banco irá fundir-se com o Menatep, o Monstbank e outros. Trata-se de uma fusão de falidos. Chernomirdin anda atarefado a preparar o novo governo. Mas a Rússia sente que a figura de Ieltsin terá de ser remetida para o lixo da História...

27.08.1998 — O Crédit Suisse First Boston diz, agora, que perdeu 50 000 milhões de dólares. Os banqueiros holandeses do ING, os que adquiriram os Barings, de Londres, por uma libra, dizem ser cedo, ainda, para saber quanto perderam. O ABN-Amro tem medo de conhecer os números. George Soros diz que perdeu 2000 milhões de dólares. Todos os Fundos de investimento, assim como as chamadas empresas de "investimentos de risco", declaram que as suas perdas no mercado russo são totais. As bichas à porta dos bancos transformam-se no grande espectáculo do capitalismo em fuga.

28.08.1998 — Chernomirdin está na Ucrânia em conversações com o presidente do F.M.I., Monsieur Camdessus. Este recusa novos empréstimos. Aliás, o F.M.I. já esgotou o seu capital. O Deutsche Bank afirma que perdeu 33 000 mil milhões de dólares

em conjunto com outros investidores. Há quem diga que esse número deve ser rectificado para 55 000 milhões. Pelo menos 75% de todo o papel circulante no mercado russo perdeu a totalidade do seu valor. Os bancos americanos J. P. Morgan, Goldman Sachs, Bankers Trust, Merrill Lynch, Morgan Stanley, Lehman Brothers não querem revelar os alucinantes montantes das suas perdas. Ieltsin está refugiado na "datcha" de férias de Verão. Os mercados financeiros internacionais entram em queda. As ruas de Moscovo estão cheias de especuladores. O mercado negro triunfa. O Imperial Bank fechou. Ziuganov, a voz da razão, declara: "Só apoiare-



mos Chernomirdin se as chamadas reformas monetárias impostas pelo Ocidente forem postas de lado." Nenhum Banco possui dólares para vender. O Estado russo não pagou 40 000 milhões de dólares na data do vencimento. Segundo a mais querida das definições dos banqueiros, "vai para protesto". As perdas do Deutsche Bank em todo o mercado fazem chorar o mundo dos investidores. Singapura, a China, o México, o Canadá, Londres, Paris, Frankfurt sofrem, sofrem, sofrem. No ridículo mercado da Bolsa de Lisboa, a que os noticiários da TV dão certo relevo, tudo marcha no melhor dos mundos.

29.08.1998 — Boatos. Ondas de boatos assolam toda a Rússia. Ieltsin teria chamado as tropas especiais que, há poucos anos, tinham bombardeado e destruído o Parlamento. Estas

## Manoel de Lencastre

teriam recusado. O Pinochet russo já está a caminho de Moscovo. O general Lebed é a suprema esperança do Ocidente. Este Ocidente, entretanto, preocupa-se, agora, com o Japão. É preciso salvar o "Long Term Credit Bank of Japan" que se encontra à beira da falência. O primeiro-ministro chinês, Jiang Zemin, avisa o gabinete nipónico de que deve auxiliar os países asiáticos em falência. Mas em estado de falidos encontram-se, igualmente, o Fuji Bank, o Sumitomo Bank. Já chamam aos comunistas russos, usurpadores... Ziuganov torna públicas as condições da Duma para que Chernomirdin possa vir a ser votado primeiro-ministro. Os ilimitados poderes de Ieltsin têm de ser drasticamente reduzidos. Ou então... A administração Clinton encontra-se paralisada. A fascinante figura da menina Lewinsky vai ficar na História. Os mineiros russos entram em greve. Saddam Hussein liberta-se dos es-

dos financeiros da América do Sul entram na dança da crise. São Paulo, Buenos Aires, Santiago navegam no espaço da falência. No Brasil, os investidores estão a levantar e a fugir com 1000 milhões de dólares por dia. Diz-se que o mundo vai conhecer a mais negra das recessões. Fala-se no regresso dos fantasmas dos anos trinta. Palavras do "The Daily Telegraph", o mais conservador dos jornais britânicos: "A democracia está em perigo na Rússia." E acrescenta: "O regresso dos comunistas ao poder, mesmo parcial, seria um dramático sinal de que a hora da vingança vermelha se aproxima." Anunciam-se ruinosas perspectivas na África do Sul, na Austrália, na Birmânia, na Indonésia...

31.08.1998 — Surgem protestos em plena Praça Vermelha. Um homem chora e diz: "Longe vão os dias em que eu sabia que teria uma reforma. E férias num sanatório do sindicato ou do Estado. E que os meus netos receberiam uma educação e não seriam vítimas das tendências modernas. Não conhecíamos a palavra desemprego." Clinton envia uma importante mensagem a Ieltsin: "Nem mais um dólar!" Mas o pensamento do presidente dos Estados Unidos está na infernal e libidinoso menina Lewinsky que o escravizou para sempre. Mr. Arkipov, em Moscovo, passa horas ao telefone tentando arranjar dinheiro para salvar o seu negócio de consultoria. Grita para um banqueiro que já nada pode fazer por ele: "Você não vê que os comunistas vão regressar?"

É segunda-feira. Com o Dow Jones em queda quase livre, a América preocupa-se. O "Chicago Board of Trade" entra em pãni-

bríticos. Com medo das consequências a produzir pelos acontecimentos que o mundo atravessa, intimam ao Chanceler do Tesouro, Gordon Brown: "Faça alguma coisa!" Mas este, tal como o primeiro-ministro, o ridículo evangelista do capitalismo, Blair, só estava preparado para governar nos belos jardins do mercado global — não no charco, não na lama, não no inferno. Outros, em Bruxelas, receando que não venha a realizar-se o seu protesto, declaram: "Deixem vir o Euro. Com ele venceremos a tempestade." O Barclays Capital afirma, finalmente, que perdeu mil milhões de libras na Rússia. Os outros bancos preferem calar-se. Mas sabe-se que HSBC (Hongkong & Shanghai Banking Corporation), dono do Midland Bank, está ferido de prejuízos em toda a Ásia. O Nomura Securities perdeu 750 milhões de dólares. O Bankers Trust perdeu outro tanto.

03.09.1998 — O declínio mental de Boris Ieltsin surge à vista de todos. Clinton pensa em Lewinsky. Hillary Clinton pensa no futuro. Kenneth Starr compreende que a sua hora de vingança está perto. Em Moscovo, a luta pelo poder acelera. Lebed diz que a Rússia se encontra à beira do colapso. A Duma não vai aceitar Chernomirdin.

04.09.1998 — Diz Jacques Santer: "A Rússia não receberá um só dólar mais, a não ser que intensifique a sua marcha para o capitalismo." Este Santer deve ter endoidecido. Há quem o trate por "clown" de toda a Europa. Na Rússia, só uma intensificação é possível, e da miséria e da fome quando o Inverno se aproxima. Senhoritas com dólares escondidos começam a aplicá-los na compra de casacos de peles. Senhoritos adquirem mais aparelhagem electrónica. "Chernomirdin não passará!" confirma Ziuganov.

05.09.1998 — A Fujitsu anuncia que vai encerrar a sua fábrica de semicondutores situada na zona de Durham, em Inglaterra. A Siemens diz que vai fazer o mesmo em Sunderland. Milhares de operários conhecem o medo do desemprego que já lhes parece inevitável. Outras transnacionais estabelecidas em East Kilbride, em Dunfermline e no Lanarkshire (Escócia), em Barnsley, Derby, Cleveland (Inglaterra) confirmam, também, o encerramento das respectivas fábricas. Cresce uma terrível onda de pessimismo em toda a Grã-Bretanha. A crise asiática, afinal, não é asiática. É a crise do capitalismo.

07.09.1998 — Na antiga RDA, diz-se que mais 50 000 trabalhadores vão para o desemprego. Em Moscovo, certas lojas não têm fruta para vender. Mas as pessoas olham, olham, olham... No sector financeiro mais de 100 000 empregados vão receber notas de demissão. A menina Nikonova, 22 anos, cujo futuro parecia tão brilhante, diz: "Estou convencida de que nunca mais conseguirei emprego no ramo da banca." O seu trabalho era no Rossijski Kredit e, nos últimos dias, tinha a função de acalmar os depositantes em pânico. Confirma-se, agora, que o Quantum Fund, de George Soros, perdeu 4 bilhões de dólares. Outro tanto perdeu o Long Term Capital Management. Alguns grupos de investidores afirmam ter perdido entre 100 milhões e mil milhões de dólares. Determinados Fundos perderam 1000 toneladas de ouro. A Comex, uma firma de New York especialista na especulação sobre os preços futuros das mercadorias, descobriu que lhe faltam 250 toneladas de ouro. Para onde teriam ido na Rússia profunda?

10.09.1998 — Finalmente, torna-se público o nome do novo candidato ao lugar de primeiro-ministro da Rússia. Trata-se de Evgeni Primakov, antigo funcionário e diplomata soviético. Toda a Moscovo, toda a Leningrado, toda a Rússia antecipam a entrada de ministros comunistas no novo governo. Mas em Wall Street a 5.ª-feira é negra. Bill Clinton continua a ver-se empurrado para o cadafalso. O povo americano não quer. Pelo contrário, a tenebrosa máquina da reacção americana quer uma vingança. Os Estados Unidos vão dividir-se. A catástrofe espreita. Clinton recebe os chefes militares, na Casa Branca. Mas a não declarada falência dos bancos japoneses reentra na ordem do dia. As dívidas incobráveis, ainda nos respectivos livros, ascendem a 87,5 trilhões de yen...

12.09.1998 — Algumas agências, compradas para que tentem acalmar o público internacional, emitem comunicados falsos. Dizem que a Rússia só deve 125 mil milhões de dólares... No Japão, o Nikkei, índice dos valores da Bolsa, conhece a mais forte baixa dos últimos 12 anos. Andam todos numa louca corrida em busca de cobertura para as posições tomadas. Na Argentina, no Brasil os suíciós começam. A Tesouraria do governo brasileiro está a perder 1 bilhão de dólares, diariamente. Escreve um comentador do semanário dominical londrino, "The Observer": "Os olhos dos Estados Unidos não deveriam desviar-se do Brasil." Em vez disso, os olhos da América concentram-se na menina Lewinsky. Sabe-se que a Rússia, efectivamente, não pagou os 40 mil milhões de dólares cujo vencimento tinha sido aceite para 20 de Agosto. Alguns banqueiros da escola antiga ficam satisfeitos. A Rússia vai para a frente. Vai para protesto. Esses banqueiros, pelo menos, não morrerão só...

18.09.1998 — A Argentina, afinal, parece que tinha as suas costas certinhas. Mas a crise brasileira acabará por conduzir o país das pampas à derrocada financeira. Grita-se em Wall Street: "Salvem, ao menos, a Argentina!"

"Don't cry for me Argentina..."

piões mandados para o Iraque pelos americanos sob a bandeira das Nações Unidas.

30.08.1998 — Em Londres, a B.P. e a Taylor Woodrow (construção civil) dizem que o seu futuro na Rússia é problemático. O mesmo dizem a Bovis, a P&O, a Allied Domeq, a Storehouse, a Ladbroke's Hilton Hotels — estão todas a perder dinheiro e mandam regressar o pessoal que tinham enviado para Moscovo. O mercado russo, tão disciplinado, há um ano apenas, transforma-se num verdadeiro inferno. Ieltsin: "Ninguém pode mandar-me embora!" O banqueiro e corrector de governos Boris Berezovski foge para Londres. Um comentador do "The Sunday Telegraph" desabafa: "Como eram bons os velhos tempos da URSS..." Multidões desvairadas invadem as "feiras da ladra" de Leningrado. Os merca-

co. A Duma rejeita Chernomirdin. Clinton designa Moscovo como "esse manicómio".

01.09.1998 — Comentadores mais sóbrios escrevem em Londres: "O fim do Verão é o fim de uma era e a chegada do Outono faz-se com nuvens negras que se espelham no horizonte". Mas Clinton não visita a Moscovo. Regista-se uma certa pausa em todo o sistema global. Verificam-se, até, certas recuperações orquestradas, evidentemente, em Wall Street e na Stock Exchange de Londres. Em Tóquio, o Sakura Bank informa que vai aumentar o seu capital. Mas, em Moscovo, Clinton desfaz as últimas ilusões de Ieltsin e de Chernomirdin. Ziuganov não hesita em declarar: "A Duma não será dissolvida. Ieltsin é um desmoralizado e um alcoólico."

02.09.1998 — Cresce a agitação entre certos meios de negócios



## AGENDA

## REGIONALIZAÇÃO

Com CARLOS CARVALHAS

## • Em AVEIRO

Sexta-feira, 26

Encontro com a Comunicação Social do Distrito

- Restaurante "Sol Poente", 17h

ÁGUEDA - Jantar pela Regionalização

- Restaurante "O Talher" (em Paredes), 19h30

OVAR - Sessão pública sobre a regionalização - Salão Paroquial, 22h

## • Na GUARDA

Sábado, 26

Sessão sobre a regionalização - Instituto da Juventude da Guarda, 16h

## • Em CASTELO BRANCO

Sábado, 26

Sessão sobre a regionalização - Auditório da Escola Superior de Educação, 21h

\* \* \*

## Encontro Regional de Quadros do ALGARVE

- A REGIONALIZAÇÃO e a campanha para o referendo

Sábado, 26, às 15h, no Centro de Trabalho de Faro

## REGIONALIZAÇÃO em debate em LISBOA

Hoje, dia 24, às 18h30, no Centro de Trabalho Vitória

com a participação de Luís Sá

## Debate em RIO DE MOURO

Sexta-feira, 25, às 21h30, no Auditório n.º 2 da Igreja local

com a participação de Agostinho Lopes

## Debate em ALVERCA

Sexta-feira, 25, às 21h30, no Auditório Municipal Scala

com a participação de Vítor Dias e Daniel Branco

## Debate em OUREM

Sexta-feira, 25, às 21h, na Sala dos Bombeiros

com Jorge Cordeiro, José Augusto Esteves, Sérgio Ribeiro

## Reunião geral de militantes de GUIMARÃES

- A REGIONALIZAÇÃO e a intervenção do Partido na Campanha

Sábado, 26, às 21h30, no Centro de Trabalho

com a participação de Henrique de Sousa

JORNADA NACIONAL DO PCP  
CONTRA O PACOTE LABORAL

De 26 de Setembro a 3 de Outubro

## • Com a participação de CARLOS CARVALHAS

## LISBOA

Encontro do Secretário-geral do PCP com ORT's dos sectores de Transportes, Energia e Comunicações, no quadro da Campanha Nacional do PCP sobre os problemas sociais, as privatizações, o Pacote Laboral e as privatizações: Terça-feira, 29, às 10h30, no Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa

## SEIXAL

Encontro do Secretário-geral do PCP com jovens trabalhadores, no quadro da Campanha Nacional: Quarta-feira, 30, às 18h, na Sociedade Filarmónica Democrática Timbre Seixalense

## • Na MARINHA GRANDE

Jantar-convívio de metalúrgicos, com a participação de Francisco Lopes, que fará uma intervenção sobre as leis laborais e Segurança Social: Sexta-feira, 25, às 20h, na Sede da Ordem

## • Em LISBOA

- Exposição na Praça da Figueira - de 28 de Setembro a 5 de Outubro, das 8h30 às 19h30

Inauguração: Segunda-feira, 28, às 17h, com a presença e intervenção de Jerónimo de Sousa

Distribuição de documentos na Baixa a partir das 16h

- Venda Especial do Avante!

Quinta-feira, 24, das 7 às 9h, na Estação Sul e Sueste

Quinta-feira, 1, das 7 às 9h, na Estação Sul e Sueste, às 7h30 no Metro da Pontinha, ainda de manhã nas ruas Augusta, Camilo Castelo Branco, Andrade Corvo, ao princípio da tarde no Areiro, Pç. do Chile, Largo da Graça, Rua e Pç. D. Luís, Largo Calvário

- Distribuição de propaganda pelo Sector da Função Pública junto de instalações da FP e por outras células de Empresas

## • Na AMADORA

- Distribuição de propaganda no Jumbo e Fábrica de Confeções da Damaia e ainda nos Moinhos da Funcheira; dias 29 a 2 de Outubro, contactos com a Fiat, Laboratórios Vitória, Andrade, Abbott, Azevedos, Roussel, Sandwik e Cassel e Malas Soares Peixoto

## • Em VILA FRANCA DE XIRA

- Plenários de militantes: das Empresas de Alverca (dia 24 às 17h30, no CT local), das Empresas de Alhandra (dia 25 às 17h30 no CT de Alhandra), das Empresas da Póvoa (dia 28, às 17h30, no CT da Póvoa)

- Distribuição de documentos: dia 25, às 7h, na Estação da Póvoa, dia 30 na Atral-Cipan e empresas de Alverca (nestas à hora do almoço), dia 1 na Cimpor/Alhandra, dia 2 nas OGMA

## • Em LOURES

- Distribuição de propaganda nos dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro, junto das empresas do concelho, nomeadamente Meca, Alcântara/Açúcar, Fima, Covina, Cavan, Robbialac, Trefilaria, Dyrup, Caterair, Cometna, C. Municipal e Serviços Municipalizados

## • No distrito de COIMBRA

- Distribuição de propaganda em Coimbra nos dias 28 (Textilândia, Bleizer, Miderâmica), 29 (Salvador Cateno e Marco Polo), 1 (Cimpor, Apolo, Batanete, Ceres, Rifer), dia 2 (Refleta) e na Figueira da Foz (dias 30 e 2)



## Regionalização

## alguns pontos nos iis

É um mau serviço prestado à democracia e ao esclarecimento dos portugueses a falta de descrições e a falta de verdade com que PSD, CDS/PP e outras paróquias do "Não" no referendo de 8 de Novembro argumentam contra a regionalização, apresentando hoje como péssimo e representando males terríveis para o País o que antes tinham defendido como bom.

É natural a existência de interrogações, dúvidas, opiniões diferenciadas, sobre uma tão importante reforma democrática do Estado.

Mas é infortúnio e não é natural que partidários do "Não" substituam o debate sereno de ideias por um argumentação alarmista e demagógica, que ofende a inteligência dos portugueses, abuse da falta de memória e prejudica o esclarecimento necessário. Que apresentem montanhosamente deformações das regiões como inimigas da unidade do País e apontem de mais "incoerências", de mais burocracia e mais desperício do Estado, enquanto os adversários da regionalização, os verdadeiros patriotas e defensores da moralidade quanto a dinheiros e cargos públicos.

Não se deixe iludir pela cassete dos medos e fantasmas agitadas contra a regionalização. Informe-se. Reflita. Decida e opte em consciência.



## Tempo de antena do PCP

HOJE na RTP-1 a seguir ao Telejornal

## PORTUGAL &gt; 2000

DEBATES PARA UMA POLÍTICA DE ESQUERDA

## Portugal e o futuro da União Europeia

- debate com a participação de

Joaquim Miranda, João Amaral, Oliveira Batista, Villaverde Cabral e Sérgio Ribeiro

Lisboa - Auditório do Centro Jean Monet - Quinta-feira, 24, às 18h

## COIMBRA

## REUNIÃO NACIONAL DE PROFESSORES COMUNISTAS

Sábado, 26, das 10h30 às 17h30.

Anfiteatro da Escola Superior de Educação (junto ao Estádio Municipal)

## VIANA DO CASTELO

## Reunião Distrital de Quadros da DORVIC

Sábado, 26, às 15h, no Centro de Trabalho com a participação de Henrique de Sousa

## PORTO

## Reunião de Comunistas da Área da Agricultura

Domingo, 27, às 10h, no CT da Boavista

## OEIRAS

## 1.ª Assembleia da Organização do Sector de Empresas do Concelho de Oeiras

Domingo, 27, às 16h, no Centro de Trabalho de Algés Almoço-convívio, às 13h

• Estúdio móvel - no dia 24 na Est. Sul e Sueste e Rua Augusta, em Lisboa, dias 25 e 26 em Cascais, dia 28 na Zona Industrial da Amadora, dia 29 em Sintra, dia 30 em Cascais e Vila Franca de Xira, dia 1 na Amadora

• REUNIÃO NACIONAL DE QUADROS - sábado, dia 3, das 11 às 18h, na Junta de Freguesia de Alcântara

## ESOURAL

## 2.ª Assembleia da Organização da Freguesia de Escoural

Domingo, 27, às 14h, na Casa do Povo

## • ALCABIDECHE

Plenário de militantes da Freguesia, sobre a situação política e a campanha pela Regionalização: sábado, 26, às 15h30, no Centro de Trabalho local, com a participação de Euclides Pereira

## • DAMAIA

Plenário de militantes da Freguesia sobre questões da Organização do Partido e regionalização: sábado, 26, às 15h30, no CT da Damaia. Convívio no final.

## LISBOA

Jantar / Debate

## com camaradas ligados a Médias, Pequenas e Micro Empresas

• Fiscalidade

• O Sector, a Banca e a transição para o Euro Segunda-feira, 28, às 20h, no salão do CT Vitória com a participação de Agostinho Lopes



## Café Concerto

na Zona Ribeirinha de Arrentela

Sexta-feira, 25, às 21h

TELEVISÃO

Quinta, 24

RTP 1

08.00 Infantil  
10.00 Malha de Intrigas  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.40 Esmeralda  
14.20 Consultório  
15.40 A Cidade Submersa  
(de Budd Boetticher, EUA/1953, com Robert Ryan, Anthony Quinn, Mala Powers. Aventuras.)  
17.25 Chiquititas  
19.00 País País  
19.40 País Regiões  
20.00 Telejornal  
20.45 Cais do Oriente  
21.05 As Lições do Tonecas  
21.40 Terra Mãe  
22.35 Grande Entrevista  
00.35 24 Horas  
01.35 Sozinha em Casa  
(de John Patterson, EUA/1990, com Valerie Bertinelli, Juliet Sorcey, Kevin Dunn. Telefilme / Drama)

RTP 2

10.00 Espaço Expo'98  
14.30 Informação Gestual  
15.00 Ciclismo - Volta a Espanha  
16.25 Super Esquadra  
17.20 Euronews  
18.00 Informação Religiosa  
18.30 Um, Dó, Li, Tá

Sexta, 25

RTP 1

08.00 Infantil  
10.00 Malha de Intrigas  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.40 Esmeralda  
14.20 Consultório  
15.40 As Aventuras de Buckaroo Banzai  
(de William D. Richter, EUA/1984, com Peter Weller, John Lithgow, Jeff Goldblum, Ellen Barkin. Ver Destaque)  
17.25 Chiquititas  
19.00 País País  
19.40 País Regiões  
20.00 Telejornal  
20.45 Cais do Oriente  
20.55 Futebol: Sporting-Estr. Amadora  
23.00 Terra Mãe  
23.55 Jogos sem Fronteiras  
01.45 24 Horas  
02.35 Ciclismo: Volta a Espanha  
03.20 Confronto Mortal  
(de Michel Qissi, EUA/1992, com Ashley Hayden, Michel Qissi. «Thriller» / Acção)

RTP 2

10.00 Espaço Expo'98  
14.30 Informação Gestual  
15.00 Desporto

Sábado, 26

RTP 1

08.00 Infantil/Juvenil  
12.20 Companhia dos Animais  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Top +  
15.00 Simpsons  
15.30 Robin dos Bosques  
16.30 Excentricidades  
17.05 Nunca É Tarde  
17.45 Conan, o Guerreiro  
18.45 Há Horas Felizes  
20.00 Telejornal  
20.50 Cais do Oriente  
21.25 Nós, os Ricos  
22.15 Em Nome da Justiça  
23.15 86-60-86  
24.00 24 Horas  
00.50 Limites do Terror  
01.45 Prêt-à-Porter - Pronto a Vestir  
(de Robert Altman, EUA/1994, com Marcello Mastroianni, Julia Roberts, Sophia Loren, Tim Robins. Comédia)

RTP 2

09.00 Universidade Aberta  
12.20 Magazine  
12.45 Música Maestro - Música do Séc. XX  
13.35 Dinheiro Vivo  
14.05 Sinais do Tempo  
15.00 Desporto 2  
18.45 Paixões em Fúria  
20.30 Tenchi Muyo  
21.00 Onda Curta  
(Spicy City - Olho por Olho, Spicy City: Na Eye for na Eye, de Ennio Tortorano, EUA/1997; Michael, O Visitante, Michael, The Visitor, de Lindsay Van Blerk, EUA/1996).  
22.00 Jornal 2  
22.35 O Lugar da História  
23.30 Amarcord  
(de Federico Fellini, It./Fr./1973, com Puppella Maggio, Magali Noël, Armado Brancia, Ciccio Ingrassia, Nandino Orfei. Ver Destaque)  
01.30 Hollywood Love

SIC

08.00 Buéréré  
11.55 O Nosso Mundo  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 Starman, O Homem das Estrelas  
(de John Carpenter, EUA/1984, com Jeff Bridges, Karen Allen, Charles Martin Smith. Ver Destaque)  
16.00 Xena  
17.00 Walker  
18.00 Rocky V  
(de Sylvester Stallone, EUA/1991, com Sylvester Stallone, Talia Shire, Burt Young, Sage Stallone, Burgess Meredith. Boxe)  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Mundo VIP  
22.00 Big Show Sic

Domingo, 27

RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil  
12.30 Jornal da Tarde  
13.00 Fórmula 1  
- GP do Luxemburgo  
14.50 Made in Portugal  
16.10 Kung Fu  
17.10 Departamento de Homicídios  
18.10 Casa Cheia  
18.45 Jet 7  
19.30 Domingo Desportivo  
20.00 Telejornal  
20.50 Cais do Oriente  
21.05 Assalto à Televisão  
22.35 Domingo Desportivo  
23.50 Millennium  
00.45 24 Horas

RTP 2

09.30 Novos Horizontes  
10.30 Missa  
11.50 O Mundo Natural do Japão  
12.40 Grandes Romances do Séc. XX  
13.30 Jornal d'África  
14.00 O Mundo Oculto  
14.50 Desporto 2  
19.20 Bom Bordo  
20.00 Artes e Letras - «Claudio Abbado»  
21.00 A Dama Misteriosa  
22.00 Jornal 2  
22.30 Horizontes da Memória  
23.00 Bailado: «A Bela Adormecida»  
23.55 Vidas do Século: «Os Churchill»

SIC

08.30 Buéréré  
11.55 BBC - Vida Selvagem  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 Poderia Acontecer-te  
(de Andrew Bergman, EUA/1994, com Nicolas Cage, Bridget Fonda, Rosie Perez. Ver Destaque)  
15.50 A Ilha Misteriosa  
17.00 Os Imortais  
18.00 Futebol: Benfica-Marítimo  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Polícias à Solta  
21.30 Ficheiros Clínicos  
22.30 A Ley de Murphy  
(de J. Lee Thompson, EUA/1986, com Charles Bronson, Kathleen Wilhoite, Carrie Snodgrass, Robert F. Lyons. Acção)  
00.40 Último Jornal  
01.15 Trovão Azul  
02.15 Portugal Radical

TVI

10.00 Animação  
10.30 Novos Ventos  
11.00 Missa  
13.00 Portugal Português  
14.00 Planeta Portugal

Segunda, 28

RTP 1

08.00 Infantil  
10.00 Malha de Intrigas  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.40 Esmeralda  
14.35 Consultório  
15.40 Impagável Perseguição  
(de Enzo G. Castellari, It./1990, com Bud Spencer, Philip Michael Thomas, Juan Fernandez. Comédia)  
17.25 Chiquititas  
19.00 País País  
19.40 País Regiões  
20.00 Telejornal  
20.35 Cais do Oriente  
21.10 Reformado e Mal Pago  
23.00 Terra Mãe  
22.45 Vidas Proibidas (Ballet Rose) - (2.º ep.)  
23.50 Espiões de Classe  
00.55 24 Horas  
01.45 Projecto Alf  
(de Dick Lowry, EUA/1996, com Miguel Ferrer, William O'Leary, Ed Begley Jr., Martin Sheen. Telefilme / Comédia)

RTP 2

10.00 Espaço Expo'98  
15.00 Informação Gestual  
15.30 A Vida É um Zoo  
16.35 Super Esquadra  
17.30 Madeira  
18.00 Informação Religiosa  
18.30 Um, Dó, Li, Tá  
19.35 Hugo  
20.05 O Fantasma Escritor  
20.30 A Nave Vermelha  
21.05 Sarilhos com Elas  
21.35 Remate  
22.00 Jornal 2  
22.35 Acontece  
22.50 Jornal Falado  
23.50 Noites Bravas  
(de Cyril Collard, Fr./1991, com Cyril Collard, Romane Bohringer, Carlos Lopez, Corine Blue. Drama)  
01.55 Duckman, o Trapalhão

SIC

08.00 Buéréré  
12.00 Malucos do Riso  
12.30 Primeiro Jornal  
13.30 O Juiz Decide  
14.30 Fátima Lopes  
16.30 Vidas Cruzadas  
17.40 Corpo Dourado  
18.50 Era Uma Vez  
20.00 Jornal da Noite  
20.55 As 100 Fotos do Século  
21.00 Torre de Babel  
22.00 Roda de Milihões

Terça, 29

RTP 1

08.00 Infantil  
10.00 Malha de Intrigas  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.40 Esmeralda  
14.35 Consultório  
14.55 Futebol: Bolonha-Sporting  
18.05 Chiquititas  
19.00 País País  
19.40 País Regiões  
20.00 Telejornal  
20.45 Cais do Oriente  
21.10 Terra Mãe  
22.10 Herman 98  
23.25 Antevisão: Liga dos

Quarta, 30

RTP 1

08.00 Infantil  
10.00 Malha de Intrigas  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.40 Esmeralda  
14.20 Consultório  
15.40 Missão de Fogo  
(de Enzo G. Castellari, It./1990, com Bud Spencer, Philip Michael Thomas, Erik Estrada. Comédia)  
18.05 Chiquititas  
19.00 País País  
19.35 Futebol: Ajax-F.C. Porto  
21.30 Telejornal  
22.15 Cais do Oriente



Por mais banalizada que pareça a transmissão do bailado «A Bela Adormecida», com a celebrada partitura de Tchaikowski, a não perder é a versão a apresentar este domingo na RTP2, dançada pela companhia do Kirov, que nesse ano de 1989 mantinha a superior qualidade que lhe deu fama

19.30 Hugo  
19.55 O Fantasma Escritor  
20.30 A Nave Vermelha  
21.05 Murphy Brown  
22.00 Jornal 2  
22.35 Acontece  
22.50 Paris Desperta  
(de Olivier Assayas, Fr./1991, com Judith Godrèche, Jean-Pierre Léaud, Thomas Langmann. Ver Destaque)  
00.20 Fogo do Céu

17.20 Euronews  
18.00 Informação Religiosa  
18.30 Um, Dó, Li, Tá  
19.30 Hugo  
20.05 O Fantasma Escritor  
20.30 A Nave Vermelha  
21.05 O Riso ao Poder  
21.35 Remate  
22.00 Jornal 2  
22.35 Acontece  
22.50 Uma Vida Independente  
(de Vitali Kanevski, Rússia/Fr./1991, com Pavel Nazarov, Dinara Droukarova, Toshihiro Vatanabe. Drama)  
00.40 As Teias da Lei

SIC

08.00 Buéréré  
12.00 Repetições  
12.30 Primeiro Jornal  
13.30 O Juiz Decide  
14.30 Fátima Lopes  
16.30 Vidas Cruzadas  
17.40 Corpo Dourado  
18.50 Era Uma Vez  
20.00 Jornal da Noite  
20.55 As 100 Fotos do Século  
21.00 Torre de Babel  
22.00 A Última Chance  
23.00 Grande Reportagem  
24.00 Último Jornal  
00.35 Flash  
02.00 Vibrações

SIC

08.00 Buéréré  
12.00 Repetições  
12.30 Primeiro Jornal  
13.30 O Juiz Decide  
14.30 Fátima Lopes  
16.30 Vidas Cruzadas  
17.40 Corpo Dourado  
18.50 Era Uma Vez  
20.00 Jornal da Noite  
20.55 As 100 Fotos do Século  
21.00 Bom Baíão  
21.30 Torre de Babel  
22.40 Ponto de Encontro  
23.45 Donos da Bola  
02.30 Último Jornal  
03.25 Vibrações

TVI

10.10 Animação  
13.30 TVI Jornal  
14.15 Mulher Perigosa  
15.05 Maria José  
15.50 Caminhos Cruzados  
16.45 Animação  
18.10 Gémeas  
19.00 Pretender  
20.00 As Novas Aventuras do Super-Homem  
21.00 Directo XXI  
22.00 Ficheiros Secretos  
23.00 Husões  
(de Victor Kulle, EUA/1991, com Robert Carradine, Heather Locklear, Emma Samms, Ned Beatty. Drama)  
01.30 Seinfeld  
02.50 Barcelona  
(de Whit Stillman, EUA/1995, com Taylor Nichols, Chris Eigeman, Tushka Bergen, Mira Sorvino, Pepe Munne. Comédia)

TVI

10.10 Animação  
13.30 TVI Jornal  
14.15 Mulher Perigosa  
15.05 Maria José  
15.50 Caminhos Cruzados  
16.45 Animação  
18.10 Gémeas  
19.00 Pretender  
20.00 As Novas Aventuras do Super-Homem  
21.00 Directo XXI  
22.00 As Teias da Máfia  
23.00 Polícias e Ladrões  
24.00 Uma Mulher em Causa  
(de Sandor Stern, EUA/1996, com Veronica Hamel, Pam Dawber, Cynthia Martells. Drama)  
02.00 Seinfeld  
02.30 Ponto Final  
02.50 A Boa Esposa  
(de Ken Cameron, Austrália/1986, com Rachel Ward, Byron Brown, Sam Neill, Steven Vidler. Drama)



Inês de Medeiros - este domingo com «Amarcord», que Fellini construiu com as suas memórias da Itália fascista - vai estar por pouco mais tempo na RTP2, apresentando os filmes «da vida» de cada um dos seus convidados

00.50 Os Sete Magníficos  
01.50 Último Jornal  
02.25 Quando o Céu e a Terra Mudaram de Lugar  
(de Oliver Stone, EUA/1993, com Hiep Thi Le, Tommy Lee Jones, Joan Chen. Ver Destaque)

TVI

10.00 Animação  
13.35 Contra-Ataque  
14.40 Feedback  
15.35 Os Julgamentos de Rosie O'Neill  
16.30 Doido por Ti  
17.00 Agente Secreto  
(de David Hemmings, EUA/1992, com Connie Sellecca, Ed Marinaro, Pavel Douglas. Comédia Dramática)  
19.00 Aventuras no Pacífico  
20.00 Flipper  
21.00 Directo XXI  
22.00 A Outra Mãe  
(de Frank Arnold, EUA/1995, com Joanna Kerns, Stephanie Zimbalist, Michael Schulman, Gaby Hoffman. Drama)  
24.00 O Rapaz do Descapotável  
(de Mary Lambert, EUA/1994, com Mark Dacascos, Natasha Gregson Wagner. Comédia Dramática)  
01.50 Regresso a Howards End  
(de James Ivory, Gr.Br./1992, com Anthony Hopkins, Vanessa Redgrave, Helena Bonham Carter, Emma Thompson. Ver Destaque)

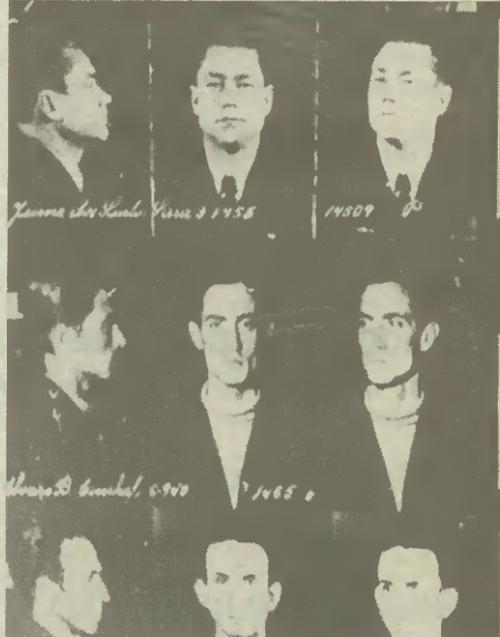


David Caruso de novo na televisão - na TVI -, numa série desencantada, onde se destacam os poderes do poder judicial (e do Poder) nos EUA

24.00 Toda a Verdade  
02.00 Último Jornal  
02.30 Pepsi Chart

TVI

10.10 Animação  
13.30 TVI Jornal  
14.15 Mulher Perigosa  
15.00 Maria José  
15.50 Caminhos Cruzados  
16.45 Animação  
18.10 Gémeas  
19.00 Pretender  
20.00 As Novas Aventuras do Super-Homem  
21.00 Directo XXI  
22.00 Soldados da Justiça  
23.00 A Sombra da Dúvida  
(de Brian Dennehy, EUA/1995, com Brian Dennehy, Bonnie Bedelia, Bruce McGill. Drama)  
00.50 Seinfeld



A SIC anunciou para hoje, quinta-feira, na rubrica Grande Reportagem, a transmissão de um trabalho da jornalista Raquel Alexandra sobre a resistência ao fascismo, contada por alguns dos seus protagonistas

Campeões  
01.00 Reportagem: Expo 98  
02.05 24 Horas  
02.55 Rotações

RTP 2

10.00 Espaço Expo'98  
15.00 Informação Gestual  
16.25 Super Esquadra  
17.30 Euronews  
18.00 Informação Religiosa  
18.30 Um, Dó, Li, Tá  
19.35 Hugo  
20.05 O Fantasma Escritor  
20.30 A Nave Vermelha  
21.05 Betty Boop  
21.30 Remate  
22.00 Jornal 2  
22.35 Acontece  
22.50 O Padre  
(de Antonia Bird, Gr.Br./1995, com Linus Roache, Tom Wilkinson, Christine Tremarco, James Ellis. Ver Destaque)  
00.30 Encontros Imediatos

SIC

08.00 Buéréré  
12.00 Malucos do Riso  
12.30 Primeiro Jornal  
13.30 O Juiz Decide  
14.30 Fátima Lopes  
16.30 Vidas Cruzadas  
17.40 Corpo Dourado  
18.50 Era Uma Vez  
20.00 Jornal da Noite  
20.55 As 100 Fotos do Século  
21.00 Médico de Família  
22.00 Torre Babel  
23.20 Dez para a Meia-Noite  
(de J. Lee Thompson, EUA/1983, com Charles Bronson, Lisa Ellbacher, Andrew Stevens. Policial)  
01.30 Último Jornal  
02.05 O Fantasma de Canterbury  
03.50 Vibrações

TVI

10.10 Animação  
13.30 TVI Jornal  
14.15 Mulher Perigosa  
15.00 Maria José  
15.50 Caminhos Cruzados  
16.45 Animação  
18.10 Gémeas  
19.00 Pretender  
20.00 As Novas Aventuras do Super-Homem  
21.00 Directo XXI  
22.00 Os Segredos de Verónica  
22.30 Ally McBeal  
23.00 Seinfeld  
24.00 Golo  
01.25 Feedback

RTP 2

10.00 Espaço Expo'98  
15.00 Informação Gestual  
15.30 A Vida É um Zoo  
16.35 Super Esquadra  
17.30 Euronews  
18.00 Informação Religiosa  
18.30 Um, Dó, Li, Tá  
19.30 Hugo  
20.00 O Fantasma Escritor  
20.30 A Nave Vermelha  
21.05 Simpsons  
21.35 Remate  
22.00 Jornal 2  
22.35 Acontece  
22.50 Wittgenstein  
(de Derek Jarman, Gr.Br./1993, com Karl Johnson, Michael Gough, Tilda Swinton, John Quentin, Kevin Collins, Clancy Chassy. Drama)  
00.05 Musical: «The Abbey Road Story»

SIC

08.00 Buéréré  
12.00 Malucos do Riso  
12.30 Primeiro Jornal  
13.30 O Juiz Decide  
14.30 Fátima Lopes  
16.30 Vidas Cruzadas  
17.40 Corpo Dourado  
18.50 Era Uma Vez  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Torre de Babel  
22.00 Furor  
23.15 Crossfire  
00.20 Último Jornal  
00.55 Conversas Secretas  
02.25 Vibrações

TVI

10.10 Animação  
13.30 TVI Jornal  
14.15 Mulher Perigosa  
15.00 Maria José  
15.50 Caminhos Cruzados  
16.45 Animação  
18.10 Gémeas  
19.00 Pretender  
20.00 As Novas Aventuras do Super-Homem  
21.00 Directo XXI  
22.00 Tal Pai, Tal Filho  
22.30 O Quarto Poder  
(de Stephen Surjik, EUA/1997, com Gabriel Byrne, Ben Kingsley, Mimi Rogers, Paul Macursky. Comédia)  
00.45 Seinfeld  
01.15 Lanterna Mágica  
01.55 Ponto Final

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

## TELEVISÃO

## Por isto e por aquilo...

## Paris Desperta

(Quinta, 22.50, RTP2)

Servindo-se de um punhado de personagens para nos contar várias histórias simultâneas e paralelas (cuja ligação é feita por esses personagens), Olivier Assayas constrói o terceiro filme da sua ainda curta carreira e que é a crónica do dia-a-dia numa grande urbe. Segundo as referências, o destaque parece dever ir para a revelação de Judith Godrèche e para mais uma excelente representação de Jean-Pierre Léaud. A confirmar.



Um fotograma de «As Aventuras de Buckaroo Banzai», filme de William D. Richter



Karen Allen e Jeff Bridges, no filme «Starman, o Homem das Estrelas», de John Carpenter

## As Aventuras de Buckaroo Banzai

(Sexta, 15.40, RTP1)

Filme de aventuras inspirado na «série B» e na banda desenhada, esta história de ficção científica tem uma estrutura interna de certo modo incoerente mas não deixa de constituir um desvairado entretenimento para a gente jovem, com referência suplementar para os efeitos especiais e para o absurdo «perfil» do personagem principal: neurocirurgião, cantor de rock, corredor de automóveis!

## Starman, O Homem das Estrelas

(Sábado, 13.40, SIC)

Fazendo lembrar um pouco uma paródia a *Easy Rider* transposta para os anos 80 - como bem assinala Pauline Kael -, este filme de John Carpenter conta-nos uma interessante história de ficção científica em que uma viúva é surpreendida pela invasão da sua casa por um extraterrestre (cuja nave havia sido abatida) e que se transforma na pessoa do seu ex-marido, acabando por convencê-la a transportá-lo a um local específico onde deverá ser recolhido por uma outra nave espacial. Com alguma melancolia e sensibilidade, Carpenter faz contrastar a violenta atmosfera opressora da busca



Um fotograma de «Quando o Céu e a Terra Mudaram de Lugar», filme de Oliver Stone



O melhor do cinema britânico, em «O Regresso a Howards End», de James Ivory

do extraterrestre pelas autoridades com momentos de calor humano, repletos de bons diálogos.

## Amarcord

(Sábado, 23.30, RTP2)

Recheado de personagens pitorescas, a um tempo impagáveis e ternas, *Amarcord* (que em dialecto romano significa «lembro-me») é uma viagem de Fellini ao seu passado e às suas recordações de infância, ao contar-nos o ambiente paisagístico e humano de uma pequena localidade de província onde a vida é comandada pelo ciclo das estações. Extremamente original, como todas as obras do grande realizador italiano, *Amarcord* contém elementos que já encontramos em *Vitelloni* ou em *Roma* mas antecipa já algumas ideias fílmicas que encontraríamos mais tarde, em *E La Nave Va* por exemplo.

## O Regresso a Howards End

(Sábado, 01.50, TVI)

Admirável filme de período e exemplo notável da arte cinematográfica britânica (aqui longe do academismo que, nos piores casos, não deixa de ser justo associar-lhe) *Howards End* é um filme impecável em todos os domínios e recheado de interpretações fora de série, em particular as de Emma Thompson e Anthony Hopkins. Um filme com uma brilhante realização de James Ivory, em que a sociedade inglesa do princípio do século é retratada com alguma frontalidade e profundidade, quando afloram os acentuados conflitos no seio da estratificada arrumação de classes e em que uma mulher jovem e independente, enfrentando as rígidas convenções sociais vigentes, resolve dar o «grito do Ipiranga».

## Quando o Céu e a Terra Mudaram de Lugar

(Sábado, 02.25, SIC)

Seguindo-se a *Platoon*, que Oliver Stone realizou tendo como base a sua própria experiência, e a *Nascido em 4 de Julho*, baseado na autobiografia de Ron Kovic, este filme de Stone completa a trilogia que o realizador dedicou à Guerra do Vietname e fala-nos da experiência real e concreta de uma ex-cidadã vietnamita - *Le Ly Hayslip* - por esta contada em dois livros publicados. Hoje cidadã americana, a autora foi surpreendida no seu país natal pela brutalidade e pela trágica destruição da guerra e, dividida entre o Norte e o Sul, acabou por ser levada para os EUA por um militar norte-americano com quem casou. Um retrato cruel da guerra, desta vez abordado do ponto de vista dos que mais a sofreram.

## Poderia Acontecer-te

(Domingo, 13.40, SIC)

No centro desta comédia romântica está a personagem de um polícia de Nova Iorque que, bafejado pela sorte grande que lhe sai num bilhete de lotaria, resolve partilhá-la com a mulher dos seus sonhos - uma empregada de balcão. Baseado num facto da vida real, o filme tem duas excelentes interpretações de Nicolas Cage e Bridget Fonda.

## O Padre

(Terça, 22.50, RTP2)

Num novo ciclo intitulado «Transgressões», a RTP 2 estreia em «Cinco Noites, Cinco Filmes» um filme britânico realizado pela cineasta Antonia Bird, cujo argumento se debruça sobre as contradições entre a hipocrisia da hierarquia religiosa e os problemas de um padre confrontado com os votos sagrados que jurou e a sua secreta homossexualidade. Um filme que dividiu profundamente a crítica e cujas referências são díspares. A confirmar.

## CABO &amp; SATELITE

## Um fotógrafo italiano e uma cantora portuguesa

Incluído no magazine semanal sobre Artes intitulado «Metropolis», o canal Arte apresenta, sob o título «Derrière la Page» (série concebida por Caroline Parent e



Christian Cajouille) um documentário sobre a reportagem fotográfica realizada acerca dos povos nómadas pelo fotógrafo italiano Franco Zechin e que foi publicada em série na revista italiana «Specchio». Hora e meia mais tarde, é a cantora Maria João que estará em primeiro plano em mais um documentário sobre figuras do mundo da música incluído na série «Music Planet». (Arte, Sábado, das 20.35 às 21.35; e das 23.10 às 00.10)

que a mesma está a ser repetida no canal brasileiro GNT às sextas-feiras, a meio da tarde. Assim poderá recordar as aventuras de Pedrinho, Narizinho e Emília no sítio da D. Benta. (GNT, Sexta, das 19.15 às 19.50)

## Uma série policial

Diz-se ter qualidade assinalável uma série policial que o canal M6

apresenta todas as sextas-feiras sob o título genérico «Vertiges» e cujas principais protagonistas são uma criminóloga, Jeanne, interpretada pela actriz Pascale Arbiot, e uma jornalista, Olivia, interpretada pela actriz Vinciane Millereau. No próximo episódio, amanhã ao fim da tarde, intitulado «En Quête d' Identité», a criminóloga estará sob a mira de um terrível psicopata. (M6, Sexta, das 19.50 às 21.30)

## Ainda o centenário de Gershwin

Prossegue em vários canais televisivos a transmissão de programas dedicados ao centenário do compositor George Gershwin. Desta vez, é novamente o canal Muzzik que apresenta uma versão da ópera em três actos «Porgy and Bess», gravada em 1992 com a participação da Orquestra Filarmónica de Londres sob a direcção de Simon Rattle. Os principais solistas são William White e Cynthia Haymond. (TV 5, Quinta, das 19.05 às 20.35)

## Pica-pau Amarelo

Se pertence ao número daqueles que gostaram de ter visto, pela primeira vez, a excelente série juvenil brasileira «O Sítio do Pica-Pau Amarelo», saiba



# Falar de Música em televisão

Não pode deixar de lamentar-se, mais uma vez, que dois programas musicais de conteúdo altamente promissor tenham sido transmitidos em dia e horário (início da manhã de um sábado) e num canal (RTP 2) que naturalmente não permitem que eles fossem vistos por uma mais apreciável audiência, tendo em consideração os hábitos provocados pelo sistema de abusiva e intolerável estratificação do público espectador paulatinamente imposto ao longo dos anos no panorama televisivo português. É certo que um desses programas se destinava especialmente às crianças, mas não é também verdade que, em relação à fruição da cultura e da arte, objecto de discriminações, desigualdades, estagnações e atrasos cujos reflexos ainda hoje se fazem sentir, a necessidade da sua divulgação continua a impor-se como o pão para a boca?

Passemos ao concreto. O primeiro desses programas era, aliás, o primeiro episódio de uma curta série de três, intitulada «Opera em Marionetas», e cujo objectivo anunciado consiste em divulgar a ópera às crianças, para tal se servindo da utilização de marionetas. O certo é que o primeiro contacto com a série veio a revelar-se frustrante quanto às expectativas criadas, o que é tanto mais custoso de admitir quanto se percebe que, na génese da ideia, terá residido a melhor das intenções.

pais elementos da mais completa das artes de representação dramática – o próprio canto – está ausente, assim se destruindo a convenção dramaturgica e musical essencial à ópera. Como se costuma dizer, é dinheiro mal empregue!

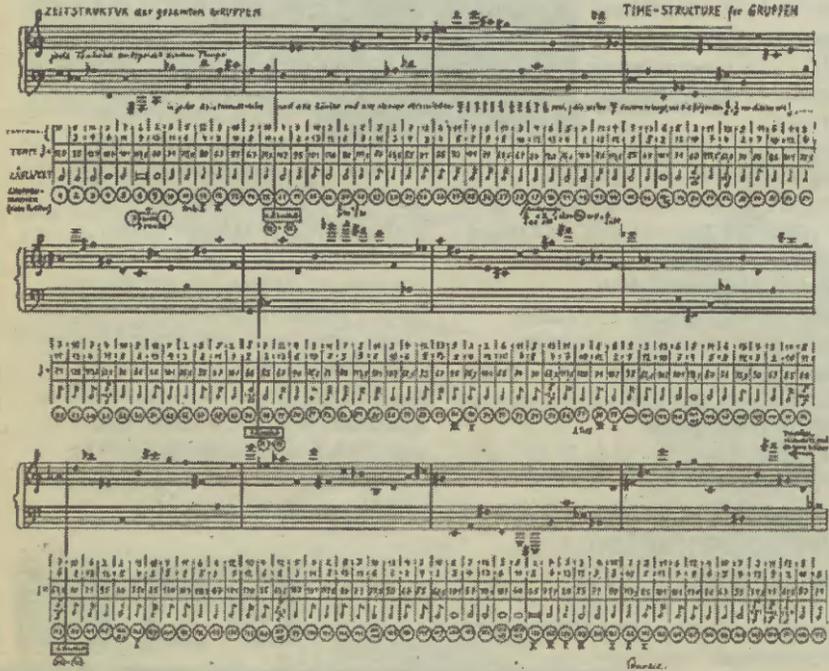
Ao contrário, o segundo programa a que hoje me refiro revela-se completamente condescendo, tanto nas suas intenções originais como na execução prática de uma prévia e meticolosa planificação. Com brilhante apresentação de um notável profissional do ofício da Música, o maestro britânico **Sir Simon Rattle**, a série «Música do Século XX» ajuda-nos a contactar com uma fase que nos

habituarão a considerar como sendo particularmente difícil na História da Música. E a função de **Simon Rattle** é precisamente a de provar o contrário, para tal se servindo de admiráveis dotes de divulgador e apoiado que está numa

equipa técnica da mais elevada qualidade.

Bastaria assistirmos ao episódio do passado sábado – intitulado «Leaving Home» – e que nos dava conta das alterações qualitativas que, em termos de método e concepção, se aprofundaram na música com o final da II Guerra Mundial, para nos extasiarmos com a admirável conjugação (ou assumido contraste) subjacente à estrutura dos vários momentos do episódio: desde as terríveis imagens de arqui-

**TVISTO**  
■ Francisco Costa



O rigor e complexidade da estrutura dos tempos e andamentos, pela própria mão de Stockhausen, na partitura da sua obra «Gruppen»

Apresentado, pelo menos neste primeiro episódio, pelo actor **Christopher Lee** – o que, convenhamos, face ao seu longo trajecto de consagrado intérprete de filmes de terror, talvez não fosse a opção mais aconselhável... – o esquema conceptual da série é gradualmente perceptível. A partir da ópera escolhida – neste primeiro caso, o «Rigoletto», de **Giuseppe Verdi** –, o narrador faz uma intervenção inicial explicando e situando a intriga. Depois, começa a ser claro que a narração se prolonga e se sobrepõe à própria música, descrevendo aquilo que se vê, ou seja, a movimentação encenada dos bonecos que representam as principais personagens. Mas rapidamente somos surpreendidos, de forma desagradável, pela... ausência do canto, substituído que está pela atribuição das árias principais ao conjunto dos instrumentos, numa reorquestração de gosto duvidoso. Ou seja, independentemente da notável montagem e/ou movimentação da câmara, por vezes em *travellings* de complexa execução, e da fiel reprodução de cenários em constante mutação, a desilusão instala-se quando compreendemos que um dos princi-

vo recordando a tragédia da guerra e do pós-guerra (a propósito da derradeira fase da carreira de **Richard Strauss** e da audição de uma das suas **Quatro Últimas Canções**), passando pela rigorosa *découpage* dos planos das várias câmaras e do seu gradual aumento de escala na didáctica realização audiovisual de «Um Sobrevivente de Varsóvia», a impressionante obra de **Arnold Schönberg**, até à inteligente associação entre as transformações que experimentaram na época a literatura e a música, com uma interessante referência (por analogia) à revolução operada por **James Joyce**, a propósito das palavras, das frases, das formas, como elementos constitutivos de uma totalidade sujeita a uma total reconsideração. Uma reconsideração que, de forma explosiva, se nos impõe (agora, já com a maior das naturalidades) ao ouvirmos e vermos no final a brilhante execução de uma das partituras mais exigentes de **Karlheinz Stockhausen**: «Gruppen», para três orquestras e três maestros.

Um verdadeiro e inesquecível espectáculo musical e televisivo. Com próximos episódios, a não perder.

# Escrevam: Porto, 17 de Outubro

A Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado vai realizar-se no Porto, nos próximos dias 17 e 18 de Outubro.

É uma boa notícia para a cidade.

Por múltiplas razões, uma delas, simples mas de grande significado: a de, por uma vez, uma obra anunciada pela Câmara ficar pronta no prazo estipulado.

Proeza de vulto quando tantas promessas estão por cumprir. O rio Douro continua por despoluir, os túneis por iniciar, as pontes por lançar e o *Metro* de superfície prossegue o seu penoso cortejo por alfurjas e labirintos, entre Lisboa e Bruxelas, esse novo Terreiro do Paço ainda mais longe.

A Alfândega será recuperada para acolher ilustres e numerosas comitivas de países amigos e milhares de jornalistas, e a Marginal ficará beneficiada, num segmento curto, mas impressionante no seu recorte de granito.

O Porto será, num efémero fim-de-semana, um S. João de fato e gravata e sirenes de polícia a abrir, uma capital para onde irão convergir as atenções de muitos milhões de pessoas, ou não se reúnam aqui representantes de dois continentes, de importantes comunidades económicas, de países com duas línguas das mais faladas no mundo e uma pujante e multimoda produção cultural.

Representantes de países com os quais os portugueses têm afinidades e laços históricos são todos bem-vindos mas, entre todos, um estará mais perto do coração. Falo de Cuba soberana, insubmissa, que resiste há décadas ao assédio sufocante decidido pelos governantes de Washington.

## Um bloqueio iníquo

Muitas vezes, o nosso «Avante!» tem dado notícias do bloqueio e dos seus terríveis efeitos na vida da população, ainda recentemente em textos apaixonados e de grande riqueza testemunhal e informativa de Miguel Urbano Rodrigues, ou no depoimento de Sérgio Corriere, na passada semana.

Mas será sempre oportuno lembrar o sacrifício imposto ao povo cubano por aqueles mesmos que, levantando a bandeira dos «direitos humanos» ao sabor dos interesses egoístas da oligarquia financeira dominante, ora silenciam, ora apoiam, ou protegem, ou perseguem, ou corrompem, ou destroem, arrogando-se do papel de polícias do mundo.

Lembro, só nas últimas décadas, a guerra do Vietname, onde defenderam o «democrata» Ngo Dinh Diem, as intervenções dos *marines* na República Dominicana, para impor Joaquin Balaguer, em Granada, no Panamá, onde os generais americanos, insolitamente, «empossaram» como presidente Guillermo Endara, a urdidura e o pagamento do golpe contra o presidente eleito do Chile, Salvador Allende, o apoio ao golpe dos generais brasileiros, em 64, e dos indonésios, em 65, com o morticínio que se lhe seguiu, o mal disfarçado comprometimento com a invasão de Timor, a indulgência, a cumplicidade e o interminável embargo imposto ao Iraque, os fogos-postos nos Balcãs, para logo surgirem como bombeiros e benfeitores, protegendo uns e enfraquecendo outros.

Poderia lembrar tantos outros exemplos de cinismo e pura hipocrisia da política externa dos Estados Unidos, como o seu apoio à Arábia Saudita e outros países da Península Arábica, onde não existe sequer Parlamento

eleito, nem às mulheres são reconhecidos elementares direitos, como aquele de conduzir automóveis, em muitos aspectos ditaduras medievais, mas cujos dirigentes, a nadar em petrodólares, são recebidos calorosamente em Washington.

Podem a Assembleia Geral da ONU ou o Parlamento Europeu, ou os parlamentos de numerosos países, condenarem de forma clara o bloqueio comercial, financeiro e informativo imposto a Cuba, que constitui uma frontal violação do direito internacional e uma guerra não declarada contra um povo a quem têm sido causados, por isso, os maiores sofrimentos. Os Estados Unidos, na sua arrogância imperial, têm-se mostrado inflexíveis e persistentes, nas mais diversas instâncias, em agra-

## MOTES & VOLTAS

■ Jorge Sarabando

var ainda mais os efeitos dos aditamentos, introduzidos nos últimos anos pelos senadores ultra-reaccionários.

## Uma exigência premente

A realização no Porto da Cimeira Ibero-Americana constitui um momento único para erguer um clamor colectivo de exigência do fim do bloqueio e de solidariedade com o povo cubano.

Mais do que simplesmente corresponder ao apelo tornado público para um desfile popular, um espectáculo de solidariedade e outras iniciativas, promovidas pela Comissão Regional do Porto e pela Associação de Amizade, e a que já aderiram numerosas instituições e personalidades, impõe-se a participação empenhada dos comunistas. Com muitos outros democratas, darão, estou certo, o brilho, a força, a serenidade a uma jornada, que é de luta e de solidariedade humana. E onde estejam presentes a simpatia e o carinho pelos representantes de Cuba que nos visitam.

E, por que não?, a homenagem àqueles que num momento crucial da história deste século, quando o capitalismo se apresentava como «fim da história» e modelo terminal da sociedade, sem alternativa, reuniram todas as energias, e com o apoio do povo afirmaram bem alto as suas convicções e os seus princípios. Que, afinal, nos são comuns: a dignidade e a igualdade de direitos de todos os seres humanos, a soberania dos povos, a possibilidade de um mundo mais justo e fraterno.

Há momentos assim: não basta pensar, sentir com os outros, pelos outros, é preciso agir, ir lá, levar o corpo e a voz a dizerem o que tem de ser dito.

Por isso, olhem o título deste texto: escrevam aí, e venham com muitos amigos ao Porto, em 17 de Outubro!



## ESCAPARATE

## DESPORTOS RADICAIS

**SEIXAL RADICAL 98**  
25. 26. 27  
SETEMBRO

SEIXAL RADICAL  
R  
98

PAVAS  
ARTO DO  
C.C. AMORA

BMX  
SKATE  
ESCALADA  
In LINE  
BUNGEE JUMPING  
MATRAQUINHOS  
HUMANOS  
TAEKWONDO  
SLIDE

SNAKEBOARD  
SALTOS  
NEGATIVOS  
BIKE TRIAL  
AFROBICA  
In LINE  
BASKETBALL  
DANCEBALL  
DAMAS  
ELASTICOS

**Seixal  
Radical 98**  
De 25 a 27 de Setembro.

Vai decorrer no próximo fim-de-semana (25, 26 e 27) mais uma edição do **Seixal Radical**, uma realização na qual estarão em destaque os desportos radicais. É uma iniciativa do **Clube 3A** com o apoio da **Câmara Municipal do Seixal** que se localizará no **Parque 5 de Junho** (junto ao Centro Comercial da Amora) e, entre as várias modalidades, poderá assistir-se a demonstrações de *Trial, In Line, Street, BMX* e *Skate-Board*. No sábado e domingo, realizar-se-á ainda o **Campeonato Europeu de In Line Basket**.

## MÚSICA



## Música Coral e Sinfónica Espanhola no CCB

A presença cultural da Espanha na Expo'98 está marcada para a próxima segunda-feira 28, com um concerto coral-sinfónico que se realizará no **Grande Auditório do Centro Cultural de Belém** e contará com a participação da **Orquestra Nacional de Espanha** e do **Orfeão Donostiarra**. Serão executadas as seguintes obras: «**Escenas de Romeria - "Mendi Mendyan"**» do compositor **J. M. Usandizaga** (1887/1915) e «**La Vida Breve**» (versão de concerto) de **Manuel de Falla** (1876/1946). Segundo as notas do programa, «a *Orquestra Nacional de Espanha com os seus mais de 50 anos de história, está integrada actualmente no Instituto Nacional de Artes Cénicas e da Música, organismo pertencente ao Ministério da Educação e Cultura. (...) O Orfeão Donostiarra acaba de celebrar o seu centenário e é considerado um dos mais importantes agrupamentos corais do mundo*». A **Orquestra Nacional de Espanha** e o **Orfeão Donostiarra** serão dirigidos neste concerto pelo conhecido maestro **Rafael Frühbeck de Burgos**.

## Um quinteto original no Seixal

Apresentado pelo festival «**Sete Sóis, Sete Luas**» que este ano, mais uma vez, decorreu em várias cidades portuguesas, vai

actuar no **Auditório Municipal do Fórum Cultural do Seixal**, o invulgar grupo vocal italiano «**Le Voci Atroci**» («*As Vozes Atrozes*»). Segundo a apresentação do grupo, os seus elementos «*são "loucos" muito sérios, capazes de ficar horas e horas emitindo resmungos, gritos, grunhidos, imitando sons naturais, inventando improváveis cantos feitos de surpreendentes evacuações vocais (sic), originadas pelas características individuais e únicas do corpo-instrumento*». Seguramente, um concerto impagável a não perder.

## TEATRO

## Uma peça de Ibsen

Continua em cena no **Teatro-Estúdio Mário Viegas** (Lisboa), a peça «**Hedda Gebler**» de **Henrik Ibsen**, com tradução de **Gustavo Rubim** e encenação de **Juvenal Garcês**. A interpretação está a cargo de **Mafalda Vilhena, Anabela Brígida, António Cordeiro, António Melo, Fernanda Montemor, Manuela Cassola e Simão Rubim**. Segundo **Rui Ferreira e Sousa** (*Público*), «a escolha de uma tragédia, um texto negro, embora com bastante humor, como *Ibsen safe fazer (...)* é ao mesmo tempo mais um sinal de que se está a fazer coisas em Portugal contra a maré. *Mafalda Vilhena passa para o espectador uma corrente emotiva muito forte ao longo de toda a representação*». 4.ª a Sábado, às 21.30.



## EXPOSIÇÕES



## Pintura na Galeria «Gymnásio»

Realiza-se desde o passado dia 15 na **Galeria Municipal «Gymnásio»** (Espaço Chiado, R. da Misericórdia, em Lisboa) uma exposição de pintura de **Eduardo Santos Neves**, licenciado em Artes Plásticas, curso de Pintura, da **Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa**, professor de Artes Visuais do Ensino Secundário

e Complementar e professor de Técnicas de Ilustração no **CIVEC**.

**Eduardo Santos Neves** é um dos mais firmes valores das nossas artes plásticas, com presença destacada em várias exposições individuais e colectivas, desde 1969 até aos nossos dias e esta sua exposição na qual o artista apresenta os seus trabalhos mais recentes estará patente até 12 de Outubro, de segunda a sexta das 13 às 20 horas e aos sábados das 14 às 19 horas, encerrando aos domingos e feriados.



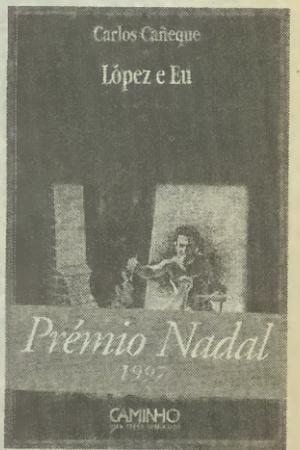
## BAILADO

## Coreografias de Michèle Noiret

Integrado nos **Encontros ACARTE** deste ano, realizam-se nos próximos dias 26, 27 e 28, sempre às 21.30, na **Sala Polivalente da Fundação Calouste Gulbenkian**, espectáculos de *ballet* preenchidos com três coreografias da bailarina belga **Michèle Noiret**: «**Vertèbre**», «**Hisolo**» e «**Manteia**». Segundo o programa dos encontros, «*Michèle Noiret trabalhou vários anos com o compositor alemão Stockhausen, desde que, ainda estudante, este lhe propôs um projecto de dança solo integrado na sua criação musical. Ao conceber um sistema de notação gestual, era intenção do compositor fazer participar o corpo na obra musical como um dos instrumentos da orquestra, a parte inteira*».

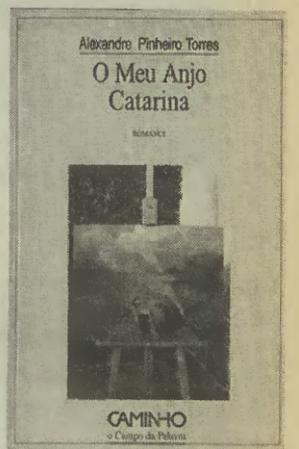


## LIVROS



## López e Eu

Mais um nome espanhol, mais um livro de Espanha na Colecção **Uma Terra Sem Amos**, que a Editorial **Caminho** propõe aos seus leitores. Um autor de prestígio, um livro já prestigiado - brindado com o **Prémio Nadal de 1997**. Num lançamento de prestígio também, em que se anunciava a presença do embaixador do país vizinho. Este romance, **López e Eu**, apresenta-se em Português através da tradução de **Cristina Rodríguez e Artur Guerra**. Trata-se de um livro «*labiríntico*», uma escrita sobre o livro e a sua autoria, sobre o acto criador, afinal, em tempos de mudança: O autor, **Carlos Cañeque**, nasceu em Barcelona e, para além de vários atributos universitários e da carreira docente, não enveredou apenas pelo romance em matéria de criação artística, mas também fez incursões com êxito nos terrenos do cinema e da música.



## O Meu Anjo Catarina

O vigoroso humor de **Alexandre Pinheiro Torres**, de novo ao ataque com mais um romance. **O Meu Anjo Catarina** está aí, «*invadindo*» o **Campo da Palavra**, colecção da Editorial **Caminho**, juntando-se à vasta obra do autor, nomeadamente aos seus outros sete romances já publicados. **Alexandre Pinheiro Torres**, cuja produção literária se alarga ainda ao âmbito da poesia e do ensaio, tem aqui mais um livro que é uma viagem a desvairadas paragens, em ritmo ofegante, personagens atravessando uma paisagem entre o realismo e o surreal, imparáveis até ao final da leitura.

ÚLTIMAS

# ATALHE DE FOICE

## A decisão

Os directores de diversos órgãos de informação portugueses chegaram anteontem a acordo para subscrever um documento conjunto sobre o caso Clinton, em que anunciam a decisão de não voltar «a pormenorizar aspectos da intimidade de Bill Clinton que não se revistam de óbvio interesse público». A decisão radica no facto de os subscritores considerarem que a investigação levada a cabo pelo Procurador Starr se transformou «num processo inquisitorial obsessivo e degradante» sobre a vida íntima do Presidente norte-americano, e na recusa de participar no «grotesto espectáculo de 'voyeurismo' colectivo a que as coisas chegaram». O documento manifesta ainda a «profunda convicção» dos seus autores de que «a vida íntima de um ser humano, mesmo que ele seja Presidente dos EUA, não justifica esta devassa obscena».

A iniciativa, que cremos inédita, merece naturalmente o aplauso de todos os que encaram o jornalismo com a seriedade e o respeito que merecem a profissão e o público que lhe dá razão de ser. Mas se a iniciativa é louvável, nem por isso deixa de pecar por tardia.

Na verdade, que mais poderá ser dito sobre o caso Clinton/Lewinsky? A exploração até à náusea dos aspectos mais sórdidos e degradantes do assunto está feita. Jornais, revistas, televisões e rádios não resistiram à tentação de reproduzir o que hoje se condena, servindo em doses bem aviadas o 'voyeurismo' que desde a primeira hora deveria ter sido recusado por uma questão de princípio, de dignidade, de respeito. Não há interesse público que justifique a reprodução até ao mais ínfimo pormenor da «devassa obscena» levada a cabo nos EUA sobre a vida íntima do seu Presidente.

Tomar consciência agora de que o degradante espectáculo 'made in' EUA conspurca quantos lhe deram cobertura é sem dúvida positivo, mas arrisca ser entendido como uma tentativa de última hora de afastar o mau cheiro quando o fedor se tornou tão intenso que já ninguém pode suportá-lo.

Se o momento parece propício a exames de consciência, talvez valha a pena lembrar que também por cá temos os nossos casos de «devassa obscena» da privacidade, e que lá por não terem assumido outras proporções do que as inerentes à realidade nacional nem por isso deixam de ser menos condenáveis. Talvez valha a pena lembrar que os jornalistas portugueses têm um código deontológico, mesmo se muitos não encontraram ainda tempo para o ler e outros se esqueçam amiúde que a ele estão obrigados.

Talvez valha a pena parar para reflectir que imprensa temos e que imprensa queremos ter, ao invés de se andar, como se anda, a reboque do que nos chega dos 'states'. Desta história degradante há certamente lições a tirar. Mesmo que seja a repulsa do público a ditar arrependimentos tardios. Porque ambas as partes - público e órgãos de informação - têm um papel importante a desempenhar na definição do futuro da imprensa. Ao primeiro cabe ser exigente e crítico, aos segundos compete contribuir para que cada vez mais o público seja esclarecido.

Num fim de século marcado por fenómenos mediáticos como os que temos assistido, sejam eles dos casos de Diana, O. J. Simpson ou Clinton, cabe aos jornalistas decidir se o querem continuar a ser ou se preferem caminhar alegremente para o suicídio colectivo.

■ Anabela Fino

# Jornada nacional do PCP Esclarecer e mobilizar

Impedir que os projectos de revisão das leis laborais se concretizem é o objectivo da jornada nacional de esclarecimento e mobilização que o PCP promove entre dia 26 de Setembro até 3 de Outubro.

Dirigida para os locais de trabalho, a iniciativa visa o contacto directo com os trabalhadores junto das empresas e em encontros e debates que serão realizados.

Para a campanha foi editado um jornal específico com uma tiragem de 250 mil exemplares que alerta para as consequências das alterações da legislação laboral preconizadas pelo Governo, esclarece sobre o conteúdo de cada um dos projectos em causa, dá conta do agravamento das injustiças sociais resultantes da política governamental e apela à intervenção e

luta dos trabalhadores e à necessidade de reforço do PCP para concretização de uma política de esquerda.

Integrada nesta jornada, decorre no dia 1 de Outubro, quinta-feira, uma acção de venda especial do jornal *Avante!*, cuja edição faz um tratamento desenvolvido sobre a situação social e a legislação laboral. Nas ruas das principais cidades dos país serão afixados cartazes de grande formato e uma faixa de propaganda.

A culminar esta campanha, o PCP realiza no dia 3 de Outubro,

Com o PCP pelos direitos dos trabalhadores

# Contra O pacote laboral do Governo PS

O Governo PS, ao serviço do patronato e com a colaboração da UGT, impediu sempre e frustrado justas expectativas preparadas para tornar concreto um pacote laboral tão grave como aqueles que os Governos PSD defenderam e propuseram.

Os ataques dos trabalhadores e do PCP à legislação laboral do Governo PS, e por isso as greves que foram organizadas em várias empresas, são a expressão da luta dos trabalhadores e do PCP para a concretização de uma política de esquerda.

O grande objectivo da campanha é esclarecer os trabalhadores sobre a realidade, dar-lhes a possibilidade de conhecer os seus direitos, e por isso a campanha é dirigida para os locais de trabalho, em encontros e debates que serão realizados.

Realizada em 1998, esta campanha promoveu a elaboração de um jornal específico de 250 mil exemplares que alerta para as consequências das alterações da legislação laboral preconizadas pelo Governo, esclarece sobre o conteúdo de cada um dos projectos em causa, dá conta do agravamento das injustiças sociais resultantes da política governamental e apela à intervenção e luta dos trabalhadores e à necessidade de reforço do PCP para concretização de uma política de esquerda.

Integrada nesta jornada, decorre no dia 1 de Outubro, quinta-feira, uma acção de venda especial do jornal *Avante!*, cuja edição faz um tratamento desenvolvido sobre a situação social e a legislação laboral. Nas ruas das principais cidades dos país serão afixados cartazes de grande formato e uma faixa de propaganda.

A culminar esta campanha, o PCP realiza no dia 3 de Outubro,

**O que é que está em causa**

Nesta edição especial do jornal de hoje debruçamo-nos sobre o pacote laboral do Governo PS, e por isso as greves que foram organizadas em várias empresas, são a expressão da luta dos trabalhadores e do PCP para a concretização de uma política de esquerda.

O grande objectivo da campanha é esclarecer os trabalhadores sobre a realidade, dar-lhes a possibilidade de conhecer os seus direitos, e por isso a campanha é dirigida para os locais de trabalho, em encontros e debates que serão realizados.

Realizada em 1998, esta campanha promoveu a elaboração de um jornal específico de 250 mil exemplares que alerta para as consequências das alterações da legislação laboral preconizadas pelo Governo, esclarece sobre o conteúdo de cada um dos projectos em causa, dá conta do agravamento das injustiças sociais resultantes da política governamental e apela à intervenção e luta dos trabalhadores e à necessidade de reforço do PCP para concretização de uma política de esquerda.

Integrada nesta jornada, decorre no dia 1 de Outubro, quinta-feira, uma acção de venda especial do jornal *Avante!*, cuja edição faz um tratamento desenvolvido sobre a situação social e a legislação laboral. Nas ruas das principais cidades dos país serão afixados cartazes de grande formato e uma faixa de propaganda.

A culminar esta campanha, o PCP realiza no dia 3 de Outubro,

- Generalização do trabalho a tempo parcial «quando reduzir radicalmente salários e direitos»;
- Alteração da capacidade de retribuição com que o salário seria desvalorizado;
- Alteração de lei das férias subestimando, este direito à assistência;
- Alteração do trabalho por turnos para prejudicar os direitos dos trabalhadores;
- Maior alargamento dos horários de trabalho;
- Alteração no Lay-off para penalizar a Segurança Social em benefício do patronato.

Faça o seu trabalho!

em Lisboa, um Encontro Nacional de Quadros do Partido, em que participam membros do Comité Central, das Direcções Regionais, quadros ligados às empresas e sectores profissio-

nais, membros dos secretariados de célula, dirigentes sindicais e outros representantes dos trabalhadores. O encontro será encerrado por Carlos Carvalho, secretário-geral do PCP.

# AML Eleitos comunistas acusam CCR de incapacidade

Os presidentes das Câmara do Seixal, Palmela, Loures, Moita, Almada, Alcochete e Barreiro divulgaram, na passada terça-feira em conferência de imprensa, uma análise crítica do Diagnóstico Estratégico da Região de Lisboa e Vale do Tejo sobre o desenvolvimento da região no período 2000-2006, apresentado pela Comissão de Coordenação de Lisboa e Vale do Tejo (CCRLVT).

Os eleitos comunistas consideram-no como «um documento pré-histórico» que utiliza informação estatística «completamente desactualizada e não reflecte minimamente a realidade existente», para além de ignorar «o conjunto de estudos que integra o Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa».

Imcompreensível é ainda a forma «capitulacionista» como a CCR «aceita a redução dos níveis globais de financiamento comunitário para a região e, em particular, para a futura Região de Lisboa e Setúbal, não pondo em causa uma eventual exclusão da Região da zona do objectivo 1».

Exigindo que o Governo assegure os financiamentos necessários, os eleitos comunistas sublinham que «uma quebra no apoio ao investimento por parte da Comunidade Europeia ou do



Na conferência de imprensa participaram os presidentes das Câmaras do Seixal, Palmela e Moita, respectivamente Alfredo Monteiro, Carlos Sousa e João Almeida, e o vereador da CM de Almada, José Lourenço

Governo português na Área Metropolitana de Lisboa, em que residem mais dois milhões e meio de habitantes e se concentra um quarto da população empregada, um quarto do desemprego e um terço da produção nacional, terá na região e no país consequências gravíssimas».

Um diagnóstico correcto da AML, afirmam, deve ter conta «as bolsas de exclusão, os níveis de desemprego; o enorme défice

ambiental; as deficientíssimas acessibilidades entre as duas margens do Tejo; as fortes assimetrias no seu interior; os problemas de segurança e da habitação as deficiências nas redes

escolar, de saúde e de equipamentos desportivos e culturais; e também as enormes potencialidades da Região».

Desta forma, os eleitos comunistas consideram inadmissível que a CCR., que «coordenou a execução de centenas de milhões de contos de investimento desde o início dos anos 80 e, em particular, desde a intergração na Comunidade Europeia em 1986, não seja capaz de apresen-

tar (...) uma fotografia fiável da realidade que hoje é a AML».

Concluindo que as actuais instituições não correspondem às necessidades de uma gestão integrada, os sete presidentes sublinham que a criação da Região de Lisboa e Setúbal permitirá criar «uma instituição com legitimidade democrática e com maior competência técnica, resultante do reforço da possibilidade de coordenação horizontal e de articulação com os municípios».

Entretanto, mostram-se dispostos para colaborar na elaboração de um diagnóstico correcto da Região, no qual deve assentar um projecto de desenvolvimento qualificado, ao serviço dos trabalhadores e dos que menos têm.

# Forum Verde sobre o Tejo

Começa amanhã, sexta-feira, em Santarém, o *Forum Verde* sobre o Tejo, iniciativa que tem sido organizada nos últimos três anos pelo Partido Ecologista «Os Verdes» e que é dedicada ao debate das questões ambientais.

O Forum conta com a intervenção de especialistas portugueses e espanhóis nas áreas de recursos hídricos, ordenamento do território, agricultura, história, ambiente e energia.

# Conselho da Europa debate relatório de Lino de Carvalho

O relatório sobre as pescas e a exploração sustentada dos recursos biológicos e marinhos, elaborado pelo deputado do PCP Lino de Carvalho é hoje, quinta-feira, debatido e votado na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa.

O documento, que foi preparado durante cerca de um ano com investigadores, pescadores e armadores, reconhece que a gestão dos recursos vivos marinhos é uma questão que diz respeito a toda a humanidade e a todas as gerações.

Com interesse imediato para as pescas nacionais, o relatório defende a soberania sobre a zona das 12 milhas - mar territorial - restringindo o seu acesso exclusivamente às frotas dos respectivos Estados.

26798

5 603199 000445